

GUSTAVO MARANGONI COSTA

ENTRE CONTRABANDO E AMBIGÜIDADES:
OUTROS ASPECTOS DA REPÚBLICA JULIANA
LAGUNA/SC - 1836-1845

FLORIANÓPOLIS – UFSC

2006

GUSTAVO MARANGONI COSTA

ENTRE CONTRABANDO E AMBIGÜIDADES:
OUTROS ASPECTOS DA REPÚBLICA JULIANA
LAGUNA/SC - 1836-1845

Dissertação apresentada como requisito final para a obtenção do grau de Mestre no curso de Pós-Graduação em História do Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.
Orientador: Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado.

FLORIANÓPOLIS – UFSC

2006

Sumário

Resumo	4
Abstract	5
Agradecimentos	6
Introdução	9
Capítulo 1	
Laguna: aspectos gerais	15
Regência	23
Rebeliões e revoltas	27
República Juliana	39
Capítulo 2	
Emigrados	49
Revolta no 2º Corpo de Artilharia	59
Contrabando	67
Capítulo 3	
Recrutamento Forçado	82
Revolta na Fortaleza da Barra do Sul	90
Partido interno	97
Governo Republicano	106
Cidadania na República Juliana	113
Capítulo 4	
Descontentamento	117
Revolta de Imaruí	121
Ambigüidades	128
Levante em Tubarão	132
Ausentados	140
Retorno e anistia	146
Considerações Finais	153
Fontes Consultadas	159
Referências Bibliográficas	161
Anexo	167

Resumo

Através desta pesquisa estudamos a República Juliana em Laguna – Santa Catarina – em 1839 com o avanço de forças rebeldes farroupilhas sobre território catarinense. Analisamos diferentes aspectos provocados pelos acontecimentos que precederam a chegada dos rebeldes farroupilhas em Laguna e a proclamação da república, tais como: o contrabando de pólvora e armamento para o Rio Grande do Sul, a presença de emigrados rio-grandenses em Santa Catarina, o recrutamento forçado para o exército, levantes ocorridos na vila, além de aspectos peculiares da política local. Foi realizado um levantamento das lideranças locais, seus bens e sua participação em funções públicas antes, durante e depois do movimento republicano.

Estudamos ainda como todos esses fatores influíram para a chegada dos farroupilhas em Laguna, criando, inicialmente, um clima favorável na vila, contribuindo para a proclamação da República Juliana e quais circunstâncias levaram esta situação favorável se tornar um ambiente de hostilidade em relação aos farroupilhas em Laguna, analisando os problemas acarretados pela presença da tropa farrapa em Laguna e as revoltas de Tubarão e Imaruí contra os farroupilhas.

Abstract

Through this research we study the Juliana Republic in Laguna – Santa Catarina – in 1839 with the advance of farroupilhas rebel forces over the catarinense territory. We analyzed different aspects caused by the events that preceded the arrival of the farroupilhas rebels in Laguna and the proclamation of the republic, such as: the smuggling of gunpowder and guns to Rio Grande do Sul, the presence of rio-grandenses emigrated in Santa Catarina, the forced recruitment to the army, revolts occurred in the village, besides peculiar aspects of the local politics. It was made a research of the local leaderships, their goods and its participation in public functions before, during and after the republican movement.

We still studied how all those factors influenced to the arrival of the farroupilhas in Santa Catarina, making, in the beginning, a favorable atmosphere in the village, contributing to the proclamation of the Juliana Republic and which circumstances took this favorable situation to become a hostile atmosphere related to the farroupilhas in Laguna, analyzing the problems carted by the presence of the farrapa troop in Laguna and the revolts of Tubarão and Imaruí against the farroupilhas.

Agradecimentos

Quando chegamos ao final de uma etapa como essa da realização do mestrado, olhamos para trás e lembramos daquelas pessoas que de uma forma ou de outra contribuíram para a concretização deste trabalho. Em primeiro lugar gostaria de agradecer de forma especial à minha família, meu pai e minha irmã que sempre me apoiaram de forma incondicional em todos os momentos. **MUITO OBRIGADO!**

De forma especial também gostaria de agradecer ao meu orientador Prof. Paulo Pinheiro Machado. Não tenho palavras para demonstrar a admiração e gratidão que sinto por toda a auxílio nessa caminhada. Obrigado por toda a bibliografia emprestada, todos os conselhos e observações e principalmente, por apostar no projeto que se tornou essa dissertação.

Aos professores componentes da banca examinadora pela disponibilidade em participar da avaliação: Prof. Henrique Espada, Prof.^a Beatriz Gallotti e Prof. César Guazzeli. Gostaria de agradecer em especial aos Profs. Henrique e Beatriz pela participação também na banca de qualificação, por suas observações que contribuíram em muito para o trabalho.

Também quero agradecer ao Prof. João Klug que me incentivou a participar da seleção para o mestrado e se dispôs a ler o projeto e contribuir com sugestões. Da mesma maneira ao Manoel por todo o apoio e incentivo nessa fase, e por todas as conversas e conselhos prestados, valeu irmão.

Falando em irmãos, não posso esquecer de mencionar duas pessoas que se tornaram dois irmãos para mim durante o período de curso e durante o mestrado. Daniel e Celso, vocês sabem o que representam, muito obrigado pela amizade, que considero o bem mais precioso do ser humano, pelas conversas, conselhos, enfim, por tudo.

Aos meus colegas de mestrado, por todas as viagens, discussões acadêmicas nas mesas do Iega nas sextas à noite, pelo companheirismo em estudarmos todos juntos para a seleção, mesmo sabendo que concorreríamos pelas mesmas vagas e pela grande amizade que se formou ao longo do

mestrado: Martha, Pereira, Camilo, Juliana e Cunha, muito obrigado. Tenho todos vocês em alta estima e consideração.

Obrigado Nazaré, sempre muito prestativa em resolver todas as questões que surgiram durante esses dois anos. Também agradeço à CAPES pela bolsa de estudo que me possibilitou dedicação exclusiva para a realização deste trabalho.

Durante a pesquisa nas fontes, indispensáveis para a dissertação encontrei diversas pessoas muito especiais que não me impuseram nenhum obstáculo nessa fase importante do trabalho, pelo contrário, facilitaram minha pesquisa. Muito obrigado Neusa, Humberto e Seu Bernardo, funcionários do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, com os quais tive um contato maior.

Durante o levantamento da documentação realizei viagens ao Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Laguna. No Rio Grande quero agradecer em especial ao Seu Cláudio e ao Felipe, grandes amigos, pela hospitalidade e por toda a ajuda dispensada. Também aos funcionários do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, inclusive pela doação dos Anais do Arquivo Histórico, muito importantes na pesquisa. No Rio de Janeiro encontrei abrigo e auxílio familiar. Obrigado Tia Linda, Tio José, Eduardo e Carolina pela estadia por toda a ajuda para encontrar o arquivo, ensinar qual ônibus pegar, etc. Também gostaria de agradecer aos funcionários do Arquivo Nacional, por sua organização e por toda o auxílio prestado que me fizeram recuperar diversos documentos importantes para o trabalho. Muito obrigado. Em Laguna obrigado especial às senhoras que cuidam do acervo da Casa Candemil, também pela ajuda prestada durante a pesquisa.

Gostaria de agradecer também ao *Danielzinho* pelo companheirismo e pela disponibilidade de utilizar seu computador para realizar tarefas essenciais, como a transcrição das fontes. Renato e Ramon, obrigado pela amizade e pela hospitalidade em todas as vezes que precisei. Muito obrigado meus amigos, uns dos melhores. Tiago e Rodrigo, grandes amigos, obrigado pela ajuda e disponibilidade sempre que necessária, Tiago pelas impressões e Rodrigo por utilizar a Net para várias atividades.

Por fim, mas não menos importante, ao meu cunhado Tiago, também pelas impressões de versões para correção e por toda a força e otimismo que sempre demonstra. Valeu!

Enfim, a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização desse trabalho, Muito Obrigado!

Introdução

Geralmente quando pensamos em República Juliana nos vêm à mente as figuras de Anita e Giuseppe Garibaldi, considerados uns dos principais personagens desses eventos. Isso não é muito diferente quando partimos para uma análise da bibliografia produzida sobre o episódio. São dezenas de livros dedicados a estudar a trajetória de vida de ambos e seu romance iniciado durante o período republicano em Laguna, trazendo nos títulos geralmente uma alusão ao caráter heróico destes personagens, tais como: “Anita Garibaldi: o perfil de uma heroína brasileira”¹ e “Uma viagem através do tempo: Giuseppe Garibaldi, a jornada de um herói.”² Outras menções referentes à República Juliana podem ser encontradas nas obras relativas à história de Santa Catarina, como a de Oswaldo R. Cabral,³ no entanto, esses registros se fazem de forma rápida e superficial. O mesmo ocorre em alguns livros que analisam a Revolta Farroupilha e discorrem rapidamente sobre a proclamação da República Juliana em Laguna, porém também o fazem sem aprofundar a discussão. Uma produção de maior fôlego que se destinou a um estudo mais detalhado da República Juliana foi o trabalho de Henrique Boiteux, *A República Catarinense*, publicado em 1927.⁴

A obra de Boiteux é muito importante, pois traz vários documentos do período transcritos em seu texto, alguns dos quais também nos deparamos em nossa pesquisa e outros que não pudemos recuperar. No entanto, Boiteux, não cita suas fontes, tornando muito difícil a confirmação de muitos dos episódios que narra. O fato de este ser um dos poucos trabalhos mais densos publicados sobre a República Juliana, faz de Henrique Boiteux, nosso principal interlocutor dos acontecimentos, no entanto, nossa análise difere em grande medida da dele, que dá grande destaque aos relatos das operações militares e aos aspectos políticos regionais mencionando rápida e

¹ RAU, Wolfgang Ludwig. **Anita Garibaldi**: o perfil de uma heroína brasileira. Florianópolis: Ed. do Autor, 1975.

² GAGLIANONE, Paulo César. **Uma viagem através do tempo**: Giuseppe Garibaldi, a jornada de um herói. Rio de Janeiro: Litteris, 1999.

³ CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

⁴ Nesse trabalho optamos por denominar a República Juliana desta maneira, pois esse é um dos nomes pelo qual ficou conhecida, por ter sido proclamada em julho de 1839. Outra denominação, que também aparecerá no transcorrer do trabalho é República Catarinense, como denomina Henrique Boiteux. Ambas denominações se referem ao mesmo acontecimento, a utilização de uma ou outra neste trabalho é mera opção.

superficialmente questões como o contrabando e as ambigüidades referentes à política local catarinense.

A partir destas constatações surgiu a motivação inicial da nossa pesquisa a qual se propunha estudar a participação da população mais pobre de Santa Catarina no processo de proclamação da República Juliana. Porém a pesquisa de fontes que nos auxiliassem a trabalhar este tema se mostrou muito difícil, por se tratar de um período histórico recuado, a obtenção de registros pessoais: diários, cartas, que nos possibilitassem uma investigação nesse sentido torna-se muito complicada. No entanto, durante uma extensa pesquisa nos acervos do Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Florianópolis), Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre) e na Casa Candemil – Arquivo Municipal de Laguna – pudemos encontrar na documentação outros aspectos relativos à República Juliana ainda pouco explorados pela bibliografia existente. Questões como a presença de emigrados rio-grandenses em Laguna, a ocorrência de contrabando de pólvora e armamentos para o Rio Grande do Sul, o impacto do recrutamento militar forçado em Santa Catarina e as ambigüidades provocadas pela proclamação da república em Laguna são temas pertinentes à história da República Juliana e pouco privilegiados pela historiografia. Por exemplo, o texto de Henrique Boiteux, trabalho mais extenso sobre a República Catarinense, menciona rapidamente a questão do contrabando, dos emigrados e analisa com um pouco mais de cuidado o problema do recrutamento forçado.

A partir da constatação desses temas e questões, buscamos neste trabalho entender de que maneira se foi construindo um apoio inicial, percebido em Laguna, dispensado aos rebeldes farroupilhas e como esses fatores contribuíram para isso. É possível constatar, também, a partir da documentação uma mudança extrema no clima vivido na vila de Laguna frente a presença dos farroupilhas, que vai de uma situação favorável à hostilidade durante o transcorrer dos quatro meses de existência da República Juliana. Entender as causas dessa mudança também é um dos objetivos deste trabalho.

Para responder a estas questões buscamos nos acervos mencionados acima uma grande quantidade de fontes. Por se tratar de um período muito afastado, grande parte da documentação referente é composta de fontes oficiais, basicamente ofícios trocados entre as autoridades provinciais e o Presidente da Província de Santa Catarina e entre este e os ministros da Corte. Apesar do caráter oficial das fontes, procuramos trabalhar com as mesmas com um olhar diferente, fazendo diferentes perguntas e buscando nas entrelinhas, novos aspectos que as mesmas poderiam revelar.⁵ O interessante foi que a partir da disponibilidade das fontes, conseguimos recuperar em muitos casos, os ofícios e as respostas dadas pelas partes aos mesmos. No entanto, muitas vezes, os registros só guardavam as cópias do ofício, não estando disponíveis os anexos.

Por outro lado, no acervo do Arquivo Nacional pesquisando a Séries Guerra e Série Marinha, compostos da documentação dos respectivos ministérios, pudemos recuperar parte dos anexos enviados pelo Presidente da Província de Santa Catarina aos Ministros da Guerra e da Marinha, o que contribuiu em muito para o trabalho, pois muitas vezes tratavam-se de documentos enviados pelas autoridades militares de Laguna relatando a situação na vila, eram remetidas ao governo provincial, que por sua vez as enviava ao governo central.

O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul guarda uma extensa documentação produzida pelos farroupilhas durante a guerra. Grande parte desses documentos encontra-se transcrita nos Anais do Arquivo Histórico, o que nos possibilitou encontrar várias correspondências referentes à Laguna. Entre a documentação ainda não transcrita, recuperamos as cartas enviadas por Luis Rosseti, secretário de governo da República Juliana, de Laguna relatando várias ações do governo republicano e o clima vivido na chamada *Cidade Juliana*.

Em Laguna, pudemos recuperar, na Casa Candemil, alguns inventários de moradores de Laguna que deixaram a vila juntamente com os farroupilhas e tiveram seus bens arrecadados para leilão. A documentação referente ao tema é escassa em Laguna, por razões que desconhecemos.

⁵ Os fundos pesquisados no Arquivo Público de Santa Catarina são entres outros: Ofícios dos Juizes de Paz para Presidente da Província, Ofícios das Câmaras Municipais para Presidente da Província, Ofícios dos Juizes de Direito e Chefes de Polícia para Presidente da Província, Registro do Presidente da Província para Juizes de Paz, Registro do Presidente da Província para Ministério da Guerra, Registro do Presidente da Província para Ministério da Marinha.

Todas essas fontes, além de outras transcritas na bibliografia referente nos auxiliaram para a realização deste trabalho que se divide em quatro capítulos. A organização dos capítulos foi feita de forma temática. Durante a leitura ocorrerá um certo vai e vem nas datas. Isso se deve ao fato de que diferentes questões em Laguna, como o contrabando e o recrutamento por exemplo, ocorrem muitas vezes de forma simultânea, tornando difícil a organização do texto cronologicamente, o que foi tentado, na medida do possível.

O primeiro capítulo busca apresentar a vila de Laguna em meados da década de 1830 e situa-la regional e nacionalmente, expondo dados acerca de sua geografia, divisão administrativa, população, economia e política local. Além disso, tentamos demonstrar como se definia o contexto político da época envolvendo a abdicação de D. Pedro I e Regência, período de grande instabilidade, durante o qual diversas rebeliões eclodiram em várias partes do país. A discussão sobre as rebeliões provinciais é importante para situar a República Juliana no debate acerca desses movimentos os quais causaram grandes preocupações ao governo imperial.

No segundo capítulo iniciamos nossa análise em 1836, acerca da presença dos emigrados rio-grandenses em Santa Catarina sobre a ocorrência do contrabando de pólvora e armamentos passando por Santa Catarina para os farroupilhas em luta no Rio Grande do Sul. Buscamos com isso entender de que maneira as notícias da revolta no Rio Grande e a ação dos emigrados farroupilhas promovendo reuniões em território catarinense vão influir para o fomento do clima favorável obtido pelos rebeldes em Laguna no início de 1839. Também é importante para entender parte das motivações das pessoas para auxiliar os farroupilhas, motivações econômicas, no que tange ao contrabando. Ainda discorreremos sobre a revolta ocorrida no 2º Corpo de Artilharia Imperial estacionado em Laguna para termos noção de como essas questões estavam influenciando no clima vivido na vila.

No terceiro capítulo estudamos um velho recurso utilizado pelo governo provincial para aumentar os efetivos e tentar barrar a ação dos farroupilhas em Santa Catarina e para combater a propagação da revolta em território catarinense, o recrutamento forçado, prática que causava

grandes descontentamentos junto à população o que poderia contribuir para o aumento do apoio dado aos farroupilhas em Santa Catarina. Além disso, analisamos os problemas que brotavam do recrutamento, como fugas e deserções e um episódio importante ocorrido na Fortaleza da Barra do Sul, localizada no extremo sul da Ilha de Santa Catarina, quando a guarnição se rebelou contra o comando e se uniu às forças farroupilhas estacionadas próximas à fortaleza. A formação do chamado pelas autoridades de *partido interno*, em Santa Catarina, de apoio aos farroupilhas também é analisado e, como contribuiu para o sucesso da invasão e da proclamação da República Juliana. Na parte final desse capítulo, estudaremos quais as expectativas de rebeldes e catarinenses com o governo republicano pesquisando as ações relativas à organização do aparelho de governo e de cidadania na República Juliana.

No quarto capítulo buscamos demonstrar a mudança ocorrida no clima vivido em Laguna durante a República Juliana. É possível notar uma mudança no ânimo da população para com os farroupilhas, indo do apoio inicial a uma relação de hostilidade no período final da república. Essa hostilidade se fez sentir com intensidade na revolta da população de Imaruí contra a presença farroupilha em Laguna e na movimentação da freguesia de Tubarão que a exemplo de Imaruí também vai manifestar oposição à presença farroupilhas em Laguna. Estudamos as causas desse desgaste na relação entre catarinenses e rio-grandenses e de que forma isso influenciou para a derrota dos farroupilhas frente às forças imperiais determinando a retirada das forças farrapas de Laguna e o fim da República Juliana. Além disso, analisaremos as relações de ambigüidade demonstradas por diversos moradores apoiando ora farroupilhas ora imperiais entendendo melhor as relações políticas da época.

Os episódios que envolvem a proclamação da República Juliana em Laguna compõem um capítulo importante da história catarinense e acreditamos que o tema merece um maior interesse o qual destine a este tema um estudo mais aprofundado. Ao realizar esse trabalho, buscamos trabalhar no sentido de demonstrar a relevância da República Juliana no contexto regional, as relações sociais

e econômicas que suscitou e contextualizá-la também na política nacional, situando-a no debate acerca das diversas revoltas provinciais que abalaram o país durante o período regencial.

Capítulo 1

Laguna: aspectos gerais

O vastíssimo município da Laguna, situado na parte meridional de Santa Catarina, confina ao sul com a [província] do Rio Grande ao Oeste com esta província e o distrito de Lages, ao Norte com o de São José, e a Leste com o Oceano Atlântico, tanto por divisas conhecidas ao Sul, Rio Mampituba, ao Oeste a Serra Geral, que gradualmente se aproxima a costa do mar, a maneira que se encaminha para a fronteira, e ao Norte um pequeno arroio que há no lugar denominado Pão da Rainha, contendo trinta e quatro léguas de extensão de norte ao sul e dezessete na sua maior largura de Leste a Oeste.⁶

Assim iniciava a descrição do Coronel Vicente Paulo d'Oliveira Villas-Boas sobre a vila de Laguna em outubro de 1839. Neste momento Villas-Boas encontrava-se em Porto Alegre depois de sua retirada daquela vila meses antes, quando os rebeldes farroupilhas tomaram-na, proclamando ali a República Juliana.

Como podemos notar na descrição acima, Laguna possuía um extenso território, o qual abrangia toda a parte sul da província de Santa Catarina. Dividia-se administrativamente em seis distritos, também chamados freguesias, eram eles: Santo Antônio dos Anjos da Laguna (a sede da vila), Vila Nova de Santa Ana, São João de Imaruí, Pescaria Brava, Nossa Senhora da Piedade do Tubarão e o distrito de Araranguá.⁷ [Ver anexo - Mapa 1]

Em um censo referente ao ano de 1833, Laguna contava com 11682 habitantes distribuídos por seus distritos, sendo que, praticamente, um quinto desse total era formado por escravos. Possuía nesse ano uma população livre “de cor” de 346 pessoas, incluindo pardos, pretos, libertos e

⁶ VILLAS-BOAS, Vicente Paulo d'Oliveira. Noções topográficas e militares do município da Laguna. In: CARNEIRO, Carlos da Silveira. **Enciclopédia de Santa Catarina**. Florianópolis, s/d. Vol. 5. s/p. Setor de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina.

⁷ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - APESC. Ofícios das Câmaras Municipais para Presidente da Província. Vol. 1833 – p. 27/27v. Ofício de 22 de abril de 1833. [A grafia da documentação primária foi atualizada para facilitar a compreensão]. Araranguá só seria elevado à categoria de freguesia em 1848. SPRICIGO, Antônio César. **Sujeitos esquecidos, sujeitos lembrados: entre fatos e números a escravidão registrada na freguesia do Araranguá no século XIX**. Florianópolis, 2003. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina. p. 11.

ingênuos. É percebida também uma diminuta presença de índios e estrangeiros, 26 e 85 pessoas, respectivamente.⁸

Quadro 1: População de Laguna em 1833

Descrição	Branços nacionais	Livres “de cor”	Escravos	Estrangeiros	Índios
Porcentagem	74,73 %	2,98 %	21,35 %	0,72 %	0,22 %
N. Absolutos	8730	346	2495	85	26

Fonte: Arquivo Histórico Municipal – Florianópolis

Percebemos que a grande maioria da população se compunha de brancos, mais de 20 por cento das pessoas eram escravas e que a presença de índios e estrangeiros era realmente muito pequena em relação ao restante da população. Sabemos, no entanto, que esses dados não são extremamente precisos, pois havia a possibilidade dos responsáveis pelo recenseamento, não desempenharem seu papel a contento como se refere o Presidente da Província no relatório do ano de 1842.

Ainda me não é dado oferecer-vos sobre a estatística da Província mais noções que as que por ventura se acharem nas diferentes partes deste Relatório. A da população, que d'ora [sic] em diante devemos esperar que seja mais exata, à vista da obrigação que a este respeito impõem aos Chefes de Policia e Delegados a Lei de Reforma do Código do Processo.⁹

Muitas pessoas, também, evitavam os recenseadores, temendo o recrutamento forçado para o exército, o que contribuía para a redução da credibilidade dos números apresentados nos censos. Mesmo em períodos em que não estava ocorrendo o recrutamento, a possibilidade das pessoas

⁸ Arquivo Histórico Municipal – Florianópolis. Ofícios da Presidência da Província para Câmara Municipal de Desterro. Pasta n. 70. Ofício de 1º de agosto de 1834.

⁹ Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina. Ano de 1842, p. 33. <http://brazil.crl.edu>.

associarem a figura do recenseador ao do recrutador era grande, implicando na dificuldade de se obterem estatísticas mais precisas.¹⁰

Um outro censo, agora relativo ao ano de 1840, aponta para Laguna uma população geral de 12628 pessoas, demonstrando assim um pequeno crescimento em sete anos.¹¹ Os números relacionados trazem a estatística dividida em livres e escravos, sem distinção entre pardos, pretos, índios ou estrangeiros, como fazia o censo anterior, impossibilitando maiores comparações. Nesse momento, Laguna e os distritos apresentados dispunham de 10502 livres e 2126 escravos, aqueles representando 83,16 % da população e estes 16,84 %.¹²

Comparando-se esses dados com os do censo anterior, notamos que ocorreu uma diminuição da população escrava de Laguna em relação aos livres de quase 5 por cento. Em números absolutos, os escravos em Laguna que eram 2495 em 1833, passaram a contar com uma população de 2126 em 1840. Essa diminuição do número de escravos ajuda a explicar o pequeno crescimento geral da vila no período. No recenseamento de 1840 são apresentados dados específicos sobre os distritos de Laguna, no entanto, constam números de apenas quatro localidades, ficando Pescaria Brava e Araranguá de fora da relação.¹³ Esses fatos, aliados à invasão farroupilha e a proclamação da República Juliana em 1839, podem ter influído nesse pequeno crescimento.¹⁴

A freguesia de Imaruí possuía 2362 habitantes em 1840, representando 18,70 % da população geral de Laguna, sendo que 345 eram escravos. Esse distrito comunicava-se com o porto de Laguna através da Lagoa comercializando produtos oriundos da produção agrícola e de animais na região. É possível que a criação de gado fosse importante, tanto que, em janeiro de 1839 motivou

¹⁰ Apesar de todos esses problemas, estes são os dados que dispomos, e apesar de não demonstrarem um quadro exato da população, eles oferecem uma idéia aproximada de qual era o número de habitantes em Laguna.

¹¹ Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina. Ano de 1841, mapa 15. <http://brazil.crl.edu>. Entendemos esse como um pequeno crescimento, ou pelo menos, abaixo do esperado, pois a partir dos dados de nascimentos e óbitos contidos no censo de 1833, podemos determinar o crescimento vegetativo da população de Laguna para aquele ano, o qual foi de 335 pessoas. Infelizmente não dispomos de dados dos anos posteriores para uma análise mais exata, no entanto, supondo que esse crescimento se mantivesse até 1840, verificamos que a população de Laguna deveria contar, neste ano, com 14027 pessoas, número superior ao apurado de 12628.

¹² Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina. Ano de 1841, mapa 15. <http://brazil.crl.edu>.

¹³ É possível que os números referentes a esses distritos simplesmente não terem sido enviados para comporem a estatística provincial pelos problemas apresentados acima sobre os recenseamentos, ocasionando sua falta no censo.

¹⁴ O processo de proclamação da República Juliana ocasionou deslocamentos populacionais, além de um número de mortes superior aos habituais registrados em Laguna. Esses acontecimentos também explicam, em parte, o pequeno crescimento na população de Laguna. As causas específicas para a diminuição da população escrava não temos como precisar no momento.

um pedido da Provedoria Provincial ao Presidente da Província para a “criação de mais uma Coletoria para a percepção da taxa de 800 réis sobre o gado em pé, na Freguesia de S. João de Imaruí”. Outra função possivelmente desempenhada pela coletoria seria a arrecadação de impostos sobre as tropas de gado que descessem da serra em direção a este distrito pela estrada que “os moradores da Paróquia de S. João de Imaruí [...] acabam de abrir a comunicar-se com a vila de Lages”. Em um trecho de suas memórias, relatando sua passagem por Laguna, Giuseppe Garibaldi descreve esta freguesia como pequena, porém provida de uma série de “lojinhas” com vários tipos de bebidas e gêneros à venda, demonstrando assim um certo desenvolvimento comercial no local.¹⁵

Acerca dos demais distritos de Laguna, temos algumas informações. Sabemos, por exemplo, que Araranguá, era o distrito mais ao sul, fazendo divisa com a província do Rio Grande do Sul. Provavelmente realizava algum comércio com esta província através do caminho que o ligava a Torres no Rio Grande e também com Lages pelo Caminho dos Conventos. Tubarão também possuía um caminho de ligação com a vila de Lages, por onde, talvez, também se realizasse o comércio tropeiro. Nas demais localidades, bem como nas citadas, a grande parte do trabalho da população era dedicado à produção de gêneros de primeira necessidade, como o feijão, milho, cana de açúcar e, principalmente à fabricação de farinha de mandioca.¹⁶

Além dos lavradores, Laguna abrigava uma diversidade de profissionais tais como: ourives, caixeiros, sapateiros, ferreiros, carpinteiros, embarcadiços, tanoeiros, pequenos comerciantes,

¹⁵ Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina. Ano de 1841, mapa 15. <http://brazil.crl.edu>. APESC. Ofícios da Provedoria da Província para o Presidente da Província. Vol. 1839 – p. 7. Ofício de 19 de janeiro de 1839.

APESC. Ofícios da Câmara Municipal para o Presidente da Província. Vol. 1837 – p. 277. Ofício de 22 de abril de 1837.

Provavelmente Garibaldi referia-se ao seu núcleo urbano de Imaruí, sua extensão total abrangia uma grande área, ocupada possivelmente por propriedades rurais.

DUMAS, Alexandre. **Memórias de Garibaldi**. Porto Alegre: L&PM, 1998. p. 103.

¹⁶ APESC. Registro do Presidente da Província para Juiz de Paz. Vol. 1835-1838 – p. 77v. Ofício de 23 de julho de 1836.

SPRICIGO, Antônio César. Op. cit. p. 11.

APESC. Ofícios do Juiz de Paz para o Presidente da Província. Vol. 2, 1838 – p. 32/32A. Ofício de 5 de abril de 1838.

APESC. Ofícios da Câmara Municipal para o Presidente da Província. Vol. 1840 – p.307/307v. Ofício de 11 de abril de 1840.

militares, entre outros.¹⁷ Por ser uma vila litorânea, muitos de seus habitantes tinham na pesca seu meio de sobrevivência. Ana Maria de Jesus, posteriormente conhecida como Anita Garibaldi, se refere às atividades destes em uma carta enviada à sua irmã, residente no Rio de Janeiro.¹⁸

Aliado a isso, o comércio realizado pelo porto na sede da Vila era importante para a movimentação econômica em Laguna. Para se ter uma idéia da movimentação de embarcações no porto de Laguna, foram registradas no ano de 1835 a entrada de 100 e a saída de 110 barcos.¹⁹ Em Desterro no ano de 1836, segundo relatório do Presidente da Província, ‘entraram no [porto] desta Cidade 265 embarcações, e saíram 263’.²⁰ Considerando Desterro como principal porto e capital da Província, cidade que recebia, inclusive, embarcações estrangeiras, as movimentações em ambos os portos são pequenas em comparação com o porto do Rio de Janeiro, por exemplo, que registrava uma média anual girando em torno de mil entradas.²¹ Porém, em um contexto regional, mantinham uma movimentação similar às demais cidades portuárias do sul. O porto de Rio Grande, principal do Rio Grande do Sul, recebia uma média de 250 a 280 embarcações por ano.²² Por se tratar de uma vila de menor porte, o movimento no porto de Laguna era inferior às demais, mantendo relações comerciais mais diretas com os portos da região. A maioria das embarcações que aportavam em Laguna provinha da província catarinense, principalmente de Desterro, mas muitos barcos chegavam da corte e também de Santos, Paranaguá e Rio Grande.²³

Lidavam com o comércio do porto negociantes, os quais “dominavam” a vida econômica e pública de Laguna. Para exemplificar vamos utilizar uma proposta enviada pela Câmara de Vereadores de Laguna em 1835 para o preenchimento dos cargos de Juiz Municipal, Juiz de Órfãos

¹⁷ APESC. Ofícios do Juiz de Paz para o Presidente da Província. Vol. 2 1838 – p. 35/37. Ofício de 11 de Maio de 1838. [Tanoeiro realiza consertos em pipas, barris e tinhas. Embarcadicho é aquele que costuma andar embarcado; marinheiro] Dicionário Aurélio Eletrônico: Século XXI. Versão 3.0, novembro de 1999.

¹⁸ GARIBALDI, Anita. **Anita Garibaldi**: a mulher do general. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 44.

¹⁹ APESC. Ofícios do Juiz de Paz para o Presidente da Província. Vol. 2 1836 – p. 05/12. Ofício de 25 de janeiro de 1836.

²⁰ Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina. Ano de 1837, p.16. <http://brazil.crl.edu>

²¹ FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 190.

²² FLORES, Moacyr. **Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 10.

²³ APESC. Ofícios do Juiz de Paz para o Presidente da Província. Vol. 2 1836 – p. 05/12. Ofício de 25 de janeiro de 1836.

e Promotor Público. Foram indicadas nove pessoas residentes em Laguna, três para cada cargo (lista tríplice elaborada pela Câmara Municipal), pessoas consideradas inteligentes, “com algumas luzes”, segundo a documentação, e que já haviam ocupado, em algum momento, cargos públicos.²⁴ Praticamente todos os indicados foram descritos como negociantes, apenas um deles vivia de lavoura e outro não havia especificação de sua atividade. Este exemplo se repete em todas as indicações para ocupação desses cargos no período pesquisado, incluindo a Câmara Municipal, onde os eleitos também eram, na maioria das vezes, negociantes.²⁵ Muitas vezes as mesmas pessoas que ocupavam um cargo de Juiz de Paz em um momento, em outro estavam ocupando uma cadeira na Câmara Municipal, indicando uma certa permanência destas pessoas nesses cargos.

Voltando ao exemplo da proposta de 1835 e cruzando alguns dos nomes propostos com dados do recolhimento da dízima dos prédios urbanos de Laguna de 1839 podemos ter uma pequena idéia do patrimônio arrecadado por estas pessoas.²⁶ José Francisco Coelho indicado para Juiz Municipal possuía em 1839 uma propriedade na rua Direita pela qual pagava 6\$912 réis de imposto referente à dízima predial, outra propriedade na Praia com imposto de 4\$320 réis, outras três propriedades na rua do Império que somadas totalizavam uma arrecadação de 10\$152 réis e outras duas ainda na rua da Figueira, uma pagando 5\$832 réis e a outra arrecadando 2\$592 réis de imposto. O primeiro indicado para o cargo de Juiz de Órfãos também possuía algumas propriedades na área urbana da vila de Laguna. Manoel José Garcia tinha em seu nome nada menos que cinco propriedades, todas localizadas na rua do Fogo que somadas totalizam uma quantia de 4\$492 réis de imposto pago.²⁷

Outro morador de Laguna proposto para Juiz de Órfãos foi Luciano José da Silva. Luciano também possuía diversas propriedades na vila, uma propriedade na rua Direita com imposto de

²⁴ APESC. Ofícios da Câmara Municipal para o Presidente da Província. Vol. 1835 – p. 100/100v. Ofício de 31 de julho de 1835.

²⁵ Entendemos esses negociantes, como negociantes de mercadorias, principalmente, comercializadas pelo porto.

²⁶ Apesar de não refletirem com absoluta clareza a situação financeira dessas pessoas, os dados sobre o recolhimento da dízima predial foram os únicos indicadores que conseguimos recuperar nesse sentido. Temos consciência que inventários dos bens arrecadados por estas pessoas seriam mais indicados para tal análise, no entanto, os inventários disponíveis são escassos e datam de períodos distantes do estudado, impossibilitando sua utilização. Desta forma, utilizaremos os dados referentes à dízima para termos uma pequena noção do patrimônio dessas pessoas.

²⁷ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA; CATALANO, Maria Inês. (Org) Laguna: manuscritos avulsos, 1835-1888. Florianópolis: Assembléia Legislativa, Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos, 2001. p. 35-50.

1\$036 réis, outra na mesma rua recolhendo taxa predial de 2\$764 e uma outra propriedade na Praia pela qual pagava o imposto de 2\$160.²⁸ A respeito dos negócios de Luciano temos uma outra informação que confirma a idéia de serem estes negociantes, pessoas envolvidas com o comércio do porto de Laguna. Luciano enviou um carregamento de couros à Desterro para vendê-los e do produto pagar Luiz Ferreira Braga no Rio de Janeiro, provavelmente um contato comercial de Luciano na Corte.²⁹

Propostos para o cargo de Juiz Municipal, Antônio José Machado e João Antonio de Oliveira Tavares, também possuíam propriedades urbanas em Laguna. O primeiro era proprietário de dois prédios urbanos cujo recolhimento atingia 5\$184 réis. Tavares por sua vez era dono de três propriedades com um recolhimento fiscal de 5\$400 réis.³⁰

José Lopes da Silva é o único proposto que não é descrito como negociante, segundo o ofício ele “vive de lavoura”, caracterizado assim como produtor rural, possivelmente proprietário de terras. José Lopes também possuía propriedades na área urbana de Laguna. Na rua Direita ele possuía uma propriedade pela qual pagava 1\$382 réis de imposto e uma outra propriedade na rua da Fonte com o mesmo valor de recolhimento fiscal.³¹

Um outro nome citado no ofício, porém não como proposto para os cargos acima, e sim como presidente da Câmara de Vereadores é o senhor Manoel José de Bessa. Manoel, assim como José Francisco Coelho, chama a atenção pela quantidade de imóveis registrados em seu nome na relação do recolhimento da dízima predial, seis propriedades localizadas em diferentes pontos da vila e que somam 11\$619 réis de imposto pago.³² Outras informações indicam que Manoel José de Bessa também era um dos negociantes da vila de Laguna. Um ofício enviado pelo Presidente da Província de Santa Catarina ao Ministério da Marinha sobre o fornecimento de madeiras para compor mastros nos navios da armada dizia o seguinte:

²⁸ Idem.

²⁹ APESC. Ofícios dos Chefes de Polícia e Juizes de Direito ao Presidente de Província. Vol. 1839 – s/p. Ofício de 8 de outubro de 1839.

³⁰ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA; CATALANO, Maria Inês. (Org) Laguna: manuscritos avulsos, 1835-1888. Florianópolis: Assembléia Legislativa, Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos, 2001. p. 35-50.

³¹ Idem.

³² Idem.

III.^{mo} Ex.^{mo} S.^r = Ordenando V. Ex.^a por Aviso de 9 de Agosto próximo passado que eu lhe informasse se esta Província podia suprir o Arsenal da Marinha da Corte com Antenas de loiro, que sejam bem direitas e próprias para se empregarem nas mastreações e vergames dos Navios da Armada, e no caso de afirmativa, que mandasse eu proceder logo ao corte delas, por conta da Intendência da Marinha da mesma Corte, devo dizer a V. Ex.^a que informado de que só no rio Tubarão podiam-se ainda encontrar paus de loiro para o mister que V. Ex.^a exige, dirigi-me ao proprietário da Vila de Laguna Manoel José de Bessa que tem embarcações e negocia em madeiras para que me declara-se se podia encarregar-se da prontificação das Antenas, e pela sua resposta que incluso em cópia, verá V. Ex.^a que ele incumbe-se disso.³³

Podemos perceber pelo conteúdo do ofício que Manoel possuía embarcações e negociava com madeiras, possivelmente também lidava com outros gêneros e materiais. O ofício não permite concluir se o negócio com a Marinha Imperial foi firmado ou não, pois o Presidente da Província afirma que iria aguardar resposta do Ministro. Mesmo assim, podemos ver que Manoel José de Bessa era um importante negociante de Laguna, dono de embarcações e que negociava inclusive com o governo imperial.

Essas são algumas das figuras que, em nossa concepção, “dominavam” a vida política e econômica de Laguna. Podemos notar na documentação uma permanência e rotatividade desses homens nos cargos públicos, desempenhando funções de Juízes de Paz, Juízes Municipais e Vereadores. Denominados em sua maioria como negociantes eram, possivelmente, minoritários em relação aos lavradores e demais profissionais, mas provavelmente detinham boa parte do poder local em Laguna, dispondo de influência na sede da vila e seus distritos.

Outra indicação do “poder” dos negociantes de Laguna pode ser encontrado na lista das pessoas que se apresentaram para a defesa da vila contra as forças farroupilhas.³⁴ Cento e doze homens se apresentaram para tal fim. Dados interessantes podem ser obtidos nessa relação, pois traz informações acerca da profissão e cargos ocupados pelos relacionados. Do total, 44 eram descritos como homens de negócio e a segunda ocupação mais citada é a de caixeiro, com 18 menções. Viviam de lavoura apenas 5 dos relacionados. Acreditamos que grande parte dos nomes que

³³ APESC. Registro do Presidente da Província para Ministério da Marinha. Vol. 1837-1839 – p.128/128v. Ofício de 12 de setembro de 1837.

³⁴ APESC. Ofícios dos Juízes de Paz para Presidente da Província. Vol. 2 1838 – p. 35-37. Ofício de 11 de maio de 1838.

constam nessa lista fossem de pessoas residentes na sede da vila, daí o pequeno número de lavradores que provavelmente se concentravam nas áreas rurais. Se levarmos em conta toda a extensão do município de Laguna, supomos que o número de lavradores era superior ao de negociantes, como afirmado acima. O interessante é notar como os cargos públicos, patentes de oficiais e de guardas nacionais são ocupados majoritariamente por negociantes, o que lhes conferia boa parte do poder político da vila, e também indicava seu poder econômico, uma vez que para fazer parte da Guarda Nacional era necessário dispor uma renda igual ou superior a cem mil réis.³⁵

Laguna configurava-se então, em meados dos anos 1830, como um importante porto na região sul da província de Santa Catarina, porém de caráter secundário no contexto nacional. Mesmo assim, mantinha relações comerciais com o centro do país, com a capital da província e com a província vizinha do Rio Grande do Sul. Essa movimentação de mercadorias possivelmente gerava também uma circulação de idéias. Sempre que chegava uma embarcação proveniente de uma região do Império, trazia em seu interior além dos produtos para comercializar, as notícias daquela região, que eram transmitidas no “boca-a-boca” pelos marinheiros ao pessoal que trabalhava no porto e assim o processo se ramificava até a notícia atingir os lugares mais interioranos da província.

Assim, Laguna com uma movimentação de embarcações provenientes do Rio de Janeiro, possivelmente, mantinha-se atualizada a respeito dos acontecimentos da Corte imperial e da província fluminense. Também recebia informações sobre a capital catarinense, Desterro e notícias vindas do sul, da província do Rio Grande, porque a proximidade territorial também facilitava a chegada de novidades por terra.

Regência

³⁵ RIBEIRO, José Iran. **Quando o serviço os chamava**: milicianos e Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845). Santa Maria: Ed. UFSM, 2005. p. 172.

No início dos anos 1830, as notícias que chegavam em Laguna da Corte eram as da abdicação do Imperador Pedro I. Este momento político havia se tornado muito delicado e a oposição ao Imperador se fazia sentir fortemente na imprensa, que taxava o monarca de absolutista e despótico no exercício do poder. A insatisfação com o governo ganhava as ruas no Rio de Janeiro e o Imperador isolava-se cada vez mais. A situação se agravava enquanto D. Pedro tomava algumas medidas para tentar contornar a crise.³⁶ As medidas, no entanto, não surtiram resultado, e a tensão política culminou na abdicação do Imperador em abril de 1831. Com isto, instalou-se a Regência para comandar o Brasil, uma vez que o herdeiro legítimo ao trono, Pedro II, não tinha idade suficiente para assumir a Coroa. Em contraposição ao centralismo exercido por D. Pedro I durante o primeiro reinado, a tendência que marcou o período regencial em seus primeiros anos foi de descentralização. Medidas que conferiam mais autonomia e poder para províncias e municípios foram tomadas durante esse período.

Uma delas, a aprovação do Código do Processo Criminal em 1832, trouxe algumas mudanças que sinalizavam essa tendência descentralizadora, característica da política liberal. Instituído entre outras coisas o júri popular, o novo código também estabelecia maiores prerrogativas, entre as quais, atribuições policiais aos Juízes de Paz, juiz leigo e o único eleito localmente. Essas mudanças possibilitavam aos municípios maior autonomia na escolha das autoridades locais e tornavam a figura do Juiz de Paz importantíssima no cenário político da época – a correspondência entre Juiz de Paz e Presidente da Província é intensa no período estudado. Segundo Ilmar Rohloff de Mattos, na avaliação dos políticos conservadores, desde 1832 o poder do Juiz de Paz “era tudo”, enquanto que o do Juiz de Direito, nomeado pelo Governo, “havia”.³⁷ De acordo com Thomas Holloway, a partir de 1832, os juizes de paz tinham plenos poderes em âmbito

³⁶ Segundo Marco Morel, “D. Pedro I ainda tenta salvar a situação e convoca a 19 de março, pressionado pelas manifestações, um novo ministério, no qual predominam políticos brasileiros da nova geração. Mas, sentindo-se acuado, a 5 de abril o monarca monta outro gabinete ministerial, integrado por cinco marqueses e um visconde, à maneira do Antigo Regime”. MOREL, Marco. **O período das Regências: (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. p. 18-19.

³⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do estado imperial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Access, 1994. p. 206.

local para investigar, prender, determinar acusação, estabelecer fiança, julgar, sentenciar e punir violações das posturas municipais e contravenções.³⁸

Além de todas essas prerrogativas policiais, cabia ao Juiz de Paz a função de presidir a mesa de votação das eleições paroquiais nas localidades, o que possibilitava ao juiz “influir” nos resultados favorecendo seus possíveis aliados e bases de apoio. Cabia ainda ao Juiz de Paz nomear os oficiais de justiça nos distritos e indicar os nomes para os cargos de escrivão e inspetor de quartelão, os quais seriam designados pelas Câmaras Municipais.³⁹ Nesse sentido, o cargo de Juiz de Paz, mesmo não sendo remunerado, tornava-se muito atraente, proporcionando uma boa gama de poder aos seus ocupantes.

Além do Código do Processo Criminal, em 1834 foi promulgado o Ato Adicional, também na linha das reformas descentralizadoras. Caracterizou-se como a primeira emenda na Constituição brasileira, outorgada dez anos antes por D. Pedro I. Com a edição do Ato Adicional, foram criadas as Assembléias Provinciais “com maior grau de autonomia e deliberação”⁴⁰ conferindo, dessa maneira, maiores poderes ao âmbito regional.

Outra questão que pautava a política da Regência era a questão da manutenção da ordem e da unidade do Império. Uma das primeiras medidas tomadas nesse sentido foi a desmobilização do exército brasileiro e a extinção das unidades de milícias espalhadas nas diversas províncias, as quais foram substituídas pela Guarda Nacional, criada em 1831. Segundo José Murilo de Carvalho as razões para a desmobilização do exército brasileiro passavam por três motivos principais.

O primeiro teria relação com a utilização de grandes exércitos para a sustentação de regimes absolutistas na Europa. Na América, a manutenção de exércitos fortes poderia contribuir para o surgimento de ditadores, como já acontecia na Argentina com Rosas e no México com Santa Anna. O segundo motivo era porque o emprego de grandes contingentes nas forças armadas retiraria do trabalho uma boa parcela da mão-de-obra. E, finalmente, e o argumento mais importante para

³⁸ HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. p. 158.

³⁹ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. p. 193.

⁴⁰ MOREL, Marco. Op. cit. p. 30.

justificar a quase extinção da tropa de linha era que esta era formada pelas camadas mais baixas da população e em função disso era um fator de anarquia ao invés de ordem porque era grande a possibilidade da mesma se unir à população.⁴¹

A questão fundamental estava em se retirar da camada da população, considerada “perigosa”, o acesso as armas e a fácil mobilização de contingente humano que o exército proporcionava. A tropa do exército, bem como os corpos de milícias que atuavam nas províncias brasileiras eram formados pelos estratos mais pobres da população, vislumbradas nesse período como de fácil convulsão e de pouco controle quando rebelada. Os temores eram de que ao invés de combater o povo que por ventura viesse a se revoltar, a tropa do exército se identificasse com as reivindicações e se unisse à população na revolta, uma vez que compunha a mesma camada da sociedade, e enfrentava, basicamente, os mesmos infortúnios.

A criação da Guarda Nacional foi a solução encontrada pelos liberais para tentar resolver os problemas da manutenção da ordem e da unidade territorial do Império, ainda muito frágeis nesse período. A resposta seria concentrar nas mãos dos considerados “cidadãos” a responsabilidade pelo policiamento das questões internas do Império e subordinar às autoridades civis o controle sobre uma força armada, que garantiria a estabilidade e ordem no território nacional. Segundo José Iran Ribeiro, a Guarda Nacional era diferenciada, pois ela significava uma nova força armada comprometida com o Imperador e interessada em defender as relações de produção vigentes e o Brasil como uma nação soberana. Era de sua responsabilidade manter a unidade do Império e era tida como uma força confiável por ser composta por cidadãos eleitores, ou seja, proprietários.⁴² Assim, os integrantes, ao defenderem o Império e o Imperador, estariam, automaticamente, defendendo seus interesses na manutenção de uma sociedade de proprietários de terras e escravos. É preciso lembrar que o exército brasileiro não foi completamente extinto, no entanto teve seu efetivo consideravelmente reduzido, mas ainda era responsável pelo enfrentamento de ameaças externas ao

⁴¹ CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**: a elite política imperial; **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 189-190.

⁴² “Na Guarda Nacional, somente deveriam ser alistados os indivíduos participantes da vida política do Império, ou seja, aqueles cidadãos que auferissem o mínimo de renda exigido para ser eleitor, cem mil réis, conforme previa a Constituição do Império no seu artigo 6º”. RIBEIRO, José Iran. Op cit. p. 172.

território brasileiro. À Guarda Nacional caberia a função de contribuir na tarefa de manter a ordem interna do Império e também em questões externas como força auxiliar de 2ª linha.⁴³

Rebeliões e revoltas

Apesar de todas essas medidas, a Regência em seus primeiros anos não conseguiu alcançar a estabilidade política almejada, a ordem interna foi constantemente quebrada, tornando o período regencial em um dos mais conturbados da história do Império, como afirma Mathias Röhrig Assunção, “a ‘Revolução’ liberal de 7 de abril de 1831 foi considerada por muitos patriotas como a ‘verdadeira’ data da independência brasileira. No entanto, os Regentes liberais que dirigiram o Brasil em seguida não conseguiram atingir estabilidade política [...]”.⁴⁴ A ordem intentada foi abalada por protestos e revoltas que eclodiram em diversas regiões do país. José Murilo de Carvalho aponta várias revoltas em diferentes pontos do território brasileiro nos anos iniciais da regência. Segundo ele, no Rio de Janeiro, capital do Império, a agitação foi mais intensa. Ocorreram cinco levantes em 1831 e 1832. Os distúrbios eram tão intensos que em 1832 o Conselho de Estado foi consultado devido ao perigo de que a anarquia se espalhasse e que províncias do norte se separassem do restante do Império. Na Bahia e em Pernambuco também foram verificados diversos levantes.⁴⁵

Esses conflitos ocorriam pelos mais variados motivos. Descontentamento popular contra o alto custo de vida, problemas cotidianos enfrentados pela alta da inflação, pela infiltração de moedas falsas no comércio e mercado, e por um sentimento que causava embates desde o período da independência, o antilusitanismo. Segundo Gladys Sabina Ribeiro, era necessário incutir uma noção de brasilidade na população, um sentimento de amor pela nação, construir o “ser brasileiro”,

⁴³ Idem. p. 135-139.

⁴⁴ ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Elite politics and popular rebellion in the construction of post-colonial order: the case of Maranhão, Brazil (1820-1841). In: **Journal of Latin American Studies**. n. 31. 1999. p. 2. [The liberal ‘Revolution’ of the 7th of April 1831 was considered by many patriots as the ‘true’ date of Brazilian Independence. However, the liberal Regents who ruled Brazil thereafter did not manage to achieve political stability]. Tradução minha.

⁴⁵ CARVALHO, José Murilo. Op. cit. p. 251.

e isto foi sendo feito em oposição ao “ser português”, criando uma identidade para a *Nação brasileira* ao mesmo tempo em que se forjava um distanciamento da *Nação portuguesa*. Procurou-se pautar um modelo de cidadania brasileira baseada no amor à Causa da Independência, ou seja, a Causa do Brasil.⁴⁶ No entanto, as noções do “ser brasileiro” e “ser português” eram um tanto quanto confusas. De acordo com Gladys Sabina Ribeiro, “ser português” não necessariamente era característica de quem nasceu em Portugal, e sim, do absolutista, do “inimigo”. O “ser brasileiro” significava aquele adepto da causa da Independência, dessa maneira, portugueses de nascimento podiam ser considerados “brasileiros” se jurassem fidelidade à causa do Brasil e à Independência.⁴⁷

Apesar das construções retóricas e políticas, os enfrentamentos entre portugueses e brasileiros se davam também em outro campo que não o político-ideológico. O sentimento antilusitano estava presente em boa parte do território nacional e os conflitos ocorriam em um terreno muito mais palpável às classes populares, a disputa pelo mercado de trabalho. A intensa imigração portuguesa para o Brasil, desde o século XVIII e início do XIX, inundava os mercados de trabalho brasileiros com mão-de-obra barata que disputava diretamente com os escravos de ganho, população livre “de cor” e trabalhadores nacionais.⁴⁸

Apesar do antilusitanismo atingir boa parte do território brasileiro, durante nossa pesquisa não encontramos manifestações específicas de antilusitanismo em Laguna. Como vimos acima, de acordo com o censo de 1833, Laguna contava com 85 estrangeiros, sendo que destes 67 eram homens. Uma possibilidade para a aparente ausência do antilusitanismo é que esses estrangeiros atuassem, em sua maioria, como negociantes na vila. Mesmo considerando que todos fossem portugueses, representavam um número diminuto em relação à população da vila e trabalhando

⁴⁶ RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume-Dumará, 2002. p. 61-62.

⁴⁷ Idem. p. 60-62.

⁴⁸ Jovens e pobres, muitos portugueses deixaram Portugal para trabalhar no comércio brasileiro, geralmente com um parente ou conhecido já estabelecido nesse ramo. Vinham, na maioria das vezes, com a passagem paga pelo parente ou pelo comandante do navio, que recebia posteriormente do comerciante estabelecido, ficando assim, o jovem português, *engajado* pela dívida da passagem. Enfrentavam duras condições de trabalho e extenuantes jornadas até conseguirem pagar suas dívidas e iniciarem o trabalho por conta própria no comércio varejista brasileiro. Uma vez estabelecidos, podiam voltar para Portugal ou então trazer um jovem português para trabalhar para si no comércio, reproduzindo o ciclo. Para mais informações sobre os *engajados* ver: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Proletários e escravos**: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. **Novos Estudos** – CEBRAP 21 (1988); RIBEIRO, Gladys Sabina. Op. cit.

como negociantes, não entrariam em conflito com a população mais pobre, como ocorria nas disputas pelo mercado de trabalho em outras partes do Brasil.

Além de todos esses motivos, também contribuía para a ocorrência de outras revoltas, disputas econômicas e políticas entre as regiões brasileiras, especialmente, entre a Corte e as demais províncias. Um desses conflitos foi a Guerra dos Farrapos iniciada em 1835 na província do Rio Grande do Sul. Essa província localizada no extremo sul do território brasileiro sempre teve importância militar e estratégica para o Império, pois situada numa região fronteiriça, era a primeira linha de defesa contra invasões estrangeiras e ao mesmo tempo, trampolim para investidas brasileiras na região platina. Por encontrar-se numa posição de grande importância para o país, era vital que dispusesse de uma boa força militar. Grandes proprietários dispunham de exércitos particulares para desencorajar possíveis invasões e no caso de ataque, ter condições de repelir o inimigo. Por esses motivos o Rio Grande desfrutava de algum poder de barganha frente ao poder central.⁴⁹

Nas décadas iniciais do século XIX o Rio Grande do Sul havia se consolidado como o principal fornecedor de charque para o abastecimento do mercado interno brasileiro, com sua economia baseada na pecuária de grande propriedade. O charque, como base principal na alimentação dos escravos, detinha um atraente mercado consumidor em grande parte do território brasileiro. O governo central interessado na manutenção de baixos preços para o charque no mercado brasileiro, para benefício dos grandes produtores agro-exportadores, diminuindo seus custos de produção, reduziu as tarifas alfandegárias para importação do charque platino que, com um menor preço, foi substituindo o produto rio-grandense. Essa situação se mostrou danosa aos interesses da camada dominante dessa província que vinha, gradativamente, perdendo espaço para os concorrentes estrangeiros no mercado interno brasileiro.⁵⁰

⁴⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. cit. p. 152.

⁵⁰ Um decreto de 6 de junho de 1835 em artigo único determinava que “os gados de qualquer gênero importados da Província de São Pedro do Sul dos Estados vizinhos não estão sujeitos aos direitos de importação”. Coleção das Leis do Império do Brasil. <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio/>. A isenção de imposto sobre o gado importado poderia ser tentativa de compensação aos rio-grandenses devido ao descontentamento dos proprietários e estancieiros pelos privilégios existentes ao charque platino.

Além disso, em 1828, “a independência da Província Cisplatina implicou, para o Rio Grande a perda do gado uruguaio que não mais foi dirigido para as charqueadas e sim para os *saladeros* platinos que se rearticularam [...] foram prejudicados os interesses econômicos dos rio-grandenses [...] abalando o prestígio dos gaúchos nas armas.”⁵¹ Com isso a relação de força nas negociações da província rio-grandense frente à Corte se desestabilizou, permitindo que atuasse com maior força o sistema de dominação política instaurado pela estrutura administrativa imperial. Esse sistema entre outras medidas implicava na indicação direta dos presidentes de província e no afastamento de funcionários locais segundo os interesses do Governo Central.⁵²

Dessa maneira as divergências entre centro e periferia não se davam apenas no campo estratégico e econômico, mas também passavam pelo âmbito político. O descontentamento com a nomeação de presidentes da província, atribuição do governo central, se dava pois influiria nas nomeações em várias instâncias do poder local, uma vez que vários cargos eram indicados pelo presidente da província. Isso afetou interesses já estabelecidos na província do Rio Grande do Sul e causou grande insatisfação, que somada as questões econômicas contribuiu para ocasionar a revolta farroupilha. Homens como Bento Gonçalves da Silva, Domingos José de Almeida, Antônio Souza Neto, proprietários de terras e gado e ligados às instâncias do poder local, encabeçavam o movimento, buscando defender a manutenção de sua influência regional. Havia ainda aqueles, como Bento Manoel Ribeiro, que procuravam defender seus interesses da maneira que melhor conviesse, apoiando ora os farroupilhas, ora imperiais, demonstrando também, ambigüidade e oportunismo nas relações políticas da época.

Em seu primeiro ano a revolta não se propôs como separatista, apenas reivindicava que seus interesses fossem defendidos e suas exigências fossem atendidas. No entanto, no ano seguinte, 1836, foi proclamada a República Rio-Grandense convocando as outras províncias a se rebelarem com a proposta de uma federação de estados brasileiros autônomos, propagandeada pela imprensa farroupilha em seus jornais. Segundo César Augusto Guazzelli, apesar dos exemplos utilizados

⁵¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Farroupilha**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 42.

⁵² HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr. **História geral da civilização brasileira**: dispersão e unidade. 5 ed. São Paulo: DIFEL, 1985. p. 499.

apontarem as vantagens da federação, a noção de federalismo era vaga, não passando da idéia de autonomia provincial. No entanto essa noção era difundida como a libertação da opressão do Império Brasileiro.⁵³

Um dos interesses dos farroupilhas na eclosão de conflitos em outras partes do Império era que isso levaria o governo do Rio de Janeiro a dividir sua atenção para a repressão desses novos movimentos. Com a divisão das forças imperiais empenhadas em outras regiões brasileiras aliviaria a pressão sentida pelos farroupilhas. Outro motivo era econômico. A República Rio-Grandense havia adotado o federalismo com a intenção de que à medida que as revoltas provinciais fossem proclamando suas independências, elas se tornassem repúblicas autônomas unidas ao estado rio-grandense por meio da federação. A adoção se dava pelo fato de a província rio-grandense depender do mercado interno brasileiro para comercializar seus produtos.⁵⁴ Um dos objetivos era enfraquecer o governo do Rio de Janeiro e conseguir apoio das demais províncias para que se formasse a nova federação de estados independentes.

E as rebeliões foram eclodindo nas outras províncias, não seguindo necessariamente o apelo farroupilha. A Cabanagem no Pará que durou de 1835 até 1840, foi um dos conflitos mais sangrentos desse período. Os rebeldes ficaram no poder em Belém por aproximadamente um ano e se declararam independentes do governo do Rio de Janeiro. Acuados, deixaram Belém após uma forte ofensiva imperial e mantiveram uma luta de guerrilha pelo interior paraense, até 1840, quando os últimos rebeldes foram capturados. Participaram do movimento pequenos agricultores, grande quantidade de índios, militares, caboclos e escravos.⁵⁵ Segundo David Cleary, o processo de destribalização na região Amazônica desde o século XVIII na região norte do país teve papel fundamental para a eclosão da revolta. Após a expulsão dos jesuítas em 1755, os aldeamentos indígenas passaram à administração leiga, conforme a legislação (*Diretório dos Índios* – 1757). No

⁵³ GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. Textos e lenços: representações de federalismo na república rio-grandense (1836-1845). In: **Almanack Brasiliense**. Maio/2005. Revista Eletrônica.

⁵⁴ JÚNIOR, Antônio Manoel Elíbio. Uma mulher ilustre do Brasil: Anita Garibaldi e o culto à nação. In: AREND, Sílvia Maria Fávero; BRANCHER, Ana. (Orgs.) **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001. p. 148.

⁵⁵ MOREL, Marco. Op. cit. p. 61.

entanto o governo provincial se mostrou incapaz de administrar as missões e após o fim da vigência do *Diretório*, os índios foram deixados por conta própria. Eram extremamente importantes no comércio regional, que era muito dependente deles, além de serem mão-de-obra necessária aos colonos, eram hábeis canoeiros e comercializavam os produtos da floresta, os quais eram as principais exportações da região.

Além disso, outra opção aberta aos índios nesse período era de se alistar ao exército. No início de 1830, eles ocupavam praticamente todos os postos e tropa na província do Pará. Essa situação atingia tal ponto que quando iniciou a Cabanagem os legalistas não contavam com nenhuma unidade de “hão-índios” para socorrer-lhes, e após a morte dos oficiais, as instituições militares, exceto a Marinha, passaram às mãos dos rebeldes.⁵⁶ A revolta se espalhou pela província pelo rio Amazonas até Manaus. A Cabanagem foi umas das mais violentas revoltas províncias, deixando um saldo de 30 mil mortos e inúmeros feridos. O número de mortes equivalia a vinte por cento da população do Pará na época.⁵⁷

O levantamento desses conflitos ocorridos em diversas partes do território brasileiro se faz necessário para termos noção das condições sociais e políticas pelas quais passava o Brasil durante a Regência. A ocorrência de levantes e revoltas em várias províncias ajuda a avaliar a situação institucional do Império e as condições precárias operadas pelo governo regencial na Corte. Essa instabilidade política e a pressão levaram Diogo Antônio Feijó, que havia sido eleito regente uno em 1835 a renunciar seu cargo em 1837. O período liberal da regência havia falhado em pontos importantes para a condução da política imperial: a manutenção da ordem não havia sido alcançada, as revoltas se multiplicavam pelo território brasileiro, e “o regente eleito tinha -se revelado incapaz de arbitrar as divergências dos grupos dominantes”.⁵⁸ Com isso, assumiu a regência Araújo Lima, futuro Marquês de Olinda, trazendo ao centro do poder e à direção da política nacional o grupo dos políticos conservadores, que com uma administração centralizadora, iniciaram o que se chamou de

⁵⁶ CLEARY, David. Lost Altogether to the Civilised World: race and the Cabanagem in Northern Brazil, 1750-1850. In: **Comparative Studies in Society and History**. vol. 40, n. 1. 1998. p. 115.

⁵⁷ CARVALHO, José Murilo. Op. cit. p. 253.

⁵⁸ Idem. p. 255.

regresso conservador. De acordo com José Murilo de Carvalho, *regresso* buscou anular as medidas descentralizadoras operadas no período inicial da Regência, devolvendo ao governo central os poderes perdidos principalmente com a promulgação do Ato Adicional de 1834 e com o Código de Processo Criminal de 1832. Com a reforma do Código Criminal em 1841, os juízes de paz perderam boa parte de suas atribuições, passando estas para os delegados de polícia e todo o funcionalismo da justiça passou a ser controlado pelo ministro da Justiça. A interpretação do Ato Adicional em 1840 retirou das assembléias provinciais o controle sobre funcionários do governo central.⁵⁹

Com o advento do regresso e a política de centralização do poder na Corte, ocorreu uma diminuição da autonomia das províncias e, diversas outras rebeliões eclodiram contra essas ações, como: a Sabinada em 1837-1838 e as Revoltas Liberais em São Paulo e Minas Gerais em 1842. A Sabinada eclodiu na Bahia em 1837 logo após a renúncia de Diogo Antônio Feijó da regência do império, sendo liderada pelos liberais radicais baianos que reivindicavam mais autonomia para a província da Bahia. Estes utilizaram a renúncia de Feijó e o início do *regresso conservador*, com a regência de Araújo Lima, como justificativa para a revolta. No entanto, Hendrik Kraay afirma que o conflito representou muito mais do que disputas de poder entre as elites locais e a elite política fluminense na Corte. Segundo ele, os aspectos sociais e a participação dos mais pobres tiveram papel fundamental no quadro que esta nova interpretação delineia sobre a revolta. A desmobilização de parte da tropa do exército e a criação da Guarda Nacional atingiram em cheio a Bahia provocando um grande número de desempregados nas camadas mais pobres da população. A participação destes nas milícias municipais era numerosa. Segundo Kraay, Salvador contava com quatro regimentos de milícias: um corpo de comerciantes, um segundo de brancos livres pobres, os *Henriques* composto de negros livres e por último uma unidade formada por mulatos.⁶⁰

Essas milícias ainda continuariam ativas até o início dos anos 1830 quando a criação da Guarda Nacional desmobilizou-as. Esse fato aliado à recessão vivida pela Bahia devido à competição com o açúcar cubano, uma inundação de moedas falsas e inflação proveu a Sabinada de

⁵⁹ Idem. p. 235.

⁶⁰ KRAAY, Hendrik. As terrifying as unexpected: the bahian Sabinada, 1837-1838. In: **Hispanic American Historical Review**. 72, n. 4. 1992. p. 513.

um grande número de baianos descontentes, muitos deles com treinamento militar.⁶¹ Rapidamente a Sabinada foi perdendo o apoio inicial dado pelas elites locais que foram se retirando de Salvador, tomada pelos revoltosos. A repressão imperial impôs um cerco à capital que foi abalando as forças dos insurgentes. Em fevereiro de 1838, uma tentativa de quebrar o cerco falhou e as lideranças do movimento perderam o controle da situação para a população que iniciou uma radicalização atacando diversas propriedades e portugueses, vistos há muito como inimigos.⁶² A repressão contra os revoltosos foi extremamente violenta ocorrendo execuções de soldados rendidos e diversas deportações.

A tarefa do regresso e dos conservadores seria a de manter a ordem e a preservação da unidade territorial do Império ameaçada pela onda de rebeliões desencadeadas no período regencial. Para muitos autores, as medidas centralizadoras do regresso significaram uma ordenação do Império através de uma concentração extrema de poderes na corte do Rio de Janeiro em detrimento da autonomia regional.

Segundo Ilmar Rohloff de Mattos, nesse momento o governo central através de medidas sobre a política de terras, tributária e sobre a mão-de-obra buscava essa ordenação centralizadora. Além dessas políticas e da ação repressiva, a Coroa entendia ser necessária também a centralização administrativa para seguir adiante com essas ações.⁶³ Analisando os procedimentos adotados pelos conservadores após o regresso e em seu predomínio na direção da política imperial, Mattos reforça a idéia da importância do centralismo administrativo como condição básica para a consolidação do Estado Brasileiro.

Para Mirian Dolhnikoff, a adoção das medidas centralizadoras, não representa, no entanto, “uma anulação da autonomia regional e da subjugação das elites provinciais a uma elite nacional”.⁶⁴ Ela defende que essas medidas buscaram unificar o aparelho repressor na Corte. Como aponta José

⁶¹ Idem. p. 503.

⁶² O antilusitanismo já estava presente na Bahia desde as Guerras de Independência e pela disputa entre nacionais e portugueses pelo domínio do comércio a retalho.

⁶³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. cit. p. 85.

⁶⁴ DOLHNIKOFF, Mirian. Elites regionais e a construção do Estado Imperial. In: JANCSÓ, István (Org.). **Brasil: formação do estado e da nação**. São Paulo-Ijuí: Ed. HUCITEC, Ed. UNIJUÍ, FAPESP, 2003. p. 442.

Murilo de Carvalho, o Ministro da Justiça ganhou poderes para nomear ou demitir “desde o desembargador até o guarda de prisão”.⁶⁵ Segundo Thomas Holloway, de acordo com a reforma do Código do Processo Criminal de 1841, os delegados de polícia ganharam poderes para acusar, investigar, julgar, sentenciar e punir, todos os crimes, exceto os de maior gravidade, como os *crimes de sangue*.⁶⁶ A concessão dessas prerrogativas aos delegados não foi uma inovação autoritária da centralização efetuada pelo *regresso*, pois como vimos, esses poderes anteriormente eram atribuições dos juízes de paz, até 1841.⁶⁷

O funcionalismo da justiça e da polícia sendo controlados e nomeados diretamente pelo Ministro da Justiça e a perda pelos juízes de paz dessas atribuições em benefício dos delegados e subdelegados demonstram a preocupação dos conservadores com a questão da manutenção da ordem e, que estes entendiam um aparato policial e judiciário centralizado como mais eficaz na tarefa de erradicar a desordem, entendida pelos conservadores como fruto da descentralização. “As constantes disputas entre as invariáveis facções, [...] as rebeliões que em decorrência sacudiam as províncias, exigiam essa centralização, sob pena de, caso nada fosse feito, pôr em risco o próprio Estado.”⁶⁸ Dolhnikoff destaca a importância da centralização do aparelho repressor, uma vez que o próprio Estado corria perigo, mas, segundo ela, as províncias mantiveram jurisdição e poder de decisão sobre diversos assuntos no âmbito da política provincial, como a tributação, arrecadação de recursos e nomeação de empregados provinciais, excetuando-se os cargos de magistratura e ligados ao aparelho coercitivo.⁶⁹

Concordamos com o argumento de Dolhnikoff de que a centralização promovida pelo regresso não representou de maneira radical uma anulação da autonomia nas províncias e que a concentração de poderes se deu de forma mais incisiva no aparelho repressor, devido à necessidade de se combater as rebeliões provinciais. Diversas atribuições continuaram de competência regional

⁶⁵ CARVALHO, José Murilo. Op. cit. p. 235.

⁶⁶ Crimes envolvendo mortes.

⁶⁷ HOLLOWAY, Thomas H. Op. cit. p. 158-159.

⁶⁸ DOLHNIKOFF, Mirian. Op. cit. p. 442.

⁶⁹ Para mais, ver: DOLHNIKOFF, Mirian. Op. cit; DOLHNIKOFF, Mirian. O lugar das elites regionais. In: **Revista USP**, n. 58, p.116-133, junho/agosto 2003.

e mesmo aqueles cargos nomeados pelo Governo Central teriam de promover uma negociação com as classes dominantes locais para conseguirem apoio e alcançar um certo consenso acerca de suas posições.

O embate entre centralização e descentralização se dava pela falta de consenso entre os proprietários, interessados em defenderem seus interesses particulares. Marcus J. M. Carvalho estudando as eleições de 1828-30 e a implementação da Justiça de Paz no Império resume a disputa pelo poder local em uma frase: “as elites locais não estavam unidas”.⁷⁰ Segundo ele as facções estavam em constante luta, “interessadas em algum novo arranjo político que lhes permitisse maior flexibilidade, mais espaço, mais poder”.⁷¹ Essas querelas, também destacadas por Dolhnikoff, ocorriam em âmbito local, regional e nacional.

As rebeliões seguiram ocorrendo Segundo Reinado adentro e, as disputas entre as facções, ocorreram também na última grande revolta desse contexto de construção do Estado Imperial Brasileiro e manutenção da ordem e integridade territorial, a Insurreição Praieira. Marcus Carvalho trabalhando principalmente com os autos de inquérito sobre a Praieira busca entender as diversas faces dessa revolta ocorrida em Pernambuco em 1848, procurando identificar nela a participação e as motivações das camadas populares de Recife.

Uma das faces seria uma disputa da elite provincial pelo poder local, entre o Partido Liberal e uma dissidência deste que formou o “Partido Praieiro”. O desentendimento se deu pela alternância no poder dos partidos, que ao assumir demitiam todos os funcionários de confiança empossados pela administração anterior para empregar seus próprios clientes e homens de confiança. Segundo Marcus Carvalho, o governo praieiro após assumir o poder iniciou a substituição dos funcionários provinciais por seus aliados, delegados entre outros, para aumentar o poder de suas bases locais. Tempos depois, em 1848, com a queda dos liberais na corte, ocorreu o mesmo processo, mas nesse

⁷⁰ CARVALHO, Marcus Joaquim M. de. Aí vem o Capitão-Mor: as eleições de 1828-30 e a questão do poder local no Brasil imperial. In: **Tempo**, 7, n. 13. 2002. p. 174.

⁷¹ Idem. p. 175.

momento, as demissões aconteciam no lado dos praieiros, fenômeno chamado de *gangorra* da política imperial.⁷²

No entanto muitos proprietários vinculados ao partido praieiro se recusaram a entregar seus cargos e armas, dando início à Insurreição Praieira quando soldados tentaram desarmar o coronel praieiro Manoel Pereira de Moraes, levando alguns autores contemporâneos a classificar o conflito realmente como uma disputa pelo poder político.⁷³

Mais um nome dado à Praieira é a “Guerra do Moraes”, denominação que ficou gravada na tradição oral dos moradores da zona da mata do norte do Recife, onde a disputa se deu entre os grandes proprietários defendendo seus cargos e envolveu grande parte da população rural, ligadas aos senhores pelos laços de clientelismo. Porém, para Marcus Carvalho, na convivência do dia-a-dia, a visão da relação entre o chefe político e seu cliente ocorre de forma desigual. O cliente não apenas recebe a pressão do patrão que tenta impor sua visão das coisas, ele busca interpretar essa pressão e influir no processo, pensando e agindo do seu modo, tentando durante a negociação garantir uma série de direitos que já lhe são concedidos e na medida do possível, expandi-los.⁷⁴

Nesse sentido, Marcus Carvalho busca analisar a Praieira entendendo a participação das camadas mais pobres da população e suas motivações para se engajarem no movimento. Os inquéritos policiais conduzidos após a repressão da insurreição apontam apenas os líderes sendo que alguns aparecem como: lavradores de terra, pequenos negociantes, trabalhadores especializados, semi-especializados, professores, contadores, secretários, entre outros. Para Marcus Carvalho, os funcionários públicos arrolados nos processos, provavelmente estavam defendendo também seus empregos, ameaçados pela *gangorra* da política. Segundo ele, “não há líderes sem seguidores. Essa amostra, portanto, permite entrever que as opiniões do visconde de Camaragibe, ou de Nabuco,

⁷² CARVALHO, Marcus Joaquim M. de. Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. In: **Revista Brasileira de História**. vol. 23, n. 45. 2003. p. 212.

⁷³ Nabuco também destaca a disputa política em Pernambuco como uma das causas da Revolta da Praia. Ver: NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 93-120.

⁷⁴ Idem. p. 219.

José Murilo de Carvalho também identifica no clientelismo uma relação de interação entre atores de poder desigual. Para uma discussão mais detida sobre esse conceito, ver: CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 130-153.

sobre a presença dos grupos subalternos na Praieira, não eram totalmente infundadas.”⁷⁵ Buscando então as motivações para a participação dos mais pobres no movimento, Marcus Carvalho identifica na radicalização das eleições, nos comícios e manifestações de rua envolvendo a população, a chave para se entender o envolvimento das classes subalternas na Praieira. Entre 1845 e 1848 haviam ocorrido em Recife, cinco manifestações de rua violentas em que participaram maciçamente elementos mais pobres do povo. Essas manifestações tinham um propósito principal: a reivindicação pela nacionalização do comércio a retalho, dominado em Recife pelos portugueses. Foram levados abaixo-assinados exigindo a expulsão dos portugueses desse setor do comércio.⁷⁶

Ocorreu então uma convergência de interesses entre as lideranças da Praieira e as classes menos favorecidas da população do Recife. Houve uma confluência entre os interesses dos envolvidos. A população reivindicava a nacionalização do comércio a retalho e isto foi incluído pelos praieiros também em sua pauta política. A nacionalização foi o que ligou as diferentes camadas sociais presentes na revolta e esteve em todos os principais manifestos da revolta.⁷⁷

Dessa maneira, ao participar do movimento, a população do Recife acreditava estar lutando pela defesa de seus direitos e não apenas seguindo os oficiais ou seus patrões que os chamavam para o combate. A presença dos portugueses que dominavam o setor do comércio mais miúdo era grande em, praticamente, todo o país e foi contra isso que se revoltou a população do Recife. Segundo Marcus Carvalho, nem sempre a população se revolta contra seu superior imediato, mas em algumas vezes, contra aquele mais próximo, que está disputando o espaço de trabalho, neste caso, os portugueses solteiros que dominavam o comércio a retalho em Pernambuco.

A Praieira foi a última revolta desse período que ficou marcado pela turbulência que atingiu diversas partes do território do império brasileiro. De todas as rebeliões ocorridas a que por mais tempo se estendeu e causou muitos problemas para o Império foi a Guerra dos Farrapos, durando dez anos, e além da província do Rio Grande do Sul, também teve repercussões na província de Santa Catarina.

⁷⁵ Idem. p. 226.

⁷⁶ Idem. p. 228. [Itálicos como no original].

⁷⁷ Idem. p. 231-232. [Itálicos como no original].

República Juliana

Os combates da Guerra dos Farrapos se davam mais intensamente, no Rio Grande do Sul, desde 1836 e os insurgentes meridionais detinham controle da região da campanha, interior da província, com sua capital na vila de Piratini. No entanto, o porto de Rio Grande, principal acesso marítimo da província, permanecia sob domínio imperial. Desta maneira, “bloqueados na zona lacustre, onde a marinha nacional não lhes permitia o menor avanço, procuravam aqueles com os catarinenses do altiplano um porto de mar para desafoço.”⁷⁸

Foram elaborados planos para avançar sobre a província de Santa Catarina com o objetivo de tomar a vila de Laguna, que como vimos constituía um importante ponto no litoral sul da Província de Santa Catarina no período. Isso se dava pela necessidade do porto, e também, pelo elemento político mencionado anteriormente, de se avançar em direção a outras províncias e de se formar de uma federação de estados autônomos.

As intenções farroupilhas de levar a rebelião à província vizinha de Santa Catarina são percebidas já a partir de 1838 quando a vila de Lages no planalto catarinense foi ocupada pela primeira vez por forças farroupilhas. A reação do governo provincial à ocupação de Lages se fez sentir com a sanção da seguinte lei proibindo o comércio com Lages.

Lei Provincial de 4 de Abril de 1838

Art. 1 – Fica proibida a exportação de todos os artigos de comércio, de qualquer ponto da província, para o município de Lages, ou para parte dele, por tempo de um ano, se antes não for o dito município evacuado pelas forças insurgentes da província do Rio Grande do Sul, que ora o ocupam.⁷⁹

Essa lei visava prejudicar a economia lageana que dependia do sal para a criação do gado. Em março de 1839 foi proclamada a adesão da população de Lages à revolta, e declarada a incorporação da vila à República Rio-Grandense.

⁷⁸ BOITEUX, Henrique. **A República Catharinense**: notas para sua história. Rio de Janeiro: Xerox, 1985. p. 105.

⁷⁹ O Povo. n. 80. p. 3. Caçapava, 3 de julho de 1839.

Foram designados para comandar o ataque à Laguna Giuseppe Garibaldi, como comandante da esquadilha e Davi Canabarro, que lideraria a tropa por terra. Após realizar a famosa travessia dos lanchões⁸⁰, Giuseppe Garibaldi avançou por mar para dar apoio à chamada “Divisão Libertadora”⁸¹ que seguiu em direção à Laguna, comandada por Canabarro. Vencendo alguns combates no rio Tubarão e aumentando a flotilha farroupilha com as embarcações imperiais apreendidas, Garibaldi avançou sobre o porto de Laguna. As forças farroupilhas não encontraram muita resistência militar ao tomarem a vila em julho de 1839. A guarnição imperial estacionada em Laguna encontrava-se em menor número frente às forças farrapas e após confrontos iniciais, os legalistas retiraram-se temendo pesadas baixas na tropa. Mesmo assim morreram 17 soldados imperiais e 77 foram presos pelos farroupilhas.⁸²

Com a tomada de Laguna logo foi proclamada a República Catarinense, tornando-se um estado federado à República Rio-Grandense. Após ter conquistado esse ponto estratégico, os “farrapos” tentaram chegar, por terra, também em Desterro, capital da província catarinense. Depois de obterem controle de Laguna as forças farroupilhas continuaram avançando para o norte em perseguição das tropas imperiais que se retiraram de Laguna. Os farrapos avançaram cerca de 70 quilômetros até a planície do rio Massiambú. O avanço dos farroupilhas só foi contido devido a um entrincheiramento das forças imperiais protegido pela geografia do Morro dos Cavalos, que dificultava o acesso das tropas farrapas e lhes bloqueava o avanço para o ataque à Desterro. [Ver anexo - Mapa 1]

Com a proclamação da independência, praticamente metade da província catarinense ficou em mãos republicanas. Laguna abrangia toda a região sul da província e com a incorporação da vila de Lages, também sob controle rebelde, ao novo estado, o território da República Juliana se estendia do extremo meridional até o planalto catarinense. Buscou-se, então, iniciar a organização da

⁸⁰ Para levar os lanchões “Farroupilha” e “Seival” até o oceano, Garibaldi e seus comandados atrelaram as embarcações a várias juntas de bois e realizaram uma travessia por terra de 45 quilômetros da Lagoa dos Patos até a barra de Tramandaí, local não guarnecido pela Marinha Imperial. Este fato é heroicamente celebrado em vários livros, como o de FAGUNDES, Morivalde Calvet. **História da Revolução Farroupilha**. Caxias do Sul: Ed. UCS, 1985.

⁸¹ Esse foi o nome dado à divisão farroupilha que tomou Laguna em 1839, mais uma alusão ao caráter idealista de libertação da opressão imperial.

⁸² LUZ, Aujor Ávila da. **Santa Catarina: quatro séculos de história XVI ao XIX**. Florianópolis: Insular, 2000. p 186.

República Juliana e, para tanto, foram convocadas eleições para constituição do governo republicano. Canabarro ficou à frente do governo da nova república até que em 07 de agosto de 1839 foi convocado o colégio eleitoral. As eleições foram censitárias, seguindo os moldes da Constituição de 1824. Segundo a ata da eleição, foram convocados eleitores suplentes para substituir aqueles que ou se recusaram a votar ou então que haviam se retirado da vila devido à chegada das forças farroupilhas, demonstrando claramente que não apoiavam os rebeldes, como foi o caso do senhor Manoel José de Bessa que deixou Laguna em 22 de julho.⁸³ Muitos outros permaneceram na vila e destes, vinte e uma pessoas votaram na eleição para presidente. Compunham o colégio eleitoral: Antônio José Machado, Domingos José da Silva, Américo Antônio da Costa, Luciano José da Silva, Bartholomeu Antônio do Canto, José Pacheco dos Reis, Francisco Gonçalves Barreiros, entre outros.⁸⁴ Podemos notar aqui os nomes de alguns daqueles apontados anteriormente como negociantes e assíduos ocupantes de cargos públicos e continuaram atuando politicamente também durante a República Juliana.

Foram eleitos para presidente o Tenente-Coronel Joaquim Xavier Neves e para vice o padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro.⁸⁵ Em virtude de Xavier Neves encontrar-se em São José e impossibilitado de comparecer a Laguna pelas forças imperiais que bloqueavam as estradas, o padre Vicente Cordeiro assumiu a presidência. Podemos nos perguntar por quais razões Xavier Neves foi eleito presidente uma vez que não se encontrava em Laguna e não havia participado do processo de proclamação da república. Boiteux aponta Neves como um homem de grande prestígio na região sul e na serra e detentor de idéias liberais.⁸⁶ O prestígio do Coronel e sua influência sobre setores da tropa poderiam auxiliar os farroupilhas, inclusive, no intento de tomar Desterro. Talvez por esses motivos ele foi escolhido para presidir a República Juliana, porém como vimos não pode assumir. Em 31 de agosto o Presidente da Província de Santa Catarina informava ao Ministro da Guerra o seguinte:

⁸³ APESC. Ofícios da Câmara Municipal para o Presidente da Província. Vol. 1840 – p. 288. Ofício de 21 de janeiro de 1840.

⁸⁴ BOITEUX, Henrique. Op. cit. p. 157.

⁸⁵ Idem. p. 75.

⁸⁶ BOITEUX, Henrique. Op. cit. p. 133.

Está instalada a República Lagunense, e foi nomeado Presidente dela o Tenente Coronel das Guardas Nacionais Joaquim Xavier Neves, que está em S. José comandando o seu Batalhão. Eu não tenho até agora motivos seguros para desconfiar deste Oficial, e tenciono dar-lhe o Comando dos Batalhões da Terra Firme como chefe de Legião, porque me parece ativo e decisivo quando manda.⁸⁷

Mesmo afirmando que não tinha motivos para desconfiar de Xavier Neves e com intenções de lhe nomear para um alto cargo, o Presidente o chamou ao Palácio do Governo e o informou que seria responsabilizado por qualquer tentativa de sublevação que ocorresse em São José. Isso certamente também influenciou para que Neves não fosse até Laguna assumir a presidência da República Juliana.⁸⁸

Com a eleição do governo para a República Juliana, foi montada uma estrutura para organizar e dirigir os assuntos de interesse do novo estado. Foram nomeados ministros para atuarem nas diversas áreas.⁸⁹ A administração geral da República Catarinense ficou a cargo de seu Secretário de Estado, o italiano Luís Rosseti. A República Juliana enfrentou uma série de dificuldades em seus quatro meses de existência. Foram enfrentados problemas econômicos e políticos, além dos militares. Em uma correspondência enviada por Rosseti ao Ministro da República Rio-Grandense, Domingos José de Almeida, pode-se perceber uma certa desorganização no gabinete do governo, talvez causado pelos alaridos da guerra, ou pela ameaça de que a capital da república fosse retomada pelos legalistas. A falta de pessoal e de recursos implicaram em grandes dificuldades para Rosseti que descreve assim sua situação em 14 de setembro de 1839:

A falta de uma tipografia aqui me causa um transtorno que não posso lhe explicar. Não sei a quem recorrer para [ilegível] das diferentes repartições e eu não tenho

⁸⁷ APESC. Registro do Presidente da Província para Ministério da Guerra. Vol. 1839/1841 – p. 04-05v. Ofício de 31 de agosto de 1839.

⁸⁸ É interessante notar que ao contrário do que ocorreu em Pernambuco, onde a mudança dos partidos acarretava a derrubada dos políticos da antiga situação, em Santa Catarina os partidos em disputa buscavam o apoio das mesmas pessoas, que dispunham de algum destaque no poder regional.

⁸⁹ **Conselho Administrativo:** José Pacheco dos Reis, Antonio Claudino de Souza Medeiros, Capitão João Antonio de Oliveira Tavares, Tenente Vicente Francisco de Oliveira, Antonio José Machado e padre João Jacintho de S. Joaquim. **Ministro e Secretário d' Estado dos Negócios da Fazenda, Interior e Justiça:** João Antonio de Oliveira Tavares. **Ministro e Secretário d' Estado dos Negócios da Guerra, Marinha e Exterior:** Antonio Claudino de Souza Medeiros. **Ministro Plenipotenciário e Enviado Extraordinário do Governo Catarinense:** José Prudêncio dos Reis.

tempo de rever o que mando copiar. E tão demais que os meus borrões são quase ininteligíveis a mim mesmo.⁹⁰

Podemos notar nesse trecho que havia muito trabalho e pouco tempo e pessoal disponível, e possivelmente as pessoas que trabalhavam não estavam devidamente qualificadas, pois mesmo sem termos o conteúdo completo da frase, a expressão “não tenho a quem recorrer” deixa claro que não havia funcionários suficientes, ou os que cercavam Rosseti não estavam apropriadamente preparados para exercerem suas funções.

O governo da nova república já iniciou suas atividades em dificuldades financeiras. Apesar de toda mercadoria apreendida no porto resultante da tomada de Laguna pelas forças farroupilhas e de todo o dinheiro abandonado na vila⁹¹ durante a fuga das tropas e do aparelho de governo imperial, uma das primeiras medidas tomadas pelo Secretário de Estado foi solicitar ao governo da República Rio-Grandense um empréstimo:

me proponho de recorrer a um empréstimo seu desde já convencido que não alcançaremos nada ou bem pouco. Neste receio pretendo prevenir-me.
Parece-me que o Governo Riograndense [sic] poderá emprestar [...] ao governo da República Catarinense irmão a quantia suponhamos de Cem contos de reis em cédulas de papel moeda que esta se obriga a restituir-lhe no espaço de três anos mas em três pagamentos iguais em fim de cada ano com o prêmio de dez por cento [...]⁹²

Podemos notar o grau de preocupação expresso na correspondência de Rosseti. Essa é uma das primeiras correspondências enviadas, de Laguna, por Rosseti ao seu correspondente no Rio Grande do Sul, Domingos José de Almeida. A necessidade de dinheiro, e em uma quantia tão elevada como essa revela que o governo da República Juliana atravessava um período de certa dificuldade. A expressão de Rosseti de “neste receio pretendo prevenir-me” mostra o medo de um possível fracasso do novo governo e os esforços empreendidos pelo italiano para evitar que isso ocorresse. Porém, a dificuldade da situação é bem compreendida por Rosseti, pois ele escreve que

⁹⁰ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - AHRS. Coleção Alfredo Varela. CV - 8041. Carta de 14 de setembro de 1839.

⁹¹ Segundo Rosseti o papel moeda do Império e cobre carimbado encontravam-se em abundância em Laguna.

⁹² Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - AHRS. Coleção Alfredo Varela. CV - 8041. Carta de 14 de setembro de 1839.

sem o auxílio da República Rio-Grandense concedendo o empréstimo, ‘não alcançaremos nada ou bem pouco.’”⁹³

Além de todos esses problemas enfrentados pela República Juliana, um outro causava maiores transtornos para a economia local. A marinha imperial promoveu um bloqueio ao porto de Laguna, estrangulando o comércio e a comunicação da vila com o exterior. Assim requisitava o Presidente da Província ao Ministro da Marinha em agosto de 1839, logo após a tomada da vila pelos farroupilhas.

Não me sendo possível pela pouca demora que aqui tem a Escuna de Guerra 1º de Abril que conduz este, fazer a V. Ex.^a um relatório minucioso do estado dessa Província depois da tomada da Laguna pelos Rebeldes do Rio Grande do Sul, o que contudo fiz ao Ex.^{mo} Ministro da Guerra; cumpre-me porém rogar a V. Ex.^a com toda a eficácia haja de mandar bloquear fortemente o porto da dita Vila, pois me consta que os rebeldes ali armam embarcações destinadas ao Corço que muito danosas serão à causa da Legalidade não só nesta Província como em todo o Império⁹⁴

A situação em Laguna poucos meses depois da proclamação da República Juliana começava a se tornar muito difícil para catarinenses e rio-grandenses. Além de todos esses problemas que eram enfrentados na capital republicana, o governo da regência, tomou várias medidas para retomar o controle da situação. Uma das primeiras foi a nomeação de um novo presidente para a província para ocupar o lugar de João Carlos Pardal. O escolhido foi o General Francisco José de Souza Soares d’ Andrea. Essa escolha foi calculada pelo governo do Rio de Janeiro. O General Soares d’ Andrea ficou conhecido no Brasil por ter sido o responsável pelo sufocamento de uma outra importante rebelião provincial que gerava muita preocupação à Regência, a Cabanagem. Além do cerco implementado ao porto de Laguna, iniciou-se uma reorganização e reforço das tropas imperiais destinadas a desferir uma grande ofensiva contra as posições farroupilhas.

O cerco estava se fechando e o tempo ia se esgotando para os republicanos. Em carta datada de 5 de novembro, Canabarro pede reforços urgentes para mobilizar a defesa da Cidade Juliana.

⁹³ Idem.

⁹⁴ APESC. Registro do Presidente da Província para Ministério da Marinha. Vol. 1837-1839 – 190v/191. Ofício de 7 de agosto de 1839.

Em consequência de ordens que recebi do Ex.^{mo} Snr. General em Chefe Antônio Neto: ordeno a V. S., para logo que este receber marchar com o batalhão de seu comando com a brevidade que lhe for possível, até este ponto. Ofício nesta data ao Capitão Thimoteo da Silva Bueno, que se acha em Torres para marchar com o seu esquadrão junto ao batalhão. Espero que V. S. com toda energia faça quanto estiver ao seu alcance para que não hajam tropeços em sua marcha. Deus Guarde a V. S. – Cidade Juliana da Laguna, 5 de novembro de 1839. Davi Canabarro.⁹⁵

Podemos notar nas palavras de Canabarro a gravidade da situação. A correspondência é de poucos dias antes do ataque imperial. Certamente Canabarro já estava ciente da movimentação e preparativos do exército e marinha imperial para hostilizar as forças farroupilhas. As tropas avançadas republicanas já sofriam ataques e recuavam em direção à Laguna. Canabarro pede reforços a dois oficiais farroupilhas. Infelizmente a transcrição da carta feita por Caggiani em seu livro não nos permite identificar o destinatário, porém sabemos que além desta correspondência, outro ofício foi encaminhado no mesmo dia ao Capitão Thimoteo da Silva Bueno também solicitando o envio de tropas para a defesa de Laguna. Quando pede para o destinatário da correspondência “marchar com o batalhão de seu comando com a brevidade que lhe for possível” e roga que “não hajam tropeços em sua marcha”, Canabarro explicita a urgência da necessidade de reforços, pois se estes sofressem algum atraso, certamente a defesa da Cidade Juliana estaria comprometida.

Realmente o pedido de reforços realizado por Canabarro era justificável. Para a ofensiva contra Laguna, o exército imperial dispunha de mais de dois mil soldados e a marinha contava com 13 embarcações e trinta e três canhões de grosso calibre, enquanto os farrapos contavam com menos de mil homens e treze canhões de pequeno calibre.⁹⁶

A ofensiva legalista culminou em 15 de novembro com um grande ataque contra as linhas farroupilhas. Depois de uma grande batalha por mar e por terra, as forças revolucionárias em número menor não resistiram à investida imperial e terminaram por abandonar a vila de Laguna. Alguns retornaram diretamente ao Rio Grande do Sul, outros como Garibaldi fugiram na direção de

⁹⁵ CAGGIANI, Ivo. Op. cit. p. 80.

⁹⁶ Idem. p. 82.

Lages. Com o ataque imperial, a derrota e conseqüente retirada das forças farroupilhas chegava ao fim período de existência da República Juliana.

Após o revés em Laguna, ainda ocorreu um combate entre forças imperiais e farroupilhas, estas comandadas por Joaquim Teixeira Nunes no local que ficou conhecido como *Capão da Mortandade* próximo a Curitibanos no início de 1840. Segundo Licurgo Costa,

Teixeira Nunes teve ciência, nos primeiros dias de janeiro, de que havia movimentação de forças inimigas nas proximidades de Curitibanos, onde deveria fazer junção a coluna do Coronel Antônio Mello e Albuquerque, procedente de Cruz Alta, com forças que viriam do Norte. Eram tropas que se movimentavam a escassos oitenta quilômetros de Lages e que consumada a junção poderiam oferecer grave perigo à Vila.⁹⁷

As forças farroupilhas foram derrotadas nesse combate, recuando para Lages e permanecendo na região por mais algum tempo até se retirarem definitivamente para o Rio Grande do Sul.⁹⁸ Podemos supor, no entanto, que no caso de uma vitória farroupilha no *Capão da Mortandade*, os mesmos possivelmente continuariam avançando até alcançar a província de São Paulo. Propomos essa suposição, pois as razões para a expedição até Laguna eram muito mais políticas do que econômicas. O porto de Laguna poderia ser importante para escoar parte da produção de Lages e, possivelmente, da região norte rio-grandense, porém não resolveria sozinho o problema da falta de acesso ao oceano enfrentado pelos rebeldes farroupilhas. Um dos objetivos dos farroupilhas em Santa Catarina era de avançar rumo norte o máximo possível. A república foi proclamada em Laguna, porém esta foi declarada como capital provisória da República Catarinense⁹⁹, deixando-nos antever que uma vez tomada Desterro, a sede administrativa da república para lá se transferiria. Com essa reflexão em mente, entendemos o avanço de forças farroupilhas até a planície do Massiambú, distante pouco mais de 30 quilômetros de Desterro e a tentativa de avanço pelo planalto.

⁹⁷ COSTA, Licurgo. **O continente das lagens**: sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis: FCC, 1982. Vol. 1. p. 270.

⁹⁸ Os farroupilhas perderam controle sobre a vila de Lages praticamente ao mesmo tempo que foram derrotados em Laguna, no entanto, conseguiram retomar Lages ainda em dezembro de 1839. Permaneceram nesta vila até abril de 1840 quando foram definitivamente expulsos do planalto catarinense. Idem. p. 266-272.

⁹⁹ O Povo. n. 107. p. 3. Caçapava, 5 de outubro de 1839.

O presidente Soares d'Andrea também temia esta investida das forças farroupilhas e das consequências que a mesma poderia acarretar. Segundo ele

Se os Rebeldes conseguiram efetivamente voltar a posição do Morro dos Cavalos, e que o Tenente Coronel Fernandes se veja forçado a retirar-se, então deve V. Ex.^a contar com todas as desgraças inevitáveis a Tropas bisonhas carregadas por um Inimigo ativo e que tem quatro anos de guerra, e pode supor sem grande erro, quando receber este ofício que eu estou reduzido a disputar unicamente a posse desta Ilha, e que os Rebeldes vão livremente propagando as suas doutrinas e devastando até ao Rio de S. Francisco pelo menos. Este negócio é mais sério do que parece a primeira vista. O Inimigo está senhor de toda a parte da Província para o Sul do Morro dos Cavalos, e ainda nenhum dos seus moradores se passou a nós, ou nos deu o mais pequeno aviso sobre a força, ou posições do Inimigo. Quase todos olham para esta catástrofe com indiferença, e preferem antes unir-se aos Rebeldes para lhes darem proteção, do que unir-se ao Governo que em quatro anos de luta ainda não atinou em dar providências eficazes, e os tem deixado em abandono.¹⁰⁰

Pelo que podemos perceber a ameaça sobre a província de Santa Catarina era grande. Segundo o presidente se os farroupilhas conseguissem vencer as forças imperiais destacadas no Morro dos Cavalos, ele se veria reduzido à defesa da Ilha de Santa Catarina e o caminho dos rebeldes estaria livre pelo menos até São Francisco, no norte da província. Soares d'Andrea destaca outra informação importante, sobre o abandono do governo em relação à população o que pode ter contribuído para a receptividade desta para com os rebeldes. Trataremos mais detidamente desses assuntos posteriormente. Esse trecho nos dá idéia do perigo que corria não só a província de Santa Catarina, mas também o Império Brasileiro. Avançando até o norte de Santa Catarina, os farroupilhas chegariam na província de São Paulo, o que certamente causaria muitos transtornos para o governo do Rio de Janeiro.¹⁰¹

Ilmar Rohloff de Mattos vai mais longe nessa idéia de avanço e analisando os movimentos liberais de 1842 afirma que:

¹⁰⁰ APESC. Registro do Presidente da Província para Ministério da Guerra. Vol. 1839/1841 – p.08v-10. Ofício de 5 de setembro de 1839.

¹⁰¹ Lembramos que nesse momento a Província do Paraná ainda não existia e sendo que Santa Catarina fazia divisa ao norte com a província paulista.

foram tramados na Corte pelos componentes do Clube dos Patriarcas Invisíveis, os quais embora tivessem a pretensão de unir as forças liberais de três províncias, além de alguns setores da província fluminense, acabaram por optar pela deflagração do movimento na província de São Paulo, por sua proximidade com o Rio Grande do Sul, havia muito conflagrado pelos *farrapos*. Conta-se também que além dos liberais gaúchos não poderem vir em ajuda dos paulistas, aqueles da Comarca de Curitiba se retraíram, seduzidos pela promessa de desligamento de São Paulo, efetivamente cumprida alguns anos depois com a criação da Comarca de Curitiba.¹⁰²

É possível que estes planos já estivessem em curso desde 1839. Não podemos esquecer que nesse ano o liberal Diogo Antônio Feijó já se encontrava em São Paulo, afastado da política da Corte e, que foi considerado como um dos principais responsáveis pela revolta liberal ocorrida em São Paulo em 1842, o que reforça a idéia de que o avanço dos farroupilhas em Santa Catarina por razões políticas além das econômicas.

Boiteux, por exemplo, reforça a idéia do avanço em função do porto, porém sem considerar a questão política estratégica, ele afirma que os rio-grandenses iriam buscar em Santa Catarina um porto de mar para desafogo. Nossa posição não exclui o propósito econômico da incursão farroupilha em Santa Catarina, porém é preciso considerar o avanço estratégico também no plano político que como vimos acarretaria grandes preocupações ao governo central.

Além dessas considerações iniciais, para melhor entendermos a proclamação da República Juliana em Laguna, se faz necessário um retorno a 1836 para que sejam analisados outros aspectos importantes, que vão proporcionar um quadro mais amplo para o entendimento da República Juliana e, é isso que vamos explorar nos próximos capítulos.

¹⁰² MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. cit. p. 98. [Itálicos como no original].

Capítulo 2

Emigrados

Devido aos combates entre forças imperiais e farroupilhas no Rio Grande do Sul, ocorreu um deslocamento populacional da província rio-grandense para a de Santa Catarina nos anos iniciais da Guerra dos Farrapos. Nosso objetivo nesse capítulo é analisar essa emigração, a influência que os refugiados exerceram sobre a população catarinense e o contrabando de pólvora e armamento que desenvolve nesse período partindo, muitas vezes, de Laguna, para os rebeldes no Rio Grande. O propósito é perceber como essas questões vão influir na invasão posterior dos farroupilhas em Santa Catarina, no ano de 1839, que vai culminar com a proclamação da República Juliana em Laguna.

A partir de 1836 já é possível perceber a presença de emigrados rio-grandenses em território catarinense, principalmente em Lages, no planalto e, Laguna, no sul da província. Em 1836 um aviso foi publicado pelo Juiz de Paz de Laguna, Francisco da Silva França, aos emigrados do Rio Grande do Sul, no qual se lia,

faço saber a todos os domiciliários da Província de São Pedro do Sul, hora foragidos neste Distrito por motivos políticos desgraçadamente aparecidos naquela Província que em consequência de Ordens oficialmente recebidas pela legítima Autoridade da legalidade que achando-se a capital da cidade de Porto Alegre ocupada pelo Governo Legítimo de S. M. o I. que os mesmos foragidos se recolham ao centro de suas famílias no prazo de 15 dias contados da publicação deste, e findo o qual prazo serão considerados ali como cúmplices na rebelião aparecida na Província, e para que chegue a notícia até todos mandei lavrar o presente que depois de publicado será afohado [sic] nos lugares Públicos, remetendo-se cópia com fé da publicação a Autoridade requisitante, dado e passado nesta Vila da Laguna aos 8 de julho de 1836¹⁰³

Pelo que podemos entender do aviso, muitas pessoas haviam deixado a cidade de Porto Alegre, e possivelmente outros pontos da província do Rio Grande, em direção da vila de Laguna,

¹⁰³ APESC. Offícios dos Juízes de Paz para o Presidente da Província. Vol. 2 1836 – p. 73. Ofício de 8 de julho de 1836.

provavelmente para escapar dos combates que se davam naquele momento em torno do controle da capital rio-grandense.¹⁰⁴ A determinação era clara, todos os foragidos deveriam retornar às suas casas, no Rio Grande do Sul, no prazo de 15 dias a partir da publicação do aviso, do contrário seriam considerados cúmplices dos rebeldes. O prazo estabelecido para retorno era muito curto e sugere desconfiança e receio em relação aos emigrados. As ordens seriam afixadas em locais públicos na vila, onde poderiam ser lidas por alguns e ouvidas por outros que não soubessem ler e escrever, proporcionando assim, uma difusão rápida e mais ampla possível de seu conteúdo. Não temos como precisar se a ordem foi plenamente atendida, talvez alguns tenham retornado ao Rio Grande, outros podem ter permanecido em Laguna e outros ainda, podem ter se deslocado para outros pontos de Santa Catarina.

O que sabemos com certeza é que a circulação de emigrados rio-grandenses em Santa Catarina e, em Laguna, continuou nos anos seguintes. É o que podemos perceber em um ofício de Antônio José Machado, Juiz de Paz de Laguna em 1837. Ele afirma em correspondência ao Presidente da Província que,

da Província do Rio grande, tem emigrado para esta muitas pessoas, as quais tem chegado ao distrito desta Vila, e se me tem apresentado, alguns com suas famílias; entre estes uns tem me apresentado portarias de diferentes Juizes de Paz, e outras sem elas exigindo eu deles as competentes portarias respondem-me que o estado revoltoso daquela Província tem dado lugar a que eles se retirem sem elas. Em emigrados uns param além da Barra, e outros existem nessa Vila, e todos me tem assegurado que só desejam abrigarem-se neste Distrito, até que os negócios políticos daquela Província permitam que eles possam regressar às suas casas, e viverem em pacífica tranqüilidade. Eu tenho consentido nisso pelo dever que segundo me parece tenho de franquear-lhe a hospitalidade, que em semelhantes casos é lícita.¹⁰⁵

Como podemos ver, diversas pessoas, segundo Antônio José Machado, estavam chegando em Laguna, provenientes da província do Rio Grande do Sul, alguns apresentando a devida documentação, outros não. A alegação para a falta das “portarias” era o estado de revolta em que se

¹⁰⁴ Porto Alegre permaneceu sob domínio farroupilha desde o início da revolta em setembro de 1835 até junho de 1836 quando foi retomada pelas forças imperiais.

¹⁰⁵ APESC. Ofícios dos Juizes de Paz para o Presidente da Província. Vol. 2 1837 – p. 05/05v. Ofício de 7 de fevereiro de 1837.

encontrava a província, impossibilitando a obtenção dos documentos. É interessante observar que passados alguns meses do ofício anterior, a movimentação de pessoas vindas do Rio Grande do Sul ainda continua em Laguna, uma vez que o Juiz de Paz afirma que “tem chegado muitas pessoas”, o que nos possibilita supor um movimento contínuo de emigrados, ou pelo menos, com certa frequência.

Na continuação do ofício Antônio Machado cita outros fatos referentes aos emigrados rio-grandenses. Segundo ele,

entes mal intencionados e inimigos do sossego público espalharam no dia 4 do corrente um boato de que [ilegível] refugiados tentavam nesta vila um assalto, ou rusga, cuja notícia tendo chegado ao meu conhecimento tratei de indagar a origem, porém não havendo quem me certificasse de sua veracidade, contudo tomei providência, requisitei ao Comandante dos Guardas Nacionais uma força para rondarem esta Vila, e eu com eles e os Inspetores de quarteirões fiz rondar o Distrito desta mesma Vila, na noite do dia mencionado não observei vestígio algum de que tentassem contra o sossego desta vila, que por hora se conserva inalterável e só espíritos intrigantes torno a repetir e viciados podiam espalhar tais boatos.¹⁰⁶

Corria, então, um boato de que os emigrados poderiam realizar algum tipo de perturbação da ordem na vila, o que exigiu algumas medidas tomadas pelo Juiz de Paz, convocando os Guardas Nacionais e Inspetores de Quarteirão para fazerem rondas a fim de evitar qualquer agitação, a qual não se confirmou. Pode ser que os boatos tenham sido espalhados por habitantes de Laguna descontentes com a presença dos emigrados na vila, ou então, o boato poderia ser verdadeiro e os fatos não se consumaram devido às precauções tomadas pelo Juiz de Paz. Podemos apenas supor, no entanto essa informação nos leva a algumas reflexões importantes. Juntamente com aqueles emigrados alheios à rebelião que, simplesmente, tentavam escapar das lutas no Rio Grande do Sul, poderia haver em Laguna, farroupilhas fugindo de perseguição política ou então, pessoas ligadas aos legalistas que moravam em locais dominados pelos rebeldes, ambos buscando refúgio em Santa Catarina e a suposta agitação poderia ser fruto da ação dessas pessoas.

¹⁰⁶ Idem.

Isso pode ser demonstrado em uma carta de agosto de 1837 do Tenente do Estado-maior do Exército Francisco de Paula Nogueira de Melo e Gama ao Comandante de Armas do Rio Grande do Sul Francisco Xavier da Cunha. Relatando sobre operações realizadas devido aos ataques efetuados pelos rebeldes às vilas de Rio Grande e São José do Norte, ele escreve o seguinte:

os mesmos que serviam na polícia do meu comando que até ali pude ir contendo, e com os quais necessariamente contava mal souberam [...] que se aproximavam as forças dos revoltosos [...] se revoltaram logo contra mim, chegando a prenderem-me no meu quartel [...] dois dias se passaram neste estado quando às duas horas da noite de 17 de maio do corrente ano foi o meu quartel reforçado por uma porção dos revoltosos (emigrados até então na província de Santa Catarina, mas que, inteirados dos progressos dos seus cúmplices, voltaram) e que juntamente com os meus gritavam-me que entregasse quanto antes a chave do depósito do armamento e munições [...] ¹⁰⁷

As suspeitas de muitos emigrados farroupilhas estarem fugindo e procurando abrigo, por vezes temporário, na província de Santa Catarina são confirmadas pela carta de Francisco de Paula Nogueira. Ele afirma que alguns rebeldes, sabendo das vitórias de seus companheiros, voltaram de Santa Catarina, onde estavam emigrados, para reforçar o destacamento. Isso demonstra também que as notícias circulavam livre e rapidamente pela região. Além disso, podemos entender que a alegação de alguns emigrados, sobre as dificuldades em se obter a documentação necessária, poderia ser um artifício utilizado por farroupilhas emigrados para não despertar a atenção das autoridades locais. Sem apresentar documentos, poderiam circular sem restrições e manter constante movimentação entre as duas províncias.

A emigração também se dava por pessoas ligadas aos legalistas. Na mesma correspondência, citada acima, o Tenente Francisco de Paula afirma que ele próprio utilizou o recurso da fuga para Santa Catarina para escapar à prisão. De acordo com ele,

em razão do quanto achava-me gravemente doente, me concederam voltar às Torres (onde se achava a minha família) debaixo de prisão e escoltado por um destacamento deles que para ali se dirigia; no fim porém de 10 dias foi então o destacamento retirado com as quatro peças do ponto, e levaram-me ainda preso, e

¹⁰⁷ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. Subsecretaria de Cultura. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1985. Vol. 9 – p. 122.

nessa ocasião foi que aproveitando-me de um falso rebate que tiveram os meus guardas, pude então evadir-me com grandes sacrifícios e despesas para a Província de Santa Catarina, assim como salvar a minha família. [...] ¹⁰⁸

Nogueira não permaneceu em Santa Catarina, segundo ele, devido à impossibilidade de retornar à Porto Alegre, decidiu seguir para a corte do Rio de Janeiro e de lá enviou a correspondência, datada de agosto de 1837, onde relata esses ocorridos ao Sr. Francisco Xavier da Cunha, Comandante das Armas da Província do Rio Grande. Podemos notar que a fronteira entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul era uma região aberta, por onde havia uma grande circulação de pessoas, de idéias e informações. Essa situação começou a causar uma certa preocupação nas autoridades imperiais, requerendo uma maior atenção sobre essa movimentação.

O próprio Francisco Nogueira já havia alertado ao Juiz de Paz de Laguna para se intensificar a vigilância sobre a movimentação dos emigrados em Santa Catarina, meses antes dos ocorridos relatados acima. Sendo o Comandante do Forte e Polícia de Torres, local situado na fronteira entre as duas províncias, Nogueira dispunha de uma posição privilegiada para observar e receber notícias acerca da movimentação de emigrados em Santa Catarina. Isso já causava apreensão em fevereiro de 1837, quando ele enviou um ofício a Antônio José Machado no qual afirmava que

achando-se por essa Província um grande número dos rebeldes Anarquistas aí espalhados principiando logo da Divisa desta Província fazendo de contínuo suas reuniões, e convites, como consta, e com o maior escândalo as Leis, privando por isso o trânsito dos amigos das Leis e da ordem, que de receio deixam de fazer seus negócios para não se encontrarem com esses inimigos de nosso bem estar, esses degenerados Rio Grandenses, além de trazerem a Província ou parte dela em Alarme. Cumpre-me fazer ver a V.^a S.^a, que a bem da causa do Governo Legal, e sossego desta Província, V.^a S.^a haja de empregar seus esforços a fim de fazê-los dispersar, capturando quantos desses rebeldes por aí se acharem acoitados [...] ¹⁰⁹

Pelo que podemos perceber na documentação, a presença de emigrados rio-grandenses em Santa Catarina era uma constante nos primeiros anos da Guerra dos Farrapos. Em meio aos emigrados, vinham para Santa Catarina vários farroupilhas, como demonstra a correspondência do

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ APESC. Ofícios dos Juizes de Paz para o Presidente da Província. Vol. 2 1837 – p. 08/08v. Ofício de 21 de fevereiro de 1837.

Comandante de Torres. Um dado interessante que pode ser constatado nessa carta é que além de buscar refúgio, os rebeldes estavam promovendo convites e reuniões, provavelmente para angariar apoio junto aos habitantes de Santa Catarina e conseguir mais força para enfrentar as lutas contra o Império na província do Rio Grande do Sul. Além das reuniões ocorrendo de forma contínua, como afirma Francisco Nogueira, a presença dos farroupilhas em território catarinense estava prejudicando de certo modo o comércio, uma vez que alguns comerciantes estavam deixando de realizar viagens, possivelmente tropeiros, com receio de um possível saque que resultaria de um encontro com os rebeldes. O Comandante pedia ainda, que providências fossem tomadas pelas autoridades catarinenses para a captura dos rebeldes emigrados em Santa Catarina.

Diante dessas denúncias, o Juiz de Paz de Laguna, encaminhou uma cópia da correspondência do Comandante Francisco Nogueira ao Presidente da Província para que ele lhe determinasse qual a melhor maneira para agir naquela situação, após a comunicação de fatos tão importantes vindos da fronteira sul da província. A resposta do Presidente Joaquim José Machado veio no mês seguinte e assim expressava.

Depreendendo-se do Ofício do Tenente Comandante das Torres datado de 21 de Fevereiro próximo passado, e que em Cópia acompanhou ao seu de 27 do dito, que assustado ele pelo falso e calunioso boato de que os emigrados daquela Província se achavam no território desta fazendo de contínuo reuniões, e convites, e por isso lhe exigia a dispersão deles, capturando a quantos se achassem acoitados por esse território: cumpre que V. M. lhe responda, que nem é ele autoridade competente para fazer semelhantes requisições, e que convinha que estivesse fundado em algum fato, e não por notícias vagas, e falsos boatos, para supor que as Autoridades públicas desta Província se empregavam com menos vigilância, e cuidado na sustentação da ordem, segurança, e sossego da mesma, e não estavam alerta sobre a acumulação nesta Província dos indivíduos dos dois partidos em que se dividiram os Rio-Grandenses, e que só, e unicamente vieram aqui procurar asilo, e segurança.¹¹⁰

Vemos então que o Presidente da Província de Santa Catarina desqualifica totalmente as denúncias feitas pelo Tenente Comandante Francisco Nogueira. É natural que o Presidente Machado tentasse diminuir essas denúncias, ainda mais vindas de uma autoridade de fora da

¹¹⁰ APESC. Registro do Presidente da Província para Juizes de Paz. Vol. 1835-1838 – p. 108-108v. Ofício de 6 de março de 1837.

província, um Comandante do Rio Grande do Sul. A confirmação destas reuniões e convites feitos aos catarinenses por emigrados farroupilhas poderia significar uma falta de vigilância e um certo descaso por parte das autoridades catarinenses no combate à propagação da Guerra dos Farrapos em Santa Catarina. Nesse sentido podemos entender o tom, um tanto quanto, agressivo em que se refere o Presidente catarinense ao Tenente Comandante de Torres quando afirma que ele não é “autoridade competente” para fazer tais denúncias e requisições. Apesar disso, no restante do ofício, dedica-se a reiterar ordens já expedidas ao Juiz de Paz de Laguna, para que se tomem as devidas precauções contra os emigrados rio-grandenses, sendo uma delas o recolhimento de armamento e munições que se encontrassem com os refugiados, até o momento em que o estado político do Rio Grande do Sul retornasse à normalidade, uma indicação de que nem tudo se passava tão pacificamente como era afirmado.¹¹¹

Apesar das alegações do Presidente da Província de Santa Catarina apontarem para o caráter pacífico dos emigrados rio-grandenses e da absoluta tranquilidade em que se encontrava a província e das declarações enérgicas da não ocorrência das reuniões, encontramos referências que confirmam as denúncias realizadas pelo Comandante de Torres e rebatidas pelo Presidente Machado. Uma correspondência trocada, em maio de 1838, entre Eusébio de Queiroz e o Ministro da Justiça Bernardo Pereira de Vasconcelos revela a ocorrência de reuniões de farroupilhas em território catarinense. Uma cópia dessa carta foi enviada ao governo da província de Santa Catarina nos Avisos do Ministério da Justiça para o Presidente da Província e, em suas linhas afirma

que, em Santa Catharina, existe um Joaquim José Coelho, em cuja casa se reúnem Joaquim da Silva Mariante, Boticário, e Anacleto de Medeiros, todos do Rio Grande, e trabalhando nos interesses dos rebeldes; de tal sorte, que esse Coelho tem saído por três vezes até a Serra, a falar com o Onofre, e tem [ilegível] seduzir o contingente de Santa Catarina. Deus Guarde a V. Ex.^a Rio 16 de Maio de 1838 II.^{mo} Ex.^{mo} Sr. Bernardo Pereira de Vanconcellos. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça. Euzébio de Queiroz Coutinho Mattozo da Câmara.¹¹²

¹¹¹ Idem.

¹¹² APESC. Avisos do Ministério da Justiça para Presidente da Província. Vol. 1838-1840 – s/p. Ofício de 16 de maio de 1838.

A correspondência data de 1838 e as denúncias do Tenente Comandante de Torres foram feitas no ano de 1837. Apesar da distância temporal, acreditamos que esse aviso do Ministério da Justiça serve como exemplo para mostrar que as denúncias do Comandante Nogueira não eram totalmente infundadas como afirmava o Presidente de Santa Catarina. Possivelmente desde 1837 já ocorria esse tipo de reunião de emigrados farroupilhas, contando provavelmente, com a participação de habitantes de Santa Catarina. Acreditamos que os objetivos eram de angariar apoio para a rebelião e articular algum tipo de suporte para a manutenção da luta contra o Império. O documento é bem claro dá nome de alguns dos envolvidos, como é o caso do boticário Joaquim da Silva Mariante e Anacleto de Medeiros, os quais se reuniam na casa de Joaquim José Coelho. De acordo com o relatado, podemos supor que Coelho residisse em algum ponto do sul catarinense uma vez que havia se deslocado por três vezes até a Serra para falar com Onofre. Como vimos no primeiro capítulo, essas regiões possuíam caminhos de ligação.¹¹³

Segundo Henrique Boiteux, “os agentes do governo revolucionário sul -riograndense já não guardavam termos às suas ações; nos distritos ao sul da Laguna procediam como se o território já estivesse sob suas ordens, pois encontravam todo apoio na população que os protegia.”¹¹⁴ Com certeza a região sul da província, onde se localizavam alguns distritos de Laguna era a área de atuação dos emigrados. A fronteira aberta e a pouca fiscalização facilitavam sua atuação, que encontrava terreno fértil em parte da população. Porém, devemos ter em mente que nem todos os habitantes do sul catarinense eram favoráveis ou simpáticos aos rebeldes farroupilhas. Concordamos em parte com as afirmações de Boiteux, porém acreditamos que ele exagera um pouco no que se refere ao apoio de toda a população aos emigrados.

Em outras revoltas provinciais também podem ser percebidas a ocorrência de reuniões para organização do movimento. Em seu estudo sobre a Insurreição Praieira, Marcus Carvalho aponta, como abordamos no capítulo anterior, a participação das camadas populares do Recife na revolta.

¹¹³ Nesse momento Lages se encontrava sob domínio dos rebeldes farroupilhas. As reuniões podiam ter outros objetivos como organizar meios para avançar forças farroupilhas e dominar outros pontos de Santa Catarina.

¹¹⁴ BOITEUX, Henrique. **A República Catharinense**: notas para sua história. Rio de Janeiro: Xerox, 1985.

Ele afirma ter encontrado nos autos do processo movido contra os envolvidos na Praieira, indícios de uma certa organização em torno de associações.

Havia uma associação de *artistas mecânicos* capaz de mobilizar a massa urbana numa manifestação em favor da nacionalização do comércio a retalho [...] ao menos na casa do funileiro Geraldo Amarante dos Santos havia reuniões sediciosas. Pode-se supor que nesses encontros, como era comum na época, devia haver leitura em voz alta de textos panfletários, permitindo a transposição do discurso político-partidário para os presentes, e deles para o resto da população.¹¹⁵

Diferente do ocorrido em Pernambuco, não encontramos indicações da organização de catarinenses e rio-grandenses em torno de associações em Laguna, porém, podemos supor que leituras também ocorriam nas reuniões na casa de Joaquim José Coelho, uma vez que essa prática era comum na época, como afirma Carvalho. Dessa maneira, as idéias propagandeadas nas reuniões não ficavam restritas aos presentes, e atingiam um público muito maior em Santa Catarina.

A distribuição de textos panfletários e a tentativa de aliciamento de catarinenses pelos farroupilhas também eram denunciadas pelas autoridades de Santa Catarina. Possivelmente, alguns dos emigrados, partidários dos rebeldes, que chegavam em Laguna, traziam consigo proclamações e panfletos propagandeando a luta dos rebeldes contra o Império, na tentativa de conseguir apoio em meio à população de Santa Catarina. Em 1836, o Juiz de Paz de Laguna denuncia o recebimento de proclamações farroupilhas ao Presidente da Província da seguinte forma, em ofício datado de nove de maio:

Cumprindo o meu dever, na forma das Ordens de V. Ex.^a, devo participar-lhe pontualmente, o que há passado que vieram a esta vila, os dois emissários da parte de Bento Gonçalves, conforme o meu ofício que dirigi a V. Ex.^a em data de 30 do mês próximo passado: ao chegar deles no ponto das Torres, me envia por dois expressos o Alferes Bernardino dos Santos – digo – Antônio Bernardino dos Santos, o ofício que junto vai por cópia em n.º 1, com as proclamações que nele relata, e das quais remeto também incluso uma delas em n.º, para eu fazer dar publicidade a mesma mas vendo eu, à vista de tal proclamação que era indecoroso a mim, e especialmente ao Governo, dar publicidade a tal proclamação, e ainda mesmo fosse outra qualquer, sem ordem positiva de V. Ex.^a, julguei remetê-la ao “silêncio”, e enviar a V. Ex.^a para determinar -me se devo ou não publicá-la, e que

¹¹⁵ CARVALHO, Marcus Joaquim M. de. Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. In: **Revista Brasileira de História**. Vol. 23, n. 45. 2003. p. 231.

me dê as Instruções precisas para no caso de aparecerem outras, eu saber o que devo praticar.¹¹⁶

Pelo que podemos entender do ofício duas pessoas ligadas aos farroupilhas trouxeram para Santa Catarina proclamações destinadas ao Juiz de Paz de Laguna, o senhor João Antônio de Oliveira Tavarez. Já vimos que Tavarez ocupou um cargo importante na República Juliana (capítulo 1, p. 42), porém neste momento não parecia estar disposto a colaborar com os rebeldes farroupilhas e não publicou as proclamações como foi solicitado. Podemos apontar duas possibilidades para sua atitude. É possível que de fato considerasse as proclamações indecorosas ao governo e não apoiasse o movimento que ocorria no Rio Grande do Sul e posteriormente em 1839, aproveitando da ocasião, buscou a situação mais confortável para si, apoiando os farroupilhas, mesmo sem professar os mesmos ideais. Por outro lado, também temos que considerar que a possibilidade de Tavarez já nutrir alguma simpatia para com os farroupilhas, porém, ainda não se sentia seguro para afrontar o governo provincial em 1837, deixando de publicar o conteúdo das proclamações.

Infelizmente, não encontramos na documentação as proclamações referidas, mas certamente as mesmas continham duras críticas ao Governo Imperial e possivelmente se dirigiam à população de Laguna incitando algum tipo de movimento ou apoio à revolta que ocorria no Rio Grande do Sul. O teor desses documentos era provavelmente semelhante ao publicado posteriormente nos artigos da imprensa farrapa, nos jornais *O Povo*, *O Americano* e *Estrela do Sul*.¹¹⁷

A solicitação de instruções de João Antônio Tavarez foi atendida e a resposta do Presidente da Província se deu nos seguintes termos:

¹¹⁶ APESC. Ofícios dos Juízes de Paz para o Presidente da Província. Vol. 2 1836 – p. 62. Ofício de 9 de maio de 1836.

¹¹⁷ ‘Julgamos mais conveniente transcrever em nossos números, e levar ao conhecimento de todos os nossos leitores a fiel exposição circunstanciada do julgamento e condenação à morte do Cidadão Republicano Francisco Sabino Alves Rocha Vieira, e mais beneméritos Baianos, por uma associação, ou antes congregação de aceleratos [sic] assassinos, encarregados pelo Governo do Rio de Janeiro, para ali exterminar, ou levar ao cadafalso grande parte de ilustres, sábios e estimáveis Baianos, do que simplesmente fazer a resenha daqueles a quem coube a infausta sorte de não morrerem antes com sua Pátria e Liberdade, do que verem, ouvirem, e sofrerem tantas coisas abomináveis e nefandas. [...] Para que satisfizesstes então a sórdida ambição desse Governo déspota? Foi para agora ele vos arrastar ao cadafalso? Sim meus Patrícios, os insultos as infâmias, as imundas masmorras, os ferros e a morte ignominiosa da forca, este foi e será sempre a moeda com que o despotismo paga seus melhores servidores, o exemplo aí o tendes na Bahia’[...] *O Povo*. N.º 13. p. 01. Piratini, 13 de outubro de 1838.

Tenho presente o seu Ofício de 9 do corrente, e inteirado do que ele contém, assim como os papéis que ele acompanhou, sou a dizer-lhe que cumpriu V. M.^{cc} o seu dever não dando publicidade às Proclamações que lhe enviaram, porque emanam de Autoridades ou pessoas que não obram em virtude da Ordem do Governo de S. M. o Imperador, e em todo o caso, viessem de quem viessem essas proclamações, seria V. M.^{cc} criminoso se as publicasse, antes de ser autorizado por mim, porque a tanto se não estendem as atribuições de Magistratura que exerce. Como Juiz de Paz, e Policial deve V. M.^{cc} procurar por todos os meios evitar não só provocações individuais de que resultem [rixas] e talvez alguns insultos a esse Distrito, mas também que se espalhem idéias subversivas da Ordem, sendo sua obrigação processar aos que as emitirem ou por qualquer modo as quiserem propagar. Muito confio no bom senso dos habitantes desse Distrito; estou persuadido que com eles não será preciso usar de medidas de rigor para os conter no círculo de seus deveres, nem para fazê-los detestar um partido que já tantos males tem causado ao Império na desgraçada Província nossa vizinha; por isso indicando-lhe os meios que a Lei põem a sua disposição para reprimir a desordem [...]¹¹⁸

Ao ter suas ações confirmadas pelo presidente, podemos supor que o Juiz de Paz João Antônio Tavares ganhava “pontos” e aprovação do presidente. No caso de Tavares ser simpático aos farroupilhas, sua atitude poderia ser útil, pois dessa maneira conquistaria uma maior confiança do presidente, agindo “mais livremente” e sem tanta pressão, podendo auxiliar os farrapos e aguardar o momento em que o movimento ganhasse mais força para professar suas idéias em público. O fato é que nesse momento as proclamações subversivas não ganharam as ruas e vielas de Laguna, porém a distribuição de textos panfletários suscitou outros acontecimentos que causaram grande movimentação também em 1836.

Revolta no 2º Corpo de Artilharia

Em março de 1836 ocorreu em Laguna um princípio de sublevação no 2º Corpo de Artilharia de Posição que estava estacionado na vila. Esse destacamento deveria se deslocar para o Rio Grande do Sul, no entanto, alguns soldados e oficiais se recusaram a marchar e iniciaram uma revolta no destacamento. Isto implicou em alguns acontecimentos na vila de Laguna, os quais foram informados ao Presidente da Província pelo Juiz de Paz em ofício da seguinte forma:

¹¹⁸ APESC. Registro do Presidente da Província para Juizes de Paz. Vol. 1835-1838 – p. 64v/65. Ofício de 14 de maio de 1836.

Cumpre-me participar a V. Ex.^a que a alguns dias [ilegível] principiarão a aparecer pelos cantos das Ruas desta Vila, alguns papéis incendiários, e seguidamente o boato de que alguns soldados mal intencionados do 2º Corpo de Artilharia de Posição do Comando do Tenente Coronel Henrique Marques Lisboa, de combinação com alguns paisanos da mesma [ilegível], pretendiam fazer uma comoção nessa Vila a título de vários pretextos frívolos, para no meio da desordem e anarquia poderem massacrar, roubar os Cidadãos, e saquearem várias casas que até já assinalaram algumas, e assim insultarem e assaltarem esta Vila, e destinaram o dia 20 do corrente, para porem em prática este nefando plano, quando o povo se reunisse que era provável, para a festividade do Senhor dos Passos, isto é segundo as notícias que corriam, à que eu lhe não dava todo o crédito, porém por cautela deixou-se de fazer aquela festividade, e eu passei a dar algumas providências que julguei precisas a ver se evitava o aparecimento de tais papéis incendiários, mas me não foi possível efetuar; com efeito aparece o dia 20, e com ele um número imenso de pasquins incendiários concitando a Câmara para deporem Autoridades, e aos Povos para a obrigarem a isso, e até indigitando quatro ou cinco Cidadãos desta Vila que deviam ser assassinados; [...] das seis para as sete horas da tarde do dito dia 20, observo os habitantes todos em um total alvoroço, a embarcaram famílias para os sítios, como com efeito se retiraram naquela hora para mais de 30 famílias, outros retiraram-se para as matas, iam canoas para o mar e porem-se de largo para observarem o que se passava em terra; passo a indagar, e sou informado que o motivo era por correr a notícia que estava a romper a rusga; ao mesmo tempo tenho participação do Tenente Coronel Comandante do Corpo, de que tinha aviso de ter dado princípio algum movimento no Corpo de seu comando, e que eu providenciasse o que estivesse de minha parte a bem do sossego público, que ele passava a fazer o mesmo no seu corpo, e o que havia eu fazer neste momento, e em uma tal crise. Lancei mão do único recurso que podia: consegui imediatamente os Guardas Nacionais, e todos os mais Cidadãos que se reunissem para repelirem qualquer insulto que tentassem os desordeiros; com efeito em menos de uma hora (com gosto o digo) vi-me com mais de cem Cidadãos que de bom grado se prestaram ao meu chamado, fiz dividir em Patrulhas reforçadas, e rondar nas vizinhanças do aquartelamento, e a vista desta barreira, e da energia que mostrou o Tenente Coronel Comandante do Corpo, expedindo igualmente Patrulhas, e indo ele mesmo em pessoa rondar, os desordeiros se intimidaram, e nada puseram em prática do que projetavam, com tudo consta-me que no aquartelamento sempre tentaram romper por vezes, mas foram repelidos pelos dignos Oficiais do Corpo, também algumas vezes quizeram sair, e as Patrulhas dos Guardas os fizeram voltar, finalmente tudo se concluiu esta noite sem o menor ultrage, nem violência de parte à parte, recolhendo-se na mesma noite às suas Casas muitas famílias que se tinham retirado, e os mais Cidadãos que se achavam ao largo do mar em observações.¹¹⁹

Pedimos desculpas pela extensão da transcrição, mas pela quantidade de informações relevantes, não poderíamos deixar de citar este ofício quase em sua íntegra. Mais uma vez notamos o aparecimento de proclamações, chamados de “pasquins incendiários” pelo Juiz de Paz João Antônio de Oliveira Tavares. Na verdade, o que ocorreu foi um início de sublevação no 2º Corpo, encabeçado por alguns oficiais e soldados que se recusavam a marchar para o Rio Grande do Sul. O

¹¹⁹ APESC. Ofício dos Juízes de Paz para o Presidente da Província. Vol. 2 1836 – p. 25/26v. Ofício de 22 de março de 1836.

movimento foi rapidamente controlado pelo Comandante Lisboa e patrulhas foram organizadas pelo Juiz de Paz para evitar que se concretizasse qualquer perturbação da ordem na vila.

Mesmo não tendo de fato ocorrido uma revolta generalizada em Laguna como conclamavam os ‘pasquins’ e a revolta no Corpo de Artilharia ter sido rapidamente controlada, o aparecimento das proclamações e dos boatos de combinação de revolta são importantes para termos uma noção da influência das notícias da Guerra dos Farrapos e da ação dos emigrados em angariar apoio em Laguna e no sul catarinense. Podemos supor já existiam vários habitantes de Laguna simpáticos aos rebeldes farroupilhas, além dos emigrados farroupilhas por hora residentes na vila. Provavelmente os soldados rebelados do 2º Corpo de Artilharia não estavam trabalhando a favor dos farroupilhas ou para a sua causa, simplesmente não queriam marchar sem reforços para onde estariam em risco, ou seja, para o Rio Grande do Sul em guerra. Possivelmente os simpáticos aos farroupilhas, sabendo dessa predisposição dos soldados em se recusarem a marchar se aproveitaram disso para tentar promover um movimento de revolta em Laguna. Novamente nos deparamos com João Antônio Tavares envolvido com a distribuição de proclamações rebeldes. A partir de sua atuação nesse ocorrido, entendemos que a hipótese de ele ser opositor aos farroupilhas mais plausível neste momento, uma vez que organizou patrulhas e rondas para evitar que a revolta na vila se deflagrasse. Posteriormente ele poderia ter sido cooptado por aqueles que apoiavam os farrapos, ou então, teria ele visualizado algum interesse na revolta, mudando de lado e participando mais ativamente na República Juliana.

A questão da indisposição dos soldados em marchar para o Rio Grande é confirmada pela comunicação que o Presidente José Mariano de Albuquerque Cavalcante faz ao Ministério da Guerra sobre os acontecimentos ocorridos em Laguna em março de 1836.

Cumprindo um dever que me é por extremo penoso, tenho nesta ocasião de informar a V. Ex.^a que, a bem da manutenção da ordem, fiz recolher para esta Capital o 2º Corpo de Artilharia que eu havia postar na Vila da Laguna, como tenho participado a V. Ex.^a. Passo a relatar a V. Ex.^a os motivos que me forçaram a tomar esta medida. No dia 12 de Março próximo findo, constando naquela Vila, que o Presidente da Província de São Pedro me requisitara a ida do mencionado Corpo para o Rio Grande, por mar, foi avisado o Tenente Coronel de que rumores

corriam, que o Corpo se recusaria a esta marcha, e então formando-o ele em um arrabalde da Vila lhe dirigiu uma Fala em que lembrando-lhe seus deveres o dispunha para a marcha: neste ato manifestou-se a oposição por parte do Major, e de mais alguns oficiais, e praças de pret., o que o mesmo Comandante prudentemente dissimulou, e fez recolher o Corpo ao Quartel [...]¹²⁰

Vemos então que realmente o protesto dos soldados e oficiais envolvidos na sublevação é contra a ordem de marchar para o Rio Grande do Sul. Segundo o Presidente da Província a comoção não foi maior e a revolta foi controlada rapidamente pela ação do Comandante do corpo que agindo rapidamente recolheu o destacamento ao quartel e prendeu os envolvidos na revolta. A resposta do Ministério da Guerra ao ofício da presidência de Santa Catarina se faz de maneira incisiva, determinando

que não fique impune algum dos cúmplices, que faça responder a Conselho de Guerra os Oficiais, e mesmo aquelas praças de Pret. que mais influentes fossem neste movimento sedicioso: devendo-se conservar presos tais indivíduos sem a menor condescendência com alguns deles para que principiemos desde já a sentir o castigo de que se fazem merecedores [...].¹²¹

Pelo tom utilizado na correspondência a notícia da sublevação no 2º Corpo de Artilharia não foi bem recebida pelo governo regencial. Ocupado com a tarefa de manter a ordem abalada pelas diversas revoltas nas províncias, ter que lidar ainda com rebeliões também nas forças legalistas certamente desagradava o Ministro da Guerra. Daí a requisição de punição exemplar aos envolvidos nessa revolta, até para que servissem de exemplo aos demais praças do Corpo.

De fato, oficiais e praças envolvidos foram submetidos à investigação e processos em Conselho de Guerra. Na correspondência do Conselho Supremo Militar para a presidência da província de Santa Catarina podemos encontrar os nomes dos rebelados submetidos a processo verbal. São eles: o soldado João Pereira dos Santos, o Major Patricio Antonio de Sepulveda Everard, o Segundo Tenente Ajudante Laurentino Eloy de Medeiros, o Segundo Tenente Francisco

¹²⁰ APESC. Registro do Presidente da Província para Ministério da Guerra. Vol. 1828-1836 – p.257/258. Ofício de 2 de abril de 1836.

¹²¹ APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para Presidente da Província. Vol. 1836/1838 – p.1457/1457v. Ofício de 18 de Abril de 1836.

d'Almeida Varella e o Segundo Cadete Primeiro Sargento Luis Marques.¹²² Possivelmente havia outros envolvidos, porém só nos foi possível encontrar referências de processo contra os relacionados acima. Os militares implicados permaneceram em Desterro para o prosseguimento das investigações. Infelizmente, na correspondência consultada só permaneceram as referências de envio dos processos, que não constam da documentação.

Apesar do rigor exigido pelo Ministério da Guerra e dos processos conduzidos contra os acusados, as investigações não apontaram nenhum culpado. Essa resolução surpreendeu ao Presidente Cavalcanti que escreveu àquele ministério apresentando a decisão do Conselho de Guerra ao qual foram submetidos os soldados do 2º Corpo de Artilharia.

Tenho a honra de apresentar a V. Ex.^a para ser remetido à decisão do Conselho Supremo Militar, o Conselho de Guerra a que responderam o Major, e mais Oficiais e praças do 2º Corpo de Artilharia de Posição de 1ª Linha, pelos atos de insubordinação, de que foram acusados, praticados na Vila da Laguna, onde o Corpo se achava estacionado, e em ação de obrar contra os Inimigos da tranqüilidade do Império.

Foram os principais fundamentos da acusação ter se na frente do Corpo faltado ao respeito, e desobedecido ao Comandante tê-lo desafiado neste ato um dos Réus ter-se manifestado que havia disposição a não obedecer a uma ordem de marcha quando fosse dada; e ter-se finalmente tramado a deposição do mesmo Comandante, e de um Empregado Público de Fazenda, de que resultou perturbar-se a tranqüilidade no lugar, donde fugiram famílias. Mostra-se do processo com documentos a existência dos fatos ditos de Testemunhas os comprovam, bem como que os Réus intervieram mais ou menos neles, e foram autores ou coniventes. Todavia, e contra toda a expectativa, o Conselho de Guerra a ninguém acha culpado, e absolve plenamente todos os acusados, sem que as diferentes classes de vogaes em suas tenções aleguem fatos, ou provas com que destruam, ou ao menos atenuem os fundamentos da acusação.¹²³

Segundo o presidente havia provas e testemunhas suficientes para formar culpa nos acusados, provas que não foram refutadas pela defesa dos réus. A decisão de absolver todos os envolvidos surpreende o presidente, pois em estado de guerra, outras demonstrações de insubordinação seriam desencorajadas com a punição dos envolvidos.

¹²² APESC. Correspondência do Conselho Supremo Militar para Presidente da Província de Santa Catarina. Vol. 1827-1840 – p. 212. Ofício de 15 de dezembro de 1836 – p. 213A. Ofício de 14 de abril de 1836.

¹²³ APESC. Registro do Presidente da Província para Ministério da Guerra. Vol. 1828-1836 – p. 266/267. Ofício de 2 de maio de 1836.

No entanto, se analisarmos outros aspectos podemos entender a decisão tomada pelo Conselho de Guerra. A utilização de redes de influência e trabalhos de bastidores podem ter sido utilizados como estratégia para amenizar o julgamento dos fatos ocorridos em Laguna em 1836. Pelo menos essa é a opinião de um articulista do jornal o *Bemfasejo*. Segundo informação colhida na Enciclopédia do Almirante Carneiro, o *Bemfasejo* era um jornal oficial, impresso na tipografia do beco do quartel e teve circulação nos anos de 1837 e 1838.¹²⁴ Encontramos apenas algumas páginas desse jornal no acervo do Arquivo Nacional, em meio à correspondência do Ministério da Marinha. Em uma dessas há um artigo referindo-se aos acontecimentos da revolta no 2º Corpo de Artilharia. Utilizando-se de uma linguagem irônica o articulista assim expressa sua visão:

Em princípio de 1836, marchando até a Laguna o Corpo de Artilharia de Santa Catarina que devia estar à disposição do ex-presidente Araújo Ribeiro, que daqui o chamou em socorro da Legalidade, o Major Patrício Antônio de Sepulveda Everard como cabeça da sedição aliciou Oficiais e outras praças; para declararem, que dali não viriam sem grandes forças; e como o Tenente Coronel Comandante Henrique Marques de Oliveira Lisboa se opusesse à esse procedimento, faltaram-lhe esses Oficiais, e um Cadete Sargento completamente ao respeito chegando a ponto de o Major o desafiar na frente do Corpo. O Comandante prendeu os cabeças, e os enviou para a Capital, onde foram julgados em Conselho de Guerra: altos empenhos (fruta que bem produz no Brasil) comiserações da família do Major, chicana de um Tenente Coronel Villas-Boas, tudo se pôs em uso, e em último resultado são soltos e livres de culpa e pena por falta de prova!!! [...] E não está Sr. Redator um belo exemplo para subordinação?¹²⁵

O artigo foi transcrito na edição do *Bemfasejo* de 22 de setembro de 1837 a partir do *Mercantil* do Rio de Janeiro. Segundo o articulista os contatos e as redes de influência dos envolvidos na revolta foram importantes para a absolvição dos oficiais e soldados rebelados. Ironicamente o autor finaliza o artigo indagando não ser este um bom exemplo para a subordinação do exército, sendo que mesmos com provas contra os acusados, estes foram absolvidos, contrariando até a determinação do Ministério da Guerra da utilização deles como exemplo para os

¹²⁴ CARNEIRO, Carlos da Silveira. **Enciclopédia de Santa Catarina**. Florianópolis, s/d. Vol. 10. s/p. Setor de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina. [Essas informações estão contidas na seção ‘Esboço histórico-descriptivo da imprensa do Estado de Santa Catarina – 1831-1907’. Infelizmente o autor não cita suas fontes, não nos sendo possível confirmar totalmente as informações, mesmo assim, assumimos como verídicos os dados apresentados].

¹²⁵ Arquivo Nacional (AN). Série Marinha – XM – 134. *O Bemfasejo*. Sexta-feira, 22 de Setembro de 1837. N. 63 p. 3-4. Desterro – Tipografia Provincial.

demais componentes do Corpo. O Major Everard continuou trabalhando em Santa Catarina como Major do Corpo de Engenheiros e foi responsável pela construção de trincheiras e defesas no Morro dos Cavalos e na Ilha de Santa Catarina quando do avanço farroupilha em 1839.¹²⁶

Os fatos de tentativa de revolta e distribuição de textos panfletários demonstram que se tentava em Laguna, por parte de emigrados e de habitantes de Laguna simpáticos aos farroupilhas, aumentar o apoio aos rebeldes em Santa Catarina. Não temos como precisar quantas pessoas eram adeptas aos farrapos em Laguna, mas podemos sentir que essas idéias encontraram terreno fértil em parte da população. Deixemos bem claro que não entendemos a sublevação do 2º Corpo de Artilharia como um indício de apoio aos farroupilhas e sim como uma insubordinação ao governo imperial. Os sinais de apoio para com os rebeldes rio-grandenses provêm do aparecimento dos pasquins e dos boatos de que, se aproveitando do movimento dos praças do 2º Corpo, se tentaria uma revolta em Laguna.

A influência dessas questões em Laguna pode ser percebida em um outro ofício do Juiz de Paz, cargo exercido nesse momento pelo senhor Francisco da Silva França, no qual pedia a permanência da 5ª Companhia de Artilharia na vila de Laguna, em oposição a uma ordem que havia sido expedida para o deslocamento da dita companhia para o Rio Grande do Sul para coadjuvar as forças imperiais em operações contra os farroupilhas. França justifica seu pedido afirmando

que da conservação dela [a 5ª Cia] depende o sossego e segurança não desta vila, como mesmo da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, o fogo da Guerra Civil e os partidos aculudados [sic] um contra o outro, pode V. Ex.^{ca} estar certo que bem cedo aparecerão também aqui desordem e sucessos que não só comprometerão a tranqüilidade dos pacíficos cidadãos desta vila, que descansando à sombra da égide da luz e da proteção do Governo Provincial, se julgam acoberto dos insultos de inimigos externos, e internos, como do mesmo modo comprometerão o bem de toda a Província, porque é preciso confessar a V. Ex.^a o partido dos Anarquistas do Rio Grande tem nesta vila não só pessoas, que simpatizam completamente com eles como outras, que já possuídas das mesmas idéias subversivas se tem identificados nos mesmos princípios de desprezo as Leis de ruína e de morte, não estão a mira de ocasião oportuna para lançando fora a máscara que se disfarçam, porem em dessa [sic] as desordens que há muito ensaiam, e se a primeira centelha pegar persuada-se V. Ex. ela há de lavrar o incêndio com estampido por mais Pontos, e naqueles onde não chegar, só a

¹²⁶ APESC. Correspondências dos Engenheiros para Presidente da Província. Vol. 1830-1859 – p. 106/107. Ofício de 29 de junho de 1839.

repercussão fará grandes e incalculáveis males. Acredite V. Ex.^a, que se há mais tempo esses espíritos desorganizadores esses seres fascinados pelas doutrinas dos anarquistas do Rio Grande não tem saído a público com suas inovações contentando-se por enquanto de as instruírem nos outros onde se ocultam; duas tem sido as razões que os tem refreado a primeira a esperança de com a demora aumentar o número dos prosélitos; dar tempo amadurecerem as idéias, e ver um melhor resultado na tentativa do Rio Grande, e a segunda, e a mais poderosa o aparecimento e existência nesta da companhia de Artilharia, que foi desacorçoar [sic], e vacilar nos projetos de rompimento aberto, tanto é nisto verdade que eu sei de pessoas fidedignas que eles tentaram aliciar algumas praças da dita companhia, mas encontrando uma Praça fiel ao juramento, que deu subordinada, e amante dos Oficiais, que a comanda esmoreceram no meio da carreira, e ficaram por enquanto esvaecidos as esperanças de propalarem a revolução, que desejavam.¹²⁷

Segundo o Juiz de Paz, é imprescindível a permanência da 5^a Cia de Artilharia em Laguna, não apenas para proteção da vila, mas também das províncias do sul do país. Naquele momento, afirma França, os “conspiradores” contentavam -se em instruírem nos outros onde se ocultam e esperavam aumentar o número de colaboradores, aguardando também, notícias favoráveis vindas do Rio Grande do Sul. Essa afirmação nos leva a crer na existência de reuniões secretas já em 1836 com os objetivos de propagação da revolta em Santa Catarina. O que é reiterado pelo Juiz é que a presença da companhia em Laguna tem refreado as tentativas de rebelião, sendo que os simpáticos aos farroupilhas haviam tentado aliciar alguns soldados do destacamento, intento no qual não obtiveram sucesso, afirmando mais uma vez a importância da 5^a Cia para a manutenção da ordem na vila.

Apesar da gravidade das denúncias, a resposta do Vice-Presidente da Província ao Juiz Francisco da Silva França foi negativa. A ordem para o deslocamento da companhia havia sido dada pelo governo do Rio de Janeiro e o Vice-Presidente Francisco Luiz do Livramento só deixaria de cumpri-la diante de provas irrefutáveis das acusações feitas por Francisco da Silva França. Livramento segue afirmando que a guerra no Rio Grande do Sul já ocorria há quase um ano. Nesse período, nem sempre existiu tropa de linha estacionada em Laguna e mesmo assim, não havia ocorrido nenhuma perturbação da ordem e nem mesmo indícios de que se planejasse algum movimento de insurreição na vila de Laguna, ignorando completamente os ocorridos e

¹²⁷ APESC. Ofícios dos Juizes de Paz para o Presidente da Província. Vol. 2 1836 – p. 66/67v. Ofício de 28 de junho de 1836.

desdobramentos da revolta do 2º Corpo de Artilharia. O Vice-Presidente finaliza dizendo que poderia haver pessoas simpáticas aos farroupilhas em Laguna, mas que eles representavam uma minoria, que poderia ser controlada e que o papel de manter a ordem interna na vila era desempenhada pela Guarda Nacional e não pela tropa de linha. Por essas razões o pedido para permanência da 5ª Cia de Artilharia em Laguna foi negado pelo governo provincial.¹²⁸

Podemos entender essas denúncias a partir da ação dos emigrados em território catarinense e dos apoiadores que foram conseguindo em meio à população de Santa Catarina. Acreditamos que os ocorridos de março de 1836 e a preocupação do Juiz de Paz ao requisitar a permanência da 5ª Companhia de Artilharia em Laguna se devem a um resultado positivo das reuniões e convites feitos pelos farroupilhas em Laguna. Apesar de o vice-presidente não dar total crédito às denúncias contra a ação dos emigrados e do crescente apoio de habitantes de Santa Catarina para com os farroupilhas, podemos notar uma tendência nesse sentido.

Outra questão que preocupava as autoridades e que é encontrada de forma recorrente na documentação pesquisada, por vezes, envolvendo emigrados, é a questão do contrabando de pólvora e armamento partindo de Santa Catarina para os farroupilhas no Rio Grande do Sul.

Contrabando

Em ofício datado de julho de 1836 o Vice-Presidente Francisco Luiz do Livramento pedia maior cuidado e vigilância ao Juiz de Paz de Laguna para que se evitasse o contrabando de gêneros bélicos para os farroupilhas em guerra no Rio Grande do Sul. Assim versava a comunicação:

Constando que por essa Vila, e seu Termo tem passado pólvora e armamento para os rebeldes da Província de São Pedro, do que até já foi informado o Governo Imperial, como se me participa pela Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, recomendo muito a Sua Senhoria que empregue todo o seu zelo, e vigilância para evitar que isto se pratique, estendendo as medidas preventivas que a este respeito tomar até a passagem de Araranguá, a cujo Juiz de Paz oficio agora fazendo-lhe a

¹²⁸ APESC. Registro do Presidente da Província para Juizes de Paz. Vol. 1835-1838 – p. 72v-74. Ofício de 4 de julho de 1836.

mesma recomendação. Deus Guarde a V. M.^{cc} Palácio do Governo em 23 de Julho de 1836.¹²⁹

Denúncias como essa permeiam a documentação referente ao período pesquisado e causavam grandes transtornos e preocupações às autoridades catarinenses. Estava proibida a passagem de pólvora e armamento pela fronteira, com destino aos farroupilhas no Rio Grande do Sul. Como vimos, a presença de emigrados farroupilhas era grande em Laguna e sul catarinense e, os olhares oficiais também se voltaram para eles. Em 1837 o Juiz de Paz de Imaruí comunica à presidência da província que vai reforçar a vigilância sobre os rebeldes farroupilhas em solo catarinense.

Tenho presente o Ofício de V. Ex.^a datado de 15 de Agosto próximo passado, em que me faz ver, que não sendo para desprezar o anúncio que fez um correspondente do jornal Bemfasejo, publicado em 15 do Corrente, de que para esta Província se tem dirigido indivíduos, que pertencendo ao partido dos rebeldes da de São Pedro, vem na diligência de comprar Pólvora: recomendando-me de novo a observância das ordens que há, proibindo a venda de Armamento, pólvora, e chumbo, a pessoas daquele partido, ou que tenham correspondência com eles e ao mesmo tempo, toda a vigilância sobre tais indivíduos, pesquisa a respeito dos fins a que eles se propõem.¹³⁰

A partir desse ofício podemos entender outros motivos para a emigração de rio-grandenses para Santa Catarina no período da Guerra dos Farrapos. Além de escapar de uma possível perseguição e buscar apoio junto aos catarinenses, os farroupilhas vinham também em busca de pólvora e armamentos para suprir suas reservas durante as lutas contra as forças imperiais. As autoridades catarinenses, de posse dessa informação proibiram toda e qualquer venda de pólvora e armamentos para os emigrados suspeitos de fazerem parte do partido farrapo.

As determinações não se restringiam apenas à Laguna e suas freguesias. Uma circular enviada aos Juízes de Paz de Desterro, São Miguel, São José, Enseada, Vila Nova, Imaruí, Laguna, e Nossa Senhora da Piedade determinava que se ‘proíba no Distrito de sua jurisdição a venda de pólvora, chumbo e armamento aos emigrados daquela Província [Rio Grande do Sul] que aí estão

¹²⁹ APESC. Registro do Presidente da Província para Juízes. Vol. 1835-1839 – p. 42. Ofício de 23 de julho de 1836.

¹³⁰ APESC. Ofícios dos Juízes de Paz para o Presidente da Província. Vol. 1 1837 – p. 106. Ofício de 16 de setembro de 1837.

residindo, ou que por aí passem; assim como a qualquer pessoa que para ali se dirija, que tenha relações com os emigrados, ou que suspeite-se que pretenderá negociar com esses gêneros para aquela Província”¹³¹. Como vemos as suspeitas recaíam sobre os emigrados e também sobre os catarinenses que negociavam com a província do Rio Grande do Sul. A proibição visava cortar aos rebeldes farroupilhas suprimentos necessários para a continuação da revolta no Rio Grande. A determinação era bem clara e deveria ser aplicada com rigor pelas autoridades locais, publicando editais nos locais de grande circulação nas vilas para que todos ficassem cientes das proibições.

Apesar de todas as determinações do Presidente da Província para evitar o contrabando de armamentos e suprimentos para os farroupilhas, podemos perceber na documentação a prática desse negócio durante todo o período anterior à proclamação da República Juliana em Laguna, revelando ousadia dos contrabandistas, muitas vezes aliada a falta de fiscalização das autoridades. Uma outra circular, datada de agosto de 1837, enviada para todas as vilas da província demonstra um pouco isso. Reclama o Presidente José Joaquim Machado de Oliveira que

os avisos que se me faziam, de que na Vila da Laguna não se havia dado devida e restrita execução a quanto tenho determinado sobre a proibição da venda de pólvora e armamento aos rebeldes da Província de São Pedro e seus aderentes, o que até certo tempo duvidei, porque confiava em que se não daria ao desprezo as minhas ordens, [...] Semelhantes avisos de homens zelosos pelo [ilegível] da Província, e pela sustentação da Ordem Pública, são agora verificados por uma carta do caudilho dos rebeldes, Antonio Neto, que sitia a Cidade de Porto Alegre, e que aparece impressa em várias Folhas da Corte, declarando que, daquela Vila lhe eram remetidas por Macedo, seu enviado, pólvora, e outros gêneros, e que já estava de posse de 25 arrobas, idas na primeira carreta.¹³²

De acordo com o Presidente Machado já estavam chegando aos seus ouvidos notícias de que a fiscalização e a observância das suas ordens para coibir a passagem de pólvora e armamentos para o Rio Grande do Sul não estavam sendo executadas a contento. A publicação da carta do General farroupilha Antônio de Souza Neto complicava a situação do Presidente Machado, pois demonstrava ao governo central que este não estava desempenhando suas funções a contento,

¹³¹ APESC. Registro do Presidente da Província para Juizes de Paz. Vol. 1835-1838 – p.120v-121. Ofício de 3 de junho de 1837.

¹³² APESC. Registro do Presidente da Província para Juizes de Paz. Vol. 1835-1838 – p. 137-137v. Ofício de 25 de agosto de 1837.

deixando que o contrabando de gêneros bélicos em Santa Catarina abastecesse os farrapos em guerra contra o Império. Em seu ofício, o presidente reafirma a proibição desse tipo de comércio com os rebeldes emigrados em Laguna, e com seus aderentes, confirmando a existência de catarinenses apoiadores dos farroupilhas.

A carta a qual se refere o Presidente de Santa Catarina é a seguinte, datada de 15 de junho de 1837 e endereçada à João Antônio da Silveira.

Em meu último ofício lhe comunicava estar pronto a sair para o campo conforme V. S.^a exigia em seu primeiro, porém podendo dispensar o abandono deste ponto muito nos convém conservá-lo, tanto porque moralizava o inimigo minha retirada como ficamos privados de todos os recursos que em caminho nos viera de Santa Catarina; ontem chegaram da Laguna 25 arrobas de pólvora e muitas outras coisas de primeira necessidade; tanto os habitantes daquela Província como o Presidente dela, o patriota Machadinho nos tem prestado relevantes serviços, e a viagem que para ali fez o Capitão Macedo por mim enviado nos tem produzido os mais felizes resultados, dirigindo-se inúmeros negociantes com Fazendas de todo o gênero para fornecimento do Exército [...]¹³³

A carta do General Neto confirma não só a chegada de pólvora proveniente de Laguna, bem como de várias outras mercadorias e reafirma a viagem do Capitão Macedo para Laguna e o sucesso dos negócios realizados com comerciantes lagunenses para o abastecimento do exército farroupilha. Neto comenta do grande apoio dado pela população catarinense aos rebeldes e dos relevantes serviços prestados pelo Presidente Machado, chamado de Machadinho na correspondência, aos farrapos. Não dispomos de dados precisos confirmando se realmente o presidente de Santa Catarina era conivente ou não com os rebeldes farroupilhas.¹³⁴ Outra possibilidade é que as afirmações do General Neto fossem irônicas e se referiam à falta de fiscalização das autoridades catarinenses na tarefa de coibir o comércio de pólvora e armamento com os farroupilhas, facilitando assim a ação

¹³³ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. Subsecretaria de Cultura. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1985. Vol. 12 – p. 37.

¹³⁴ Uma referência que encontramos nesse sentido foi um trecho de uma das cartas enviadas por Luis Rosseti à Domingos José de Almeida, durante a República Juliana, no qual afirma estar escrevendo à algumas pessoas no Rio de Janeiro, entre elas o “Il.^{mo} Cidadão José Joaquim Machado de Oliveira / o Machadinho”. Não temos como saber se Machado era de fato conivente com os farroupilhas ou se apenas estava sendo assediado por estes para tal fim. Tal correspondência não chegou às mãos de Machado pois foi apreendida em Desterro quando a embarcação que a conduzia aportou. Apesar de não podermos afirmar com absoluta certeza, consideramos o envio dessa carta e os esforços do próprio Machado, durante seu governo, em diminuir as denúncias de contrabando e reuniões em território catarinense muito suspeitas e, a possibilidade de conivência plausível. AHRs. Coleção Alfredo Varela. CV. 8043. Carta de 11 de outubro de 1839.

destes em território catarinense, prestando assim, um serviço indireto aos farrapos, porém, no momento podemos apenas supor.

O Presidente Machado não comenta as afirmações de Antônio Neto no ofício transcrito acima, porém ele o faz em uma proclamação em 17 de agosto de 1837.¹³⁵ Essa proclamação foi comentada por um escritor do jornal *Mercantil* e reproduzida no *O Bemfasejo*. No artigo, o autor rebate as afirmações de Neto e critica o que, segundo ele, são tentativas de abalar a credibilidade do Presidente Machado de Oliveira, classificando as afirmações de Neto de caluniosas. Segundo o autor

estas expressões da carta de Antônio Neto, deixam bem antever que o seu fim não é outro, que indispor no conceito da Nação o Sr. Machado de Oliveira, e os habitantes de Santa Catarina, que jamais deram ouvidos às intrigas e calúnias desses miseráveis, que sustentam o plano de republicanisar [sic] a bela Província de São Pedro do Sul, apesar da corajosa resistência que há dois anos tem feito os legalistas. Porque não tem Antônio Neto publicado nos Jornais de Montevidéu, os socorros que desde o começo da rebelião tem recebido do Estado Oriental? Acaso não é de todos sabido que daquele Estado lhe enviam tudo quanto precisam para nos fazerem a guerra, a troco de gados que os farrapos tem roubado das estâncias dos Legalistas? Como é possível crer que Neto recebendo uma tão grande proteção do Presidente Machado, o quisesse comprometer para com o Governo Central?¹³⁶

O artigo se propõe a defender o Presidente da Província de Santa Catarina e declara que os habitantes de Santa Catarina nunca “deram ouvidos” aos farroupilhas. No entanto não é isso o que demonstra a documentação. As denúncias e os constantes pedidos para que se evite com eficácia o contrabando para o Rio Grande do Sul nos permitem conjecturar que o comércio ocorria com certa frequência pelo sul da província. Uma das medidas tomadas em Laguna para coibir a venda e passagem de armamentos para os farrapos foi o deslocamento de dois destacamentos de Guardas Nacionais, um situado no passo da Carniça e outro no passo da Barra de Laguna, dois pontos de grande circulação. Os destacamentos foram mobilizados “para vigiarem e examinarem todas as cargas que ali chegarem desta Vila, para serem transportadas em carretas que seguirem para a

¹³⁵ Não foi possível recuperar a referida proclamação.

¹³⁶ AN. Série Marinha – XM – 134. *O Bemfasejo*. Sexta-feira, 22 de Setembro de 1837. N. 63 p. 3. Desterro – Tipografia Provincial.

Província do Sul, para por esse meio se evitar a remeça de munições”¹³⁷ para os farroupilhas.

Ordens do executivo catarinense também determinavam ao Juiz de Paz de Laguna

revistar a [...] chegada de embarcações que entram neste porto idas daqui [Desterro], e mesmo as que para aí vão de outros portos e se tanto numas como noutras forem encontrados os artigos, cuja venda é proibida aos rebeldes do Sul, e a seus aderentes, devem ser recolhidos em depósito, e só deste saírem por venda que o proprietário faça a pessoa conhecida, que os não faça passar para os rebeldes, e cujo nome devesse ficar em registro, assim como o dia da venda, e a quantidade dos Artigos vendidos; e se essa pessoa não for conhecida deverá prestar fiadores que possam garantir o uso que tem ela de fazer dos artigos que comprar.¹³⁸

Vemos então que a fiscalização, pelo menos no papel, estava determinada a não deixar que suprimentos e armamentos passassem para os farroupilhas. Não apenas os carregamentos suspeitos, mas todos aqueles que transportassem pólvora e armamentos deveriam manter esses produtos em um depósito na vila e só poderiam comercializá-los seguindo as determinações acima expostas. Com estas medidas acreditava o Presidente da Província que o contrabando de armas e munição para os farroupilhas seria obstruído em Laguna. Segundo o restante do ofício a punição seria mais incisiva para aqueles que estivessem em viagem para o sul, em direção à província do Rio Grande do Sul, carregando os produtos proibidos.¹³⁹

Além disso, foi requisitada ao Juiz Municipal de Laguna a reunião de moradores e Guardas Nacionais, possivelmente da freguesia de Araranguá, para guarnecerem, juntamente com oficiais, na fronteira sul da província “o Ponto de Mampituba, e suas imediações, a fim de ter em respeito essa Fronteira, e evitar que passem socorros aos rebeldes”.¹⁴⁰ Vemos que a preocupação com a passagem dos referidos *socorros* pela vila de Laguna e suas freguesias era grande por parte da

¹³⁷ APESC. Ofícios dos Juizes de Paz para o Presidente da Província. Vol. 2 1837 – p.27/27v. Ofício de 20 de setembro de 1837.

¹³⁸ APESC. Registro do Presidente da Província para Juizes de Paz. Vol. 1835-1838 – p.145v. Ofício de 28 de setembro de 1837.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ APESC. Registro do Presidente da Província para Juizes. Vol. 1835-1839 – p. 65v. Ofício de 23 de outubro de 1837. Os Juizes Municipais eram nomeados pelo Presidente da Província, de três em três anos, a partir de lista tríplice indicada pela Câmara Municipal. Eram escolhidos para a função pessoas formadas em direito ou advogados (rábula leigos), quando estes não existiam, eram indicadas pessoas consideradas bem instruídas, “com luzes”. Cabia ao Juiz Municipal substituir ao Juiz de Direito, dentro do termo municipal, no impedimento deste. Também executava sentenças e mandados despachados pelos tribunais e pelo Juiz de Direito, além de conceder *habeas corpus* e exercer policiamento, dentro da jurisdição municipal. PIERANGELLI, José Henrique. **Processo penal**: evolução histórica e fontes legislativas. Bauru: Ed. Jalovi, 1983. p. 105.

Presidência da Província. Porém essa preocupação não se dava por nada, vimos como a fronteira sul da província catarinense era uma área aberta de livre circulação de pessoas, mercadorias e idéias. Demonstramos como a ação dos emigrados angariava apoio junto à população catarinense e que nesse mérito obtinham algum sucesso, uma vez que o próprio presidente reconhecia existirem habitantes em Laguna e seus distritos “aderentes” aos rebeldes. Por essa perspectiva podemos entender o cuidado e as medidas para coibir o contrabando.

O aumento da fiscalização exigiu uma maior criatividade e engenhosidade dos negociantes que realizavam esse tipo de negócio. É assim que nos deparamos com outros cuidados tomados pelo Juiz de Paz de Tubarão sobre o contrabando em seu distrito. Além de proibir a passagem no seu distrito de *socorros* aos farroupilhas, ele estabeleceu uma “Guarda nos últimos moradores deste Rio [Tubarão] para que não deixem passar as tais munições, pois que não é difícil passarem Barricas de Pólvora inculcando-se por Barril de Águas-ardentes, e chegar em cima no Campo e caminharem para o Distrito da Vacaria lugar onde tem dominado o espírito da rebelião”.¹⁴¹ Com o estabelecimento de registros para fiscalização dos carregamentos, aqueles que se propunham a realizar o contrabando tinham que recorrer a estratégias como a de carregar pólvora em barris de cachaça ou então embalada em sacos, os quais eram carregados nos barris e cobertos com farinha para ludibriar as autoridades.¹⁴²

Uma notícia que causou certa indignação por parte do Presidente João Carlos Pardal foi a de que duas carretas, partindo de Laguna, se dirigiam ao Rio Grande do Sul levando fazendas e por baixo dessas mercadorias, um carregamento de pólvora destinado aos farroupilhas. Dois ofícios foram enviados à Laguna, um destinado ao Juiz Municipal Domingos José da Silva e de Paz Antônio José Machado. Segundos os ofícios, de conteúdo praticamente igual, um grupo de legalistas sabendo da natureza dos carregamentos

¹⁴¹ APESC. Ofícios dos Juízes de Paz para o Presidente da Província. Vol. 2 1837 – p.62/62v. Ofício de 9 de novembro de 1837.

¹⁴² APESC. Ofícios dos Juízes Municipais para Presidente da Província. Vol. 1844 – s/p. Ofício de 13 de novembro de 1844.

fora a essa Vila pedir as Autoridades auxílio de homens, e armamentos para as capturar; que sendo-lhe aí negado este auxílio, aquela partida conseguiu todavia apoderar-se das ditas carretas; que apreendendo quatro condutores delas entregando-os aí presos às Autoridades, foram soltos, ou os deixaram escapar; e que quem faz estas remessas para os rebeldes é um Veiga, ora aí residente, não posso ainda acreditar tais notícias, pois seria sobre modo estranho, que nada V. M.^{ce} me participasse sobre ocorrências de tamanha importância. Não devendo com tudo ser a eles indiferente, ordeno a V. M.^{ce} que me informe circunstanciadamente sobre cada um dos pontos que deixo referidos, e principalmente sobre qual foi a Autoridade que soltou os presos condutores das Carretas, ou quem é o culpado de sua fuga, quanto seja este sendo, afim de que eu providencie como for de Lei.¹⁴³

A resposta dos magistrados também veio com o mesmo teor e as mesmas explicações. Segundo o Juiz Municipal, ele desconhecia a existência de pólvora por debaixo das fazendas e só sabia que um tal de Viegas [sic] era o condutor das carretas que conduziam fazendas compradas em Laguna. Após a saída de Viegas [sic] da Barra, correu um boato que um João Francisco e mais alguns legalistas, provenientes do Passo do Mampituba, acompanharam as duas carretas e prenderam seus condutores, levando-os para Torres, regressando posteriormente para o ponto do rio Mampituba. Teria sido de Torres que escaparam os condutores, e que uma partida de rebeldes retornou até onde se encontrava João Francisco, cercaram sua casa e o prenderam juntamente com outros, voltando depois para Torres. De acordo com o juiz, nada ele podia fazer por se tratar de uma localidade fora de sua jurisdição.¹⁴⁴

A resposta do Juiz de Paz conta a mesma história, no entanto, mais detalhadamente. Segundo ele, chegaram à vila homens armados vindos do Rio Grande do Sul, os quais mandou desarmar e indagar a que vinham. Foi levado à presença do magistrado João Francisco da Silveira o qual informou que seu grupo era legalista, emigrados no Quarteirão do Mampituba e que necessitavam comprar alguns gêneros existentes em Laguna. Disse ainda João Francisco ao Juiz de Paz

que ali no paço da Barra, existiam duas carretas, prestes a seguirem, e que ele desconfiava levassem pólvora, para os rebeldes, eu fiz lhe ver que elas não seguiriam sem serem revistadas, pelo destacamento que se achava na rigorosa obrigação de impedir o comércio deste gênero, visto as ordens existentes para esse

¹⁴³ APESC. Registro do Presidente da Província para Juizes de Paz. Vol. 1835-1838 – p. 149v/150. Ofício de 30 de outubro de 1837.

¹⁴⁴ APESC. Ofícios dos Juizes Municipais para Presidente da Província. Vol. 1837 – s/p. Ofício de 13 de novembro de 1837.

fim, cujas ordens existiam nos paços de Urussanga, Araranguá, e Mampituba, pediu-me licença para ele também as revistar, franqueei-lhe, e lhe ofereci auxílio, para passar a revista; respondeu-me que lhe não era preciso, por quanto tinha gente sua, e retirou-se, e passados dias soube que o mesmo João Francisco se tinha unido a comitiva das carretas, e com eles seguira, depois disso tive participação do Inspetor de Mampituba que o dito João Francisco tinha prendido os condutores, e levado para as Torres, e voltando outra vez para onde estavam as carretas, e isto já fiz ver a V. Ex.^a no meu ofício de 8 do corrente mês, e agora me consta mais que os ditos condutores se evadiram da Prisão.¹⁴⁵

Sobre a denúncia contra o tal de Veiga ou Viegas [sic] de ser o condutor das carretas, diz o Juiz de Paz que nada se tem contra este homem que apenas estava na vila para comprar alguns gêneros e depois foi ao ‘recôncavo a comprar açúcar, o que trouxe e o conduziu em barricas, e isto foi observado por mim’.¹⁴⁶ Pelo que notamos das respostas, ambos os juízes tentam justificar os acontecimentos afirmando que estavam cumprindo com suas obrigações e que os fatos apenas chegaram ao conhecimento deles depois de ocorridos ou então fora de sua área de atuação, não podendo tomar maiores medidas sobre eles. As versões apresentadas, apesar de serem muito semelhantes, se contradizem quanto à conduta do Veiga ou Viegas [sic] em Laguna. Segundo o Juiz Municipal ele era realmente o condutor das carretas que contrabandeavam pólvora embaixo das fazendas. Já o Juiz de Paz afirma que as mercadorias compradas pelo citado foram examinadas por ele e que nada de suspeito se apurou.

Mais uma vez, apesar de todas as recomendações e exigências feitas pela presidência da província, o contrabando seguiu ocorrendo. Isso se deve em parte pelas estratégias elaboradas pelos comerciantes e por uma falta de rigor e descuido na aplicação do que era requisitado pelo Presidente da Província na condução da fiscalização das cargas destinadas ao Rio Grande do Sul. É o que podemos atestar na correspondência do Presidente João Carlos Pardal ao Tenente Coronel Villas-Boas, encarregado da defesa da vila de Laguna. Segundo Pardal

corre por certo que cargueiros com pólvora passam em Campo Bom para o Araranguá, e de lá para cima da Serra, nada tenho podido colher até agora de certo, a tal respeito, porém conhecendo que além da Carniça há uma confluência de Rios,

¹⁴⁵ APESC. Ofícios dos Juízes de Paz para o Presidente da Província. Vol. 2 1837 – p. 39/40. Ofício de 10 de novembro de 1837.

¹⁴⁶ Idem.

por cujo ponto podem passar cargas, o que conheci quando ali fui, aí julgo mui profícua a colocação de uma Canhoneira, dispensando-se distante o Registro da Carniça, ou diminuindo sua força numérica. Do Registro de Campo Bom tenho informações desfavoráveis, por quanto me informam que o Quartel dos Soldados está tão distante do lugar por que transitam os andantes que a toda hora (mormente de noite) passa quem quer sem ser registrados, além de que os soldados vivem dispersos em um Engenho trabalhando em obras, e serviço do mesmo.¹⁴⁷

Era de conhecimento das autoridades em junho de 1838, data desta correspondência, que a atividade dos contrabandistas seguia ocorrendo nesse período, mesmo com todas as denúncias e medidas tomadas desde 1836. Nessa carta, o Presidente Pardal deixa entrever alguns dos motivos, que aliados com a criatividade dos negociantes, propiciava o fornecimento de armamentos e munições aos rebeldes farroupilhas. Um deles é a geografia, que proporcionava algumas possibilidades diferentes de rotas para o comércio ilegal e dificultava a vigilância. Outro é a precariedade da estrutura de estado que comprometia a fiscalização. Como vimos, foram mobilizados destacamentos e estabelecidos registros nos principais pontos de passagem de cargas nos distritos de Laguna, no entanto, o rigor dos responsáveis pela vigilância não era o esperado. Dessa maneira, facilmente poderiam passar pólvora e armamento pela fronteira sul da província catarinense, ou então, subir a serra e serem vendidas aos farroupilhas, através de Lages, na região de Vacaria. Os responsáveis pela fiscalização desempenhavam cargos públicos não remunerados, dedicando alguns dias por semana, ou mesmo, por mês às atividades exigidas pelos mesmos, cuidando de seus negócios pessoais a maior parte do tempo. Dessa maneira é natural que o rigor aplicado na fiscalização não fosse aquele requisitado pela presidência da província.

As denúncias e pedidos de maior vigilância e rigor na fiscalização são abundantes no período pesquisado, demonstrando que um grande movimento nesse sentido ocorreu durante os anos iniciais da Guerra dos Farrapos. Um exemplo da fabricação de armamentos em Santa Catarina para contrabando vem em uma denúncia contra um serralheiro francês chamado Maillard que trabalhava na freguesia de Vila Nova de Santa Ana. Em ofício reservado enviado ao Juiz de Direito

¹⁴⁷ APESC. Registro do Presidente da Província para Militar. Vol. 1834-1838 – p. 192/194. Ofício de 20 de junho de 1838.

da Comarca do Sul¹⁴⁸ Severo Amorim do Valle, o qual também acumulava a função de Chefe de Polícia o Presidente João Carlos Pardal afirmava que

Muitas pessoas dignas de crédito de vários Distritos do Sul desta Província asseveram que o serralheiro Francês Maillard fabricava e ainda fabrica lanças e outras armas para o uso dos rebeldes da Província de São Pedro, e que desta até se jactara mostrando-as em uma venda em Vila Nova, o que deu lugar a um sumário a que se procedeu naquele Juízo, e em que foi verificada a veracidade dos fatos, como de V. M.^{cc} é sabido. Agora consta-me que este Francês está domiciliado na Fazenda do Capitão Joaquim Jozé da Costa, e que ali continua na fabricação das Armas, para o mesmo fim; sobre o que é mister que V. M.^{cc} como Chefe de Polícia proceda as mais exatas e [ilegível] averiguações, e me informe do resultado delas, pois se por ditas averiguações se conhecer que o supradito Francês por suas relações e proceder é conivente com os rebeldes, e os fornece de armamentos, cumprirá que o Governo, faça deportar da Província. Deus Guarde a V. M.^{cc}. Palácio do Governo em 6 de Fevereiro de 1839 = João Carlos Pardal = Sr. Juiz de Direito Chefe de Polícia da Comarca do Sul.¹⁴⁹

Talvez o francês agisse dessa maneira, pois gozava da proteção do Capitão Joaquim José da Costa, rico proprietário de terras. Este ofício motivou dois outros enviados por Severo Amorim do Valle aos Juízes de Paz da Enseada do Brito e de Vila Nova. Nas comunicações o Chefe de Polícia pede averiguações minuciosas dos juízes na oficina do serralheiro e interrogatórios para descobrir se Maillard era de fato conivente e fabricava armamentos para os rebeldes farroupilhas. Infelizmente não nos foi possível recuperar a resposta do Juiz de Paz da Enseada do Brito. No entanto, a resposta do Juiz de Paz de Vila Nova de Santa Ana vem no dia 23 de fevereiro de 1839 e informa sobre os pedidos de investigação sobre o serralheiro francês Maillard que

anteriormente morou neste distrito e há meses me consta haver se mudado para o distrito da Enseada do Brito, e não me consta se ter volvido a esta, porém contudo fico a examinar centralmente e pelos lugares mais remotos da minha jurisdição.¹⁵⁰

¹⁴⁸ Em 1832 a província de Santa Catarina foi dividida juridicamente em duas comarcas: a do Norte abrangia as vilas de Lages, São Francisco, Porto Belo e São Miguel, está última como sede. A Comarca do Sul reunia a cidade de Desterro (sede), a vila de Laguna e São José. CABRAL, Oswaldo R. **A organização das justiças na Colônia e no Império e na história da Comarca de Laguna**. Porto Alegre: Santa Teresinha, 1955. p. 99.

¹⁴⁹ APESC. Registro do Presidente da Província para Juízes. Vol. 1835-1839 – p.113v/114. Ofício de 6 de Fevereiro de 1839.

¹⁵⁰ APESC. Ofícios dos Chefes de Polícia e Juízes de Direito para Presidente da Província. Vol. 1839 – s/p. Ofício de 23 de fevereiro de 1839.

Pelas informações que encontramos nos ofícios, podemos supor que as terras do Capitão Joaquim José da Costa localizavam-se na região da Enseada do Brito. Certamente o Capitão Joaquim nutria sentimentos simpáticos aos farroupilhas, por dar abrigo a um homem acusado de fornecer armamentos para os rebeldes, algo que, como vimos, era proibido e combatido pelo governo provincial catarinense.¹⁵¹

Como podemos notar diante da documentação pesquisada o comércio e fornecimento de pólvora, armamentos e diversos tipos de produtos aos rebeldes farroupilhas passando por Santa Catarina ocorria intensamente nos anos iniciais da Guerra dos Farrapos. É também interessante ressaltar que não foram encontradas referências sobre punições mais severas aos suspeitos de conduzirem o comércio ilegal nesse período, apesar dos constantes pedidos da presidência da província de intensificação da fiscalização e castigos aos envolvidos. Podemos atribuir essa relativa impunidade à uma falta de evidências mais concretas que apontassem mais claramente os culpados. Laguna por ser uma vila com uma população relativamente pequena, proporcionava que a maioria dos moradores conhecesse uns aos outros. Conseqüentemente, as autoridades locais conheciam pelo nome boa parte dos habitantes. Podemos supor que era sabido, ou pelo menos se suspeitava, quais eram as pessoas em Laguna que forneciam armamento e pólvora aos farroupilhas, no entanto, por falta de provas mais contundentes, a ação dos responsáveis pela repressão limitava-se a vigiar e denunciar suas suspeitas ao Presidente da Província, como faz inúmeras vezes o Juiz de Paz Francisco da Silva França.

Porém, outro aspecto também merece consideração. A ação dos emigrados em conseguir apoio junto aos catarinenses certamente obteve algum sucesso na medida em que o contrabando se desenrolava nos anos de 1836 a 1839. É possível que a ação dos emigrados e dos contrabandistas tenha sido facilitada pela convivência de algumas autoridades que, simpáticas aos rebeldes farroupilhas, faziam vistas grossas ao que se passava na vila e não desempenhavam a contento, do ponto de vista do governo, suas funções. Alguns dos envolvidos posteriormente na República

¹⁵¹ De fato o Capitão Joaquim José da Costa era simpático aos farroupilhas ou tinha algum tipo de interesse pessoal no avanço das forças farroupilhas em Santa Catarina pois, após proclamada a República Juliana ele comandou parte das forças farrapas na frente de batalha na planície do Massiambú. BOITEUX, Henrique. Op. cit. p. 171.

Juliana, ocupavam cargos públicos em Laguna no período anterior à invasão farrapa. Um exemplo é o de Bartholomeu Antônio do Canto que foi vereador antes e depois da chegada dos farroupilhas e foi presidente da Câmara Municipal. Outro caso é de Antônio José Machado. Como vimos, Antônio Machado desempenhou a função de Juiz de Paz de Laguna em 1837, porém quando as forças farroupilhas se aproximavam de Laguna em 1839, ele deixou a vila para ir ao encontro dos rebeldes que chegavam,¹⁵² ocupando posteriormente um cargo no Conselho Governativo da República Juliana. A partir dessa informação podemos entender melhor algumas de suas atitudes e respostas desmerecendo as denúncias de contrabando e no caso das duas carretas conduzidas por Veiga, relatado acima, procurando isentar de culpa o mesmo. É muito possível que desde esse período Machado já fosse conivente com os farroupilhas e ocupando um cargo de importância em de Laguna, fizesse “vista grossa” ao que se passava na vila, mesmo sem declarar publicamente suas convicções. Isso poderia ocorrer porque, mesmo sendo o Juiz de Paz subordinado ao Governo Provincial, era um cargo eletivo, e nem sempre era escolhido pela população alguém fiel aos interesses da presidência da província.

Porém, apesar de toda a simpatia, até que ponto esse comércio era feito por estarem os catarinenses imbuídos nos ideais republicanos e buscavam assim auxiliar os rebeldes farroupilhas em sua luta contra o Império? Não estariam, também, essas pessoas interessadas no lucro que esse tipo de negócio poderia proporcionar? O fornecimento de gêneros para o abastecimento de uma guerra pode revelar-se extremamente rentável, uma vez que o consumo aumenta consideravelmente, e as partes envolvidas, não podendo produzir normalmente devido ao transtorno causado pelas lutas, necessitam constantemente de suprimentos vindos de fora da província. Relatando sobre os negócios políticos da província no ano de 1839, o Presidente João Carlos Pardal escreve à Assembléia Provincial sobre a atuação dos emigrados farroupilhas e as medidas para combater o contrabando. Minimizando a influência dos farroupilhas em território catarinense diz ele:

¹⁵² AN. Série Guerra. IG¹ 531. Ofícios do Presidente da Província de Santa Catarina para o Ministério da Guerra. Ofício anexo de 3 de julho de 1839.

apesar das sugestões dos Emigrados rebeldes da Província do Rio Grande, que há mais de dois anos não cessão [ilegível] esta Província, de vir envenenar com doutrinas destruidoras da ordem, o ânimo pacífico de seus habitantes, a tranqüilidade pública não tem sido alterada a exceção o Município de Lages, aonde por duas diferentes vezes grupos rebeldes tem entrado [...] As diferentes recomendações feitas aos Juizes de Direito, determinantes ordens aos Juizes de Paz, e os Registros novamente estabelecidos nos diferentes pontos que comunicam com a Província rebelada, não só tem minorado este mal, que com o correr dos tempos [ilegível] funestas conseqüências traria a Província rebelada mas ainda em parte impedido os socorros bélicos, por que os rebeldes tanto anhelam [sic], e que o sórdido interesse de lucros extraordinários alimenta.¹⁵³

Este trecho do ofício é particularmente interessante para explicar o clima vivido em Santa Catarina no período anterior à expedição farroupilha que culminaria na proclamação da República Juliana em Laguna e para entendermos um outro aspecto que contribuiu para a continuidade do fornecimento de armamento e munições para os rebeldes em luta no Rio Grande do Sul. Pardal confirma nossas afirmações anteriores de que emigrados farroupilhas atuavam em território catarinense, desde os anos iniciais da Guerra dos Farrapos. É possível avaliar que a ação dos emigrados não tenha sido em vão, como tenta afirmar o Pardal, o exemplo claro é Lages. Certamente as idéias e ação dos emigrados encontraram terreno fértil em parte da população sul catarinense, o que se viu representado na tentativa de revolta em Laguna durante a sublevação do 2º Corpo de Artilharia e nas denúncias e efetiva ação dos contrabandistas de pólvora atuando na província catarinense.

No entanto, não podemos basear a atividade dos contrabandistas apenas na adesão aos ideais republicanos, e nesse sentido o Presidente afirma outra causa do fornecimento de pólvora e armamentos aos rebeldes, os lucros proporcionados por esse comércio. Certamente muitas pessoas viam no comércio de artigos bélicos para o Rio Grande do Sul uma boa fonte de lucros, ao mesmo tempo em que alguns catarinenses influenciados pelas idéias vindas da província vizinha em meio à guerra, realizavam esse arriscado negócio por simpatia aos republicanos, muitas vezes unindo o útil ao agradável, ou seja, simpatia e lucros. Certamente realizavam esse comércio aqueles que possuíam os meios necessários para tal, tais como: carretas, cavalos, etc; e que estavam

¹⁵³ APESC. Registro do Presidente da Província para Assembléia Legislativa Provincial. Vol. 1837-1840 – p. 70/71v. Ofício de 1 de março de 1839.

acostumados a negociar, possivelmente já praticando há tempos o comércio entre as duas províncias, estando envolvidos pequenos e grandes negociantes, ou seja, pessoas de posses.

Essas questões foram influenciando na população catarinense, enquanto se desenrolavam os combates na província rio-grandense. A partir de 1838/39 os farroupilhas ganham fôlego frente aos imperiais e iniciam incursões mais objetivas em Santa Catarina. Nesse período Lages é tomada e se rebela contra o Império por duas vezes. A ação dos emigrados, as reuniões, convites, a leitura e distribuição de pasquins foram influenciando parte da população de Santa Catarina que passou nutrir sentimentos simpáticos aos rebeldes farroupilhas. Esse apoio consta claramente na documentação e vai certamente influir favoravelmente aos farrapos na invasão farroupilha de 1839. Este tema, entre outros, abordaremos no próximo capítulo.

Capítulo 3

Recrutamento Forçado

Para combater a revolta que ocorria na província vizinha e causava preocupações à Regência, bem como para aumentar o efetivo com fim de combater o contrabando que auxiliava os farroupilhas, o governo provincial de Santa Catarina lançou mão de um velho recurso que causava grandes descontentamentos para a população, o recrutamento forçado, que representava uma verdadeira caçada às pessoas aptas a prestarem serviço militar e completarem as fileiras do exército. Mesmo em tempos de paz, artifícios de ambas as partes, recrutadores e possíveis recrutados eram utilizados nessa disputa. Certamente, em um período turbulento, como o período regencial, onde diversas rebeliões eclodiram nas províncias brasileiras, o recrutamento se intensificou em todo o território brasileiro.

Em Santa Catarina, com a província vizinha envolvida em uma dessas rebeliões, fazia-se necessário arregimentar homens para combater os rebeldes farroupilhas, tanto em território rio-grandense como em Santa Catarina que, como vimos, se via as voltas com denúncias de contrabando e reuniões por parte dos rebelados rio-grandenses. Em correspondência ao Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, senhor John Forsyth, o Cônsul americano em Desterro, Samuel Nells, informava que “o Governo não sendo capaz de obter voluntários para o Exército nesta Província, começou a alistar compulsoriamente homens para este propósito, o que causa grande descontentamento nos cidadãos”.¹⁵⁴ Certamente o senhor Nells referia-se ao recrutamento forçado que estava ocorrendo no início de 1838 e relatava aspectos comuns àquela prática no período. Uma delas era a indisposição dos habitantes em serem voluntários para o serviço militar e

¹⁵⁴ Biblioteca Universitária – UFSC. Cartas do Cônsul americano. Microfilme. Carta de 10 de janeiro de 1838. [The Government not being able to obtain volunteers for the Army in this Province has commenced pressing men for that purpose which gives great dissatisfaction to the Citizens].

a pressão das autoridades para preencherem a cota do recrutamento. Isso poderia significar novidade para Samuel Nells, no entanto, foi comum durante todo o período colonial e imperial.¹⁵⁵

Segundo Fábio Faria Mendes, cabia

ao juiz de paz tomar decisões fundamentais na distribuição dos encargos, determinando aqueles que “estão nas circunstâncias” do recrutamento [...] outra figura decisiva nas levas é o temido agente do recrutamento. Não se trata de funcionário especializado, mas antes de indivíduo comissionado, nomeado pelos juízes de direito, tendo à sua disposição amplos poderes e prerrogativas. Os agentes do recrutamento eram remunerados por “peça” e reembolsados por despesas realizadas na caça, na vigília e no sustento dos recrutas. [...] A necessidade de completar as cotas os tornava pouco propensos a considerações de justiça e equidade.¹⁵⁶

Em período de recrutamento, medidas eram tomadas pelo Juiz de Paz para evitar o que representava a forma mais comum de evasão ao recrutamento forçado, a fuga.¹⁵⁷ Podemos perceber a utilização dessas artimanhas também em Laguna em 1836. Segundo João Oliveira Tavares, suplente do juizado de paz,

muitos dos que se achavam em circunstâncias de serem alistados, estavam aprontando-se para retirarem-se de suas habitações, assim como o tem querido fazer muitos moradores dos outros Distritos circunvizinhos que passaram para mais de 100 moradores, porém tenho conseguido fazer com que eles não saiam do Município e todos em geral me tem prometido de reunirem ao 1º aviso logo que seja mister.¹⁵⁸

O recurso da fuga era muito utilizado na época como forma de se escapar ao recrutamento. Neste momento, o Juiz de Paz afirmou ter conseguido evitar as fugas e obteve, dos moradores, promessas de reunirem-se posteriormente, no entanto, não acredito que o juramento tenha sido

¹⁵⁵ Certamente Samuel Nells tinha uma visão diferente do serviço militar, pois, segundo Vitor Izeckson, nos Estados Unidos a tradição militar era de voluntarismo baseado em milícias estaduais. Essa situação permaneceu inalterada até pouco depois do início da Guerra Civil, quando a necessidade de grandes contingentes levou à prática do recrutamento forçado também naquele país. IZECKSON, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos na década de 1860. In: **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, n. 27, 2001. p. 12-18.

¹⁵⁶ MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. IN: CASTRO, Celso; IZECKSON, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 130 – 133.

¹⁵⁷ Idem. p. 126.

¹⁵⁸ APESC. Ofícios dos Juízes de Paz para Presidente da Província. Vol. 2 1836 – p. 56/57v. Ofício de 30 de abril de 1836.

cumprido por todos. Possivelmente na presença do juiz uma coisa era dita e quando aparecia a oportunidade, rapazes jovens e pobres, principal alvo dos recrutadores, procuravam escapar para garantir sua segurança individual. A evasão dos possíveis recrutáveis foi constante durante todo o Império, tornando o recrutamento um verdadeiro ‘jogo de gato e rato’. Mendes afirma que essa situação tinha os efeitos de uma praga, deixando vilas abandonadas, prejudicando indústria e agricultura. Como os responsáveis pelo recrutamento utilizavam diversas estratégias para completarem as cotas, os possíveis recrutáveis, de sua parte, tentavam esforços para escapar ou então para se enquadrar nas regras de isenção.¹⁵⁹

As isenções ao recrutamento estavam especificadas nas instruções de 10 de julho de 1822, as quais continuariam regendo a forma de recrutamento até o fim do Império.¹⁶⁰ De acordo com as instruções, alguns dos que estavam isentos do serviço militar eram

caixeiros de lojas de bebidas e tavernas; homens casados; o irmão mais velho de órfãos; o filho único de viúva; o filho único de lavrador; o feitor ou administrador de fazenda de mais de seis escravos, tropeiros, boiadeiros, mestres de ofício [...].¹⁶¹

De acordo com Fábio Mendes, casamentos de última hora eram comuns na época do recrutamento como estratégia para escapar ao serviço. Porém, ao mesmo tempo que proporcionavam uma vasta gama de possibilidades de isenção, as instruções deixavam margem para interpretação dos recrutadores que recrutavam pessoas inclusas nas isenções, uma vez que a obrigação de provar que estavam isentos do serviço era do recrutado. Razões políticas também eram motivos para recrutamento.

É dessa maneira que nos deparamos com a súplica da viúva Maria Vieira de Jesus, moradora da vila de Laguna, para que fosse dada baixa ao seu filho José Maria da Rosa, recrutado no início de 1838. Diz a suplicante que

¹⁵⁹ MENDES, Fábio Faria. Op. cit. p. 125.

¹⁶⁰ Idem. p. 122.

¹⁶¹ ‘Minuciosa na enumeração das isenções, as instruções deixavam em aberto os requisitos a que deviam satisfazer os recrutáveis, com critérios vagos e manipuláveis, deixando ampla margem de arbítrio à interpretação dos executores. [...] O ônus da prova da imunidade ao recrutamento recaía, evidentemente, sobre o recruta incauto, pois as isenções impunham complexos problemas de coleta e verificação de informações’. Idem. p. 122-123.

se acha reduzida ao mais deplorável estado de indigência pela privação que hora sofre de um filho de nome José Maria da Rosa, único amparo de sua viuvez, e que sustentava de mais aos seus irmãos e órfãos, o qual fora recrutado naquela Província [Santa Catarina], onde se acha [...] para o serviço da Marinha de Guerra.¹⁶²

Como vimos, o recruta José Maria da Rosa deveria estar isento do recrutamento por sustentar sua mãe e seus irmãos, sendo o irmão mais velho de órfãos. No entanto, mesmo apresentando essas características foi recrutado para o serviço da armada. Isso motivou pedidos da mãe de José Maria que buscou auxílio de Joaquim Francisco Pereira e Luis Gonçalves Barreiros, que a rogo dela escreveram ao Presidente da Província explicando a situação e pedindo a baixa de serviço de José Maria. Ambas súplicas possuem praticamente o mesmo teor. Informavam ao Presidente Pardal que a família de Maria Vieira, moradora do Quarteirão do Siqueiro em Laguna, tinha seis filhos, três homens e três mulheres e que José Maria da Rosa era o mais velho e responsável pelo sustento da casa, uma vez que os outros meninos eram mais novos, um com cinco anos e o outro de onze, que doente, não podia auxiliar seu irmão no serviço. Afirmavam ainda que por esses motivos, José Maria se enquadrava nos artigos das instruções de 10 de julho de 1822, sendo isento do recrutamento e pediam sua baixa.¹⁶³

As súplicas da viúva motivam um pedido de investigação do caso para o Juiz de Paz de Laguna que encarrega o Inspetor de Quarteirão de Siqueiro das averiguações. A resposta do Inspetor Antonio M. de Oliveira ao Juiz de Paz, data de 26 de maio de 1838 e informa:

Em cumprimento do Despacho de V. S. e [ilegível] na Petição da Suplicante Maria Vieira viúva de Silvano Pereira da Rosa, moradora deste Quarteirão cumpre-me informar a V. S. que a Suplicante [ilegível] filhos a saber três filhas solteiras e três filhos, sendo estes de tenra idade e só o filho mais velho José Maria da Rosa esse o que estava sustentando a Suplicante e suas irmãs e órfãos por se

¹⁶² AN. Série Marinha XM 134. Ofícios do Presidente da Província de Santa Catarina para o Ministério da Marinha. Ofício anexo sem data, recebido em 9 de Julho de 1838.

¹⁶³ AN. Série Marinha XM 134. Ofícios do Presidente da Província de Santa Catarina para o Ministério da Marinha. Ofícios anexos sem data, recebidos em 26 e 28 de maio de 1838.

achar mais capaz para o trabalho e quanto a pobreza desta família não pode ser mais, é o quanto se me oferece informar.¹⁶⁴

A partir dessas informações era de se esperar que a baixa de serviço fosse concedida ao recruta José Maria da Rosa, por ele se enquadrar em uma das condições que proporcionavam isenção de recrutamento, ser irmão mais velho de órfãos. No entanto, um outro ofício, enviado ao Presidente Pardal pelo senhor Francisco de Assis Feijó e Silva traz outras informações sobre o recrutamento de José da Rosa. Francisco relata em seu ofício que

me apresenta a Mãe de um [recruta] de nome José Maria da Rosa um requerimento em que diz que seu filho não está em circunstâncias de ser recrutado; mas pelas circunstâncias que vou expor a V. S.^a; não o dispensei do recrutamento. Haverá dois meses que fui ao lugar chamado Siqueiro em que mora o mencionado José Maria da Rosa, e indagando do Inspetor de Quarteirão de nome Antônio de Oliveira, as pessoas que tinha no seu Quarteirão que estivessem nas circunstâncias de serem recrutados me respondeu informando-me que a pessoa que tinha em melhores circunstâncias de assentar praça era José Maria da Rosa filho de uma Viúva, a qual tinha três filhos dois homens, e um menor, e que o mais velho era muito partidista [sic] e vadio e que tinha dito que queria ver qual era o Caramuru que lhe punha as mãos, e que portanto quando eu fosse a sua casa que fosse acautelado por quanto ele costumava trazer armas carregadas. Apesar de eu me dirigir a casa do Inspetor de noite, e em trajes desconhecidos, e deixando a Escolta oculta nos matos teve o dito Rosa notícia, e se refugiou de uma maneira que quando eu entrei na casa não o achei. No dia 15 do corrente estando ele próximo a esta Vila [Laguna] na ocasião que passavam algumas pessoas das que estão saindo do Sul refugiar-se aqui, disse o dito José Maria da Rosa que os Camelos (modo de tratar os Legalistas) que já se vendiam a dez por um vintém, e isto a vista de um Cabo e um Soldado de Artilharia dos que estão aqui destacados, estes participando ao Tenente Coronel Comandante da Força, e mandou prender, e tendo eu logo disto notícia, participei ao dito Tenente Coronel que aquele indivíduo era um dos que eu tinha andado na diligência de o prender para recruta, e por isso me mandou entregar.¹⁶⁵

Seguramente Francisco de Assis era um agente recrutador, designado para arregimentar novos praças em Laguna. É possível perceber que o mesmo reconhecia que José Maria poderia ser dispensado do serviço por se enquadrar nas isenções explicitadas acima, porém não o fez por ter recebido informações do Inspetor Antônio de Oliveira de que José Maria era partidário dos farroupilhas. Notemos que o Inspetor é o mesmo que envia o ofício citado acima. As informações

¹⁶⁴ AN. Série Marinha XM 134. Ofícios do Presidente da Província de Santa Catarina para o Ministério da Marinha. Ofício anexo de 26 de maio de 1838.

¹⁶⁵ AN. Série Marinha XM 134. Ofícios do Presidente da Província de Santa Catarina para o Ministério da Marinha. Ofício anexo de 18 de maio de 1838.

apresentadas pelo Inspetor de Quarteirão não se contradizem, em ambas afirma que José Maria é filho de viúva sendo o irmão mais velho, devidamente isento do recrutamento. No entanto, uma nova informação motiva o recrutamento de José Maria, ele era partidário dos farroupilhas e proferia injúrias contra os legalistas. Esse era o motivo pelo qual o agente recrutador não o dispensou. O recruta José Maria da Rosa foi requisitado pelo 2º Tenente Manoel José de Bessa para ser empregado no lanchão que o mesmo estava armando.¹⁶⁶ Tratava-se do lanchão *Santa Ana* da propriedade de Bessa que o mesmo ofereceu para o serviço do Império, como informou o Presidente da Província ao Ministério da Marinha em 28 de maio de 1838, período do recrutamento de José Maria.¹⁶⁷ Vemos aqui então que mesmo o rapaz estando nas condições de ser isentado do serviço, poderia ser recrutado mediante razões políticas.

Outro aspecto interessante que podemos perceber nesse caso é a formação de redes de solidariedade contra uma prática que era vista como danosa pelas pessoas mais humildes, neste momento o recrutamento. De acordo com o relato, Francisco de Assis foi à casa do Inspetor Antônio de Oliveira à noite e tomou precauções para não ser reconhecido, visando dessa maneira não chamar atenção e evitar que os jovens fugissem para escapar ao recrutamento. No entanto, mesmo com todos os cuidados, as novidades chegaram aos ouvidos de José Maria mais rápido que o agente recrutador e aquele conseguiu fugir a tempo de escapar do recrutamento, sendo preso posteriormente e enviado para o serviço em Laguna. É interessante notar como a notícia da chegada do agente recrutador na localidade se espalhava rapidamente, dando tempo aos possíveis recrutados de se evadirem. É possível que os habitantes já estivessem “com olho treinado” para reconhecer o agente do recrutamento, e como as localidades eram pequenas, onde todos se conheciam, a difusão da informação se dava de forma muito dinâmica.

Apesar de todas as súplicas e representações apresentadas para que José Maria fosse dispensado do serviço militar o Presidente João Carlos Pardal negou sua dispensa por “ser perigosa a sua residência no Distrito, em razão dos princípios que professa, como tudo se prova do Ofício,

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ APESC. Registro do Presidente da Província para Ministério da Marinha. Vol. 1837-1839 – 151/151v. Ofício de 28 de maio de 1838.

incluso por Cópia, do oficial encarregado do recrutamento, o destinei à Marinha de Guerra”.¹⁶⁸

Certamente José Maria era um dos habitantes de Laguna que foram influenciados pelos emigrados e pelas notícias da revolta vindas do sul. É possível que já tivesse alguma predisposição contra o Império, talvez por correr o risco do recrutamento, mesmo estando em condições de isento, a margem de interpretações poderia lhe ser desfavorável. Com o início da guerra no Rio Grande do Sul, José Maria se tornou favorável aos farroupilhas. Certamente práticas como essa causavam grande insatisfação na população mais humilde de Santa Catarina, a mais atingida pelo recrutamento forçado.

Além de se recrutar alguns, teoricamente isentos, outras medidas mais enérgicas também eram tomadas visando evitar as fugas e realizar o recrutamento. Para tentar barrar a evasão de pessoas aptas a servirem, o Presidente João Carlos Pardal determinou ao Juiz de Direito Severo Amorim do Valle “que nenhum passaporte seja concedido a pessoa alguma que pretenda fazer viagem para fora da Província e mesmo da Capital sem ordem minha expressa por escrito o que só terá lugar por motivo justificado”.¹⁶⁹

Apesar de medidas como essa, tentando claramente impedir que aqueles que pudessem servir fugissem ao recrutamento, as fugas e deserções eram comuns na época e, de acordo com Fábio Mendes, partilhavam das mesmas causas. As constantes anistias concedidas aos desertores geravam uma sensação de impunidade e transformavam a deserção em um círculo vicioso. A mesma fazia parte do cotidiano, tratada pela população como algo corriqueiro, não representando uma traição da pátria.¹⁷⁰

Concordamos com o argumento de Mendes quando afirma que as causas das deserções e da evasão para evitar o recrutamento fossem praticamente as mesmas e no sentido de representarem um aspecto corriqueiro da sociedade da época, ocorrendo freqüentemente. A grande movimentação de pessoas na fronteira sul de Santa Catarina, demonstrada acima, facilitava a vida de desertores e

¹⁶⁸ AN. Série Marinha XM 134. Ofícios do Presidente da Província de Santa Catarina para o Ministério da Marinha. Ofício de 9 de agosto de 1838.

¹⁶⁹ APESC. Registro do Presidente da Província para Juízes. Vol. 1835-1839 – p.110v/111. Ofício de 25 de julho de 1839

¹⁷⁰ MENDES, Fábio Faria. Op. cit. p. 124.

daqueles que buscavam escapar ao recrutamento. Estes últimos, possivelmente, ficavam fora de casa por um tempo, retornando posteriormente, passado o período do recrutamento. Os desertores geralmente retornavam às suas famílias, retomando suas atividades habituais.

Uma das medidas para evitar a utilização do artifício de retorno ao lar e para reforçar o número de praças onde sua presença era mais necessária era o deslocamento de destacamentos pelas províncias. As dificuldades para um soldado desertar em uma província desconhecida, onde o mesmo não possuía vínculos e redes de proteção eram maiores do que em sua província natal. Nesse sentido que encontramos referência à essa prática em um ofício do Presidente Pardal ao Ministério da Guerra sobre a influência dos farroupilhas em Santa Catarina afirmando que “os rebeldes vão fazendo prosélitos, e conhecendo por isso a necessidade de destruir no começo tais bandos de assassinos só espero adestrar a tropa que recentemente veio da Bahia para cumprir esse dever”.¹⁷¹ A transferência de um destacamento da Bahia foi efetivada para reforçar as forças imperiais em Santa Catarina onde segundo o presidente, os adeptos dos farroupilhas vão aumentando.

No entanto, medidas como essas poderiam resultar em problemas, causando mais deserções. Respondendo sobre o grande número de deserções em seu batalhão o Tenente Coronel Francisco José Damasceno escreve ao Comandante das forças imperiais em Laguna, Vicente Paulo de Oliveira Villas-Boas dizendo que

as causas a que atribuo uma semelhante falta, são certamente as mesmas que V. S. não deve ignorar. Soldados que pertencem a Províncias rebeladas, quais são da Bahia, e Pará, e por consequência que simpatizam com a opinião dos dissidentes da Província Vizinha, não podem certamente defender a opinião diametralmente oposta, outros porém filhos desta Província, e por isso conhecedores do terreno, fácil é o evadirem-se do serviço das armas, para na ociosidade passarem a vida: as intenções destes propalados a seus camaradas os desmoralizam, e é sem dúvida o motivo de algum outro que não esta nestas circunstâncias haver desertado; ou talvez algum indivíduo que existe ocultamente entre nós, que nutrido sentimentos contrários à ordem, seduzem aos Soldados para abandonarem as armas da Lei, ou mesmo algum dos habitantes dos lugares por onde havemos passado.¹⁷²

¹⁷¹ APESC. Registro do Presidente da Província para Ministério da Guerra. Vol. 1839 – p. 16v. Ofício de 18 de julho de 1839.

¹⁷² AN. Série Guerra IG¹ 531 – 1839. Ofícios do Presidente da Província de Santa Catarina para o Ministério da Guerra. Ofício anexo de 16 de janeiro de 1839.

Como podemos perceber a transferência de soldados de outras províncias poderia causar transtornos para o exército. Muitos dos recrutados em províncias onde ocorreram rebeliões estavam envolvidos nas mesmas e, depois de presos, eram recrutados para o exército para completarem as fileiras e transferidos. Entre outras, essa era uma das causas das deserções, pois como iriam esperar que esses recrutados lutassem pelo Império se simpatizavam com as causas dos farroupilhas? Esta prática poderia acarretar grandes problemas para o exército imperial, pois ao colocar soldados recrutados à força e provenientes de províncias rebeladas, para combater outras revoltas, o governo não corria apenas o risco desses soldados desertarem, desfalcando as tropas imperiais, havia também o perigo de que os desertores passassem a engrossar as fileiras dos batalhões rebeldes.

Como afirmou Mendes, a deserção era uma prática corriqueira durante o Império e era vista como uma banalidade pela população, não tendo o peso da traição à pátria. Em sua grande maioria, os desertores capturados eram perdoados e reintegrados aos batalhões, também pelas dificuldades que os recrutadores encontravam em arregimentar novos recrutas. A reintegração poderia passar ao soldado uma sensação de impunidade, incentivando-o a desertar novamente, assim que surgisse a primeira oportunidade.

A falta de soldados levava ao governo a adotar tais medidas de transferência de batalhões de províncias rebeladas para lutarem em outras províncias também enfrentando revoltas. Mesmo sendo uma prática reconhecidamente perigosa pelos comandantes, a situação exigia tais medidas.

Revolta na Fortaleza da Barra do Sul

Após a tomada de Laguna pelos farroupilhas e a proclamação da República Juliana em julho de 1839, as forças rebeldes avançaram em direção à Desterro como abordamos anteriormente. No período em que a frente de batalha ficou estacionada na planície do rio Massiambú, com as tropas imperiais entrincheiradas no Morro dos Cavalos, um evento ocorrido na Fortaleza da Barra do Sul,

próxima de onde estavam acampadas as tropas rebeldes e imperais surpreendeu a presidência da província.

Ainda que me custe a acreditar a noticia que V. S.^a acaba de comunicar-me em o seu 2º Ofício de hoje, com tudo mande V. S.^a já ao Comandante da Força Naval que se acha para o lado de morro dos Cavalos. Deus Guarde a V. S.^a Palácio do Governo de Santa Catarina, 12 de Setembro de 1839 = Francisco José de Souza Soares d' Andréa = Sr. Tenente Coronel José Joaquim de Magalhães Fontoura Comandante Militar do Ribeirão.¹⁷³

Essa foi a resposta de Soares de Andréa ao Comandante Militar do Ribeirão. Possivelmente pela proximidade com a Fortaleza da Barra do Sul,¹⁷⁴ os moradores do distrito do Ribeirão, pertencente à Desterro foram os primeiros a saber do evento no qual o presidente custava a acreditar: a revolta da guarnição da Fortaleza da Barra do Sul. Após ser informado dos ocorridos informou ao Ministério da Guerra sobre o assunto.

Em a noite de 11 para 12 deste sublevou-se a Guarnição da Fortaleza, mataram o Ajudante o Alferes Reformado Pedro Fernandes com dois tiros, e procuraram o Comandante para o mesmo fim, que podendo esconder-se demorou por algumas horas o seu suplicio.

No dia 12 pela manhã mandaram uma canoa à ponta da Pinheira avisar os rebeldes para virem tomar posse da Fortaleza, e vindo estes levaram logo a guarnição e com ela o seu Comandante que puderam descobrir, e mais o Cadete de Cavalaria Benvenuto de Lara Ribas que ali estava prezo de correção, e depois vieram saquear a Fortaleza de todas as munições que havia, e tinham tenção de o fazer completamente se não fossem estorvados.¹⁷⁵

Na noite de 11 de setembro ocorreu uma revolta na guarnição da Fortaleza da Barra do Sul, localizada no extremo sul da Ilha de Santa Catarina causando a reação de surpresa no Presidente da Província ao ser informado do fato. Percebendo a movimentação de embarcações entre o local onde estavam acampadas as tropas farroupilhas e a fortaleza, o Comandante do Ribeirão mandou fazer um reconhecimento e concluiu que o forte estava entregue aos rebeldes. Comunicou o fato ao Presidente Andréa, como vimos, e aos demais comandantes responsáveis por barrar o avanço

¹⁷³ APESC. Registro do Presidente da Província para Militar. Vol. 1839/1840 – p. 21. Ofício de 12 de setembro de 1839

¹⁷⁴ O distrito do Ribeirão ficava localizado na parte meridional da Ilha de Santa Catarina.

¹⁷⁵ APESC. Registro do Presidente da Província para Ministério da Guerra. Vol. 1839/1841 – p. 10/12. Ofício de 14 de setembro de 1839.

farroupilha na região. Uma manobra das forças imperiais foi executada para retomada de poder da fortaleza visando evitar maiores saques de armamento e munições da mesma. Segundo o presidente, no dia 13 a Fortaleza da Barra do Sul já se encontrava novamente sob domínio imperial e ‘logo foram desencravadas cinco peças que os Rebeldes tinham encravado, e foi municada de novo, e continuo a dar as providências para que nada ali falte, exceto uma guarnição fiel que não sei aonde a possa encontrar’.¹⁷⁶

Praticamente toda a guarnição da fortaleza, composta aproximadamente de 50 soldados, entre praças e oficiais, juntaram-se aos farroupilhas levando boa parte do armamento, munição e da pólvora existente. É possível que a ação dos soldados tenha sido incitada pela presença das tropas farroupilhas próximas à fortaleza, estacionadas na planície do rio Massiambú e por uma intimação enviada por estes, dias antes, ao Comandante da Fortaleza da Barra do Sul para que entregasse a mesma.¹⁷⁷ A intimação e a proximidade das tropas rebeldes pode ter dado início ao movimento que resultaria na revolta na noite do dia 11 de setembro. Mas quais seriam os motivos que levaram a essa revolta? Seriam os soldados da guarnição republicanos fervorosos ou outras razões os levaram a se rebelarem contra o comando da fortaleza? A continuação do relato do Presidente da Província ao Ministério da Guerra e a investigação conduzida pelo Capitão Manoel José de Souza a mando do Presidente Soares de Andréa nos ajudam a entender melhor os motivos da revolta.

O Presidente da Província supõe que,

esta sublevação julga-se por agora devida a maldade de João Rebello de Mattos, natural da Bahia, que sendo Soldado do Batalhão 13 e muito estimado do seu Coronel, o ajudou grandemente na revolta feita nesta Província [...] Este crime não foi punido, como não são entre nós muitos da mesma natureza, e o Agente João Rebello de Mattos foi, depois que teve baixa, nomeado Pregoeiro do Município desta Capital, em que se fez notável pela sua inconduta [sic] e embriaguez contínua, e a cujo Emprego (que lhe rendia 200\$000) renunciou para assentar praça de Soldado, oferecendo-se, como tal, para fazer parte da Guarnição daquela Fortaleza. Estas coisas passaram-se no tempo do meu Antecessor, e ninguém disto me fez o mais pequeno aviso, mas hoje todos se dizem profetas deste

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ APESC. Registro do Presidente da Província para Ministério da Guerra. Vol. 1839/1841 – p. 07/07v. Ofício de 31 de agosto de 1839.

acontecimento como infalível, o de que eu não tenho até ao presente certeza alguma.¹⁷⁸

Vemos então que a hipótese inicial do Presidente da Província é de que a revolta tenha sido instigada pelo soldado João Rebello de Mattos, proveniente da Bahia e envolvido na Sabinada. Pelas razões que dispusemos anteriormente e como era corriqueiro na época, não recebeu maiores punições, sendo deslocado para outra província. Segundo Soares de Andréa, Rebello não mais fazia parte do exército, exercendo a profissão de leiloeiro em Desterro, porém em determinado momento foi voluntário para servir na guarnição da Barra do Sul. Andréa ainda reclama que estes fatos ocorreram durante o governo de João Carlos Pardal e que não foi devidamente informado a respeito. No entanto, estas eram apenas conjecturas iniciais, para obter informações mais precisas acerca da revolta, o Presidente encarregou o Oficial Manoel José de Souza para conduzir uma investigação na fortaleza a fim de interrogar as testemunhas e traçar um quadro mais amplo para o entendimento dos acontecimentos. Assim informava ao Manoel de Souza.

Cumprindo a Ordem de V. Ex.^a saí desta Capital para a Fortaleza da Barra do Sul no dia 14 do corrente a qual consegui chegar ontem [...] Pesquisei o fato da rebelião que ali havia tido lugar no dia 11 pelo destacamento, quase todo composto de recrutas vindos das Províncias do Norte, e para esse fim lancei mão do soldado do 5º Corpo de Artilharia Manoel Cardoso que ali se achava destacado, e que por idoso foi abandonado pelos revoltosos, da mulher deste soldado, e da do Sargento Almoxarife, únicas testemunhas presenciais do fato, e delas soube haverem sido cabeças da rebelião o Recruta de Caçadores vindo da Bahia Bento José Roiz.^a [sic], e o Recruta de Artilharia do Rio de Janeiro José Pinto Ribeiro, ambos envolvidos na revolução da Bahia, este natural de Portugal, e aquele da dita Província. Tomou igualmente parte ativa neste ato o Sargento João Francisco Regis também da Artilharia da Bahia, e um dos revolucionários daquela Província; o qual foi que oficiou aos rebeldes convidando-os a virem tomar conta da Fortaleza, assumindo assim o Comando.¹⁷⁹

A investigação confirma as suspeitas de influência de soldados envolvidos na Sabinada como responsáveis pela deflagração da revolta. Como vimos anteriormente, isso já era motivo de reclamações acerca das deserções. Provavelmente por falta de voluntários o governo via-se

¹⁷⁸ APESC. Registro do Presidente da Província para Ministério da Guerra. Vol. 1839/1841 – p. 10/12. Ofício de 14 de setembro de 1839.

¹⁷⁹ AN. Série Guerra. IG¹ 531. Ofícios do Presidente da Província de Santa Catarina para o Ministério da Guerra. Ofício anexo de 18 de setembro de 1839.

obrigado a dispor do deslocamento desses soldados, mesmo com a possibilidade da deserção. Dessa vez as conseqüências foram mais desastrosas do que uma simples deserção. Além da evasão em massa, 44 soldados, grande parte do armamento, munição e pólvora foram entregues aos farroupilhas. Porém, uma outra causa para a revolta veio à tona com a investigação do Capitão Souza, além dos princípios compartilhados entre sabinos e farroupilhas. Assim continua o relato do Capitão Souza.

Das mesmas testemunhas soube que este atentado devia atribuir-se ao excessivo rigor com que o Comandante da Fortaleza José Joaquim Pereira tratava a guarnição, fazendo-lhe excessivos castigos nas ocasiões em que se embriagava, que era freqüente, confirmando o ter na véspera do rompimento castigado com chibatadas um dos cabeças, o recruta Bento José Roiz.^a [sic].¹⁸⁰

Entendemos a partir do relato que o estopim da revolta foi o castigo físico sofrido pelo recruta Bento José no dia 10 de setembro. É possível que a revolta já estivesse planejada, e que a punição de Bento José antecipou seu início. A prática de castigos físicos como forma de punição por indisciplina e insubordinação foi comum em quartéis e embarcações de guerra durante todo o período imperial. Existia uma espécie de acordo não declarado entre praças e oficiais. As questões de indisciplina, que não eram poucas nas forças armadas, eram resolvidas, geralmente, no próprio batalhão ou vaso de guerra. Isso se dava também para que o castigo aplicado, geralmente chibatadas, servisse de exemplo para o restante dos soldados para que não cometessem a mesma falta. Os marinheiros ou soldados tinham consciência de que tinham cometido algum delito, suportavam as chibatadas e geralmente, se recuperavam rapidamente retornando às suas atividades. Segundo Álvaro Pereira Nascimento, a prática de castigar os praças era comum na marinha e exército brasileiro. Sua análise se detém, principalmente, sobre os navios de guerra brasileiros, porém seus exemplos servem também para os quartéis e fortalezas onde a prática era a mesma. Segundo Nascimento, as revoltas aconteciam devido aos abusos ocorridos nessa prática, onde os castigos aplicados eram desmedidos por parte dos oficiais em relação à faltas cometidas, ou pela

¹⁸⁰ Idem.

extrapolação de se aplicar castigos físicos de forma abusiva sem maiores razões, ou seja, o praça não sabia pelo que estava apanhando, ou considerava sua punição mais severa do que deveria receber.¹⁸¹

Dessa forma, entendemos um dos motivos que levaram a guarnição da Fortaleza da Barra do Sul a se revoltar contra o comando. O abuso das punições e a influência da participação da rebelião baiana do ano anterior levou a guarnição a se revoltar e se aliar aos farroupilhas acampados na planície do Massiambú. A questão dos castigos pode ser confirmada pelo artigo publicado no jornal farroupilha *O Povo* relatando os acontecimentos da revolta na Barra do Sul.

Os maus tratamentos, as injúrias continuadamente lançadas contra os Brasileiros pelo Comandante da Fortaleza do Sul contra nós, de comprimir despertaram no coração do virtuoso soldado José Pinto Ribeiro a nobre ira de um verdadeiro filho da terra de Santa Cruz possuído dela assentou no silêncio o seu projeto, e previa a fé do secreto, o comunicou depois ao seu Sargento; ambos juraram imolar-se para Pátria, e Deus abençoou a generosa conjura.¹⁸²

Se analisássemos somente o artigo farroupilha, poderíamos entender essas palavras como uma linguagem retórica de crítica ao governo central e seus agentes. Porém, a partir das constatações da investigação conduzida na fortaleza e o relato das testemunhas, podemos afirmar que esses maus tratamentos se referem aos castigos abusivos sofridos pela guarnição. Lendo o restante do artigo e as ações tomadas pelos rebeldes podemos supor outra coisa a respeito dos soldados envolvidos na revolta. Segundo a investigação, os cabeças do levante eram o soldado de artilharia José Pinto Ribeiro, natural de Portugal e o recruta de caçadores Bento José Roiz.^a nascido na Bahia, ambos envolvidos na Sabinada. Apesar de serem apontados como cabeças da rebelião, e Bento José ter recebido o castigo no dia 11 o qual, provavelmente foi o estopim da revolta, o artigo de *O Povo* menciona apenas o nome de José Pinto Ribeiro. Após serem incorporados ao exército farrapo, o soldado José Pinto Ribeiro, e somente ele, foi aclamado cidadão benemérito da pátria

¹⁸¹ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. **A ressaca da marujada**: recrutamento e disciplina na Armada Imperial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. p. 137-138.

¹⁸² *O Povo*. n.º 102. Caçapava, 18 de setembro de 1839. Suplemento Especial.

catarinense e elevado ao posto de 1.º Tenente do Corpo de Artilharia.¹⁸³ Quais conclusões podemos tirar dessas informações? Acreditamos que o recruta José Pinto Ribeiro, nascido em Portugal, era branco e o praça Bento José Roiz.^a, natural da Bahia, era “de cor”, e acreditamos que isso teve relevância no tratamento dispensado aos dois, onde várias honras foram designadas à José Pinto Ribeiro e o nome de Bento José sequer foi mencionado no periódico farroupilha, confirmando um aspecto da sociedade da época, a discriminação em relação aos indivíduos “de cor”.

Álvaro Pereira Nascimento afirma que a primeira vez que os marinheiros se rebelaram contra os excessos dos castigos físicos foi em junho de 1893 quando a guarnição da canhoneira Marajó se revoltou tomando controle da embarcação e ameaçando bombardear a cidade de Rio Grande no Estado do Rio Grande do Sul se suas reivindicações de que fossem substituídos os oficiais mais severos não fossem atendidas.¹⁸⁴ Essa seria a primeira vez que marinheiros se revoltaram contra os abusos na aplicação das punições. Acreditamos que Álvaro Nascimento esteja correto no que tange às embarcações da Marinha Imperial e às reivindicações dos marinheiros brasileiros. Porém, nossas fontes são claras e apontam descontentamentos traduzidos em revolta já em 1839 na sublevação da guarnição da Fortaleza da Barra do Sul.¹⁸⁵

Alguns dos soldados envolvidos na revolta da Fortaleza da Barra do Sul foram capturados pelas forças imperiais e submetidos a Conselho de Guerra. Sabemos que nem todos que acompanharam os revoltosos foram de livre e espontânea vontade, sendo obrigados a deixarem o forte como é o caso do Cadete Benvenuto de Lara Ribas que estava preso na fortaleza e dos soldados Antônio Francisco e Laurindo da Silva.¹⁸⁶ Os soldados capturados e dos quais encontramos referências de seus processos em Conselho de Guerra são: João Nepomuceno, José Joaquim Pinheiro, Antônio Pereira dos Santos, Laurindo Antônio da Silva, Joaquim de Souza,

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Op.cit. p. 127-128.

¹⁸⁵ Não queremos com isso desmerecer a qualidade da pesquisa desenvolvida por Álvaro, até porque seu foco de estudo foi a Armada Imperial, e pelo que podemos notar a Fortaleza da Barra do Sul estava subordinada ao Ministério da Guerra, uma vez que o relato da revolta destinado a esse ministério foi extenso e detalhado, enquanto que ao Ministério da Marinha apenas se fez uma breve comunicação.

¹⁸⁶ AN. Série Guerra. IG¹ 531. Ofícios do Presidente da Província de Santa Catarina para o Ministério da Guerra. Ofício anexo de 18 de setembro de 1839.

Lourenço Antônio e os Cabos Joaquim Ribeiro Lapa e João Manuel Soares.¹⁸⁷ Não temos referências de como terminaram estes processos, pois os mesmos não foram recuperados durante nossa pesquisa. Henrique Boiteux afirma que “pelo aprisionamento dos sublevados, dois deles pagaram com a vida o assassinato do 2º comandante e entrega da fortaleza. Eram eles Cisenando de tal, natural da Bahia, que foi enforcado e sepultado no dia 13 de julho de 1842, e o segundo, Bento José de Souza, natural do Rio de Janeiro, enforcado por execução de sentença a 6 de setembro de 1843”¹⁸⁸, porém não temos como confirmar essas afirmações.

Outra informação relevante encontrada no relato da investigação é a participação de habitantes da região na operação para a tomada e saque da fortaleza, segundo as testemunhas ouvidas pelo Capitão Manoel José de Souza “ao chamado feito pelos rebeldes, acudira em um Lanchão acompanhado de algumas canoas, um sargento destes, sendo os remadores gente do Campo de Araçatuba e daqueles subúrbios”.¹⁸⁹ Acreditamos que essa participação tenha sido voluntária por parte da população do Campo de Araçatuba que se localizava, no continente, defronte à Fortaleza da Barra do Sul, pois no relato feito ao Ministério da Guerra pelo Presidente Francisco Soares de Andréa sobre a revolta na fortaleza ele afirmava que os habitantes do sul da província “preferem antes unir-se aos Rebeldes para lhes darem proteção”.

As questões do apoio da população catarinense aos farroupilhas no período anterior à proclamação da República Juliana em decorrência da ação dos emigrados e de liberais catarinenses eram bem evidentes para as autoridades provinciais da época e é isso que vamos analisar a seguir.

Partido interno

Já abordamos como era a ação dos emigrados farroupilhas e como isso influía em questões como o contrabando de pólvora e armamento para o Rio Grande do Sul. O que tentaremos

¹⁸⁷ Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Ofícios do Ministério da Guerra para Presidente da Província de Santa Catarina. Vol. 1840/1851. p. 24. Ofício de 13 de fevereiro de 1841.

¹⁸⁸ BOITEUX, Henrique. **A República Catharinense**: notas para sua história. Rio de Janeiro: Xerox, 1985. p. 150.

¹⁸⁹ AN. Série Guerra. IG¹ 531. Ofícios do Presidente da Província de Santa Catarina para o Ministério da Guerra. Ofício anexo de 18 de setembro de 1839.

demonstrar neste momento é como estava o clima vivido por boa parte da população sul catarinense no período imediatamente anterior à proclamação da República Juliana em Laguna. As informações provenientes do Comandante Vicente Paulo de Oliveira Villas-Boas, dos juízes de paz e de outras autoridades nos permitem visualizar, pelo menos em parte, qual a inclinação da população de Laguna, frente ao desenrolar dos acontecimentos da Guerra dos Farrapos, da influência das notícias e da ação dos emigrados em território catarinense.

Villas-Boas, por exemplo relatando ao Presidente Pardal sobre a situação de alguns desertores das forças farroupilhas informa que

se apresentaram nesta Vila [Laguna], vindo foragidos dos rebeldes os Cabos Vicente da Costa Furtado, Camilo José Gomes, Laurentino Antônio Joaquim, Manoel Antônio de Oliveira e o Soldado Martinho José Lagoa; e [...] aquele primeiro cabo espalhasse notícias aterradoras, e dissesse talvez por indiscrição, ou embriaguez, que conhecia pessoas nessa vila que tinham correspondência com o inimigo, o que depois negou [...]¹⁹⁰

Essa informação reforça a idéia de que a ação dos emigrados rendia frutos em Santa Catarina. A negação posterior das afirmações pode ter sido motivada por receio de ter que dar maiores explicações ou por pressões sofridas, infelizmente aqui apenas podemos supor. No entanto, podemos afirmar com certeza que havia pessoas em Laguna que mantinham correspondências com os rebeldes farroupilhas, e isso se dava desde 1836, como afirma o Juiz de Paz Francisco da Silva França em setembro deste ano dizendo que em Laguna ‘existem muitos indivíduos que sem peijo [sic] ao crime, sustentam opinião daqueles [farrapos], com quem tem correspondências secretas’.¹⁹¹ Podemos notar que a interação entre catarinenses e farroupilhas ocorria desde 1836, motivada de certa forma pela presença dos emigrados rio-grandenses no sul de Santa Catarina.

O distrito de Araranguá, localizado no extremo sul do município de Laguna, provavelmente era um dos mais suscetíveis à influência e movimentação de farroupilhas, sendo portanto, muito

¹⁹⁰ AN. Série Guerra. IG¹ 531. Ofícios do Presidente da Província de Santa Catarina para o Ministério da Guerra. Ofício anexo de 3 de julho de 1839.

¹⁹¹ APESC. Ofícios dos Juízes de Paz para Presidente da Província. Vol. 2 1836 – p. 100. Ofício de 23 de setembro de 1836.

possível que as idéias de revolta conseguissem maior espaço nesta população. Isso pode ser atestado numa comunicação do Juiz de Paz de Laguna Jerônimo Coelho Neto, também destinada ao Presidente Pardal, noticiando sobre requisições solicitadas pela presidência da província que a respeito das

relações que V. Ex.^a pede, porém resta informar a V. Ex.^a que de Araranguá nada se pode obter, sem ter ali um destacamento de tropa de linha, comandado por oficial de confiança, pois quase todos os moradores daquele lugar seguem o partido dos rebeldes, pois tendo sido alguns, por diferentes vezes intimados para deporem sobre certos objetos, de nada fazem caso.¹⁹²

Por essa comunicação vemos que a grande maioria da população do distrito de Araranguá apoiava os rebeldes farroupilhas. Infelizmente nos mapas de população consultados, e apresentados no primeiro capítulo, não temos maiores referências sobre a população de Araranguá, porém se tomarmos como base os outros distritos de Laguna, Araranguá, possivelmente, contava com menos de mil habitantes. O importante é notar como foi sentido pela população o desenrolar da revolta da província vizinha. O Comandante Villas-Boas confirma a situação apontada para Araranguá dizendo que

o inimigo que tem numerosas forças na Capela de Viamão, e pode de súbito vir exercer vinganças, e acabar de arrasar as propriedades dos habitantes das Torres, e até podendo dilatarem suas hostilidades até o Araranguá, aonde tem afeiçoados que os podem coadjuvar.¹⁹³

Essa disposição dos habitantes de Araranguá de fato influenciou nos acontecimentos da invasão farroupilha à Santa Catarina em 1839. Como vimos, parte das forças rebeldes avançaram por terra entrando pela fronteira sul da província, exatamente onde se localizava o distrito de Araranguá, e duas embarcações vieram por mar com destino à Laguna. Porém, em algum ponto do litoral sul

¹⁹² APESC. Ofícios dos Juizes de Paz para Presidente da Província. Vol. 2 1838 – p. 32/32A. Ofício de 5 de abril de 1838.

¹⁹³ AN. Série Guerra. IG¹ 531. Ofícios do Presidente da Província de Santa Catarina para o Ministério da Guerra. Ofício anexo de 19 de abril de 1839.

catarinense,¹⁹⁴ o lanchão *Farroupilha*, comandado por Garibaldi naufragou, provocando a morte de boa parte da tripulação. Garibaldi conseguiu nadar até a praia e assim narrou este fato em suas memórias.

Felizmente, aquela região da Província de Santa Catarina onde naufragáramos, animada pela notícia da chegada das forças republicanas, havia se rebelado contra o imperador. Assim, encontramos aliados ao invés de inimigos e fomos festejados, em lugar de sermos combatidos. Tivemos então à nossa imediata disposição todos os meios de transporte que podiam nos proporcionar os humildes habitantes aos quais pedimos hospitalidade.¹⁹⁵

Vemos como fontes de origens totalmente distintas afirmam exatamente a mesma coisa. Não temos como saber precisamente quantas pessoas em Araranguá eram a favor dos farroupilhas, quantas eram contra ou até indiferentes. A questão é que, pelo que notamos da documentação, havia uma disposição favorável de boa parte dessa população para com os farroupilhas, o que de certa maneira, ‘preparou o terreno’ e favoreceu a invasão.

Possivelmente esta situação também era semelhante em outros distritos de Laguna e até na própria sede da vila. Em 14 de julho de 1839, dias antes da tomada de Laguna pelos farroupilhas, Villas-Boas informa ao Presidente Pardal sobre suas providências para evitar o ataque das forças rebeldes reunidas próximas à vila e afirma que os moradores da terra firme “com raras exceções têm simpatizado com os anarquistas”.¹⁹⁶ Isso demonstra como estava o clima em Laguna às vésperas da proclamação da República Juliana. Possivelmente, encorajados pela presença das forças farroupilhas, muitos que simpatizavam silenciosamente, com medo de repressões, com os rebeldes, declararam abertamente suas opiniões e muitas vezes uniram-se às tropas farrapas. É claro que temos consciência que muitas pessoas também não demonstravam esse tipo de comportamento, e possivelmente foram coagidas a alistarem-se nas forças rebeldes.

¹⁹⁴ Existe uma controvérsia sobre o local do naufrágio do Farroupilha, diversos autores afirmam que ocorreu na barra do rio Araranguá, no entanto, Garibaldi afirma ter ocorrido na desembocadura do rio Urussanga. Apesar da dúvida, a distância entre estes rio é de pouco mais de 30 quilômetros, e ambos faziam parte do distrito de Araranguá e é essa informação que nos interessa no momento.

¹⁹⁵ DUMAS, Alexandre. **Memórias de Garibaldi**. Porto Alegre: L&PM, 1998. p. 94.

¹⁹⁶ AN. Série Guerra. IG¹ 531. Ofícios do Presidente da Província de Santa Catarina para o Ministério da Guerra. Ofício anexo de 14 de julho de 1839.

No entanto, acreditamos que o apoio dado aos farroupilhas durante a invasão e nos primeiros meses da República Juliana era de fato grande. Isso pode ser visualizado a partir das questões do contrabando, da ação dos emigrados e da formação de uma espécie de agentes fomentadores das idéias de rebelião em Laguna. Essas denúncias eram feitas ao Presidente da Província pelo Juiz de Paz Francisco da Silva França quando afirmava em março de 1839

estar esta vila ameaçada pelos inimigos, e segundo se me informa, e ontem ficou nos conventos ao pé da Barra Velha uma guarda avançada dos mesmos, e não obstante terem-se dado providências, afim de obstar a entrada dos mesmos, todavia não posso deixar de dizer a V. Ex.^a haja-se de acautelar-se nessa, pois parece haver plano concertado dos **inimigos externos com os internos**. Também acaba de informar o Juiz de Paz de Imaruí que as bocas das Serra estão todas tomadas pelos rebeldes da Serra eu tenho observado movimentos nessa Vila que muito me fazem acreditar que aqui há combinação de revolta.¹⁹⁷

Podemos notar a preocupação de uma aproximação de forças farroupilhas provenientes do planalto catarinenses, uma vez que Lages já se encontrava sob domínio dos rebeldes nesse momento. É possível perceber também, nas palavras do Juiz França, que existiam inimigos internos em Laguna, certamente referindo-se àqueles que simpatizavam com os farroupilhas. A troca de correspondências pode ajudar a explicar as desconfianças do Juiz de Paz acerca de um plano dessa natureza. Certamente a aproximação das tropas rebeldes inflamou os ânimos dos simpatizantes lagunenses provocando, talvez, algum tipo de movimentação na vila, causando o alerta do Juiz Francisco da Silva França. Em um outro ofício de maio, ele reafirma suas suspeitas dizendo que “de acordo com o Comandante Militar ficamos dando as providências da defensiva, não só contra os inimigos externos, **como com os internos, (os mais perigosos)**”.¹⁹⁸ Diante dessas afirmações, temos como declarar que de fato existia em Laguna pessoas articuladas, simpatizantes dos farroupilhas, que buscavam fomentar um tipo de apoio para os mesmos. Possivelmente, estas pessoas participavam ou promoviam as reuniões mencionadas anteriormente. As autoridades tinham suspeitas sobre a conduta de algumas dessas pessoas, que poderiam fazer parte do *partido interno*,

¹⁹⁷ AN. Série Guerra. IG¹ 531. Ofícios do Presidente da Província de Santa Catarina para o Ministério da Guerra. Ofício de 23 de março de 1839. [Grifo meu].

¹⁹⁸ APESC. Ofícios dos Juizes de Paz para Presidente da Província. Vol. 2 1839 – p. 25/25v. Ofício de 31 de maio de 1839. [Grifo como no original].

porém medidas mais enérgicas não foram implementadas contra elas, talvez por falta de maiores evidências, possibilitando que elas atuassem livremente “ho interesse dos rebeldes” até a invasão farroupilha em 1839.

Por exemplo, na conclusão de um processo movido por João Henrique Teixeira Retalho contra o Capitão Manoel Joaquim da Costa o Juiz de Paz Francisco da Silva França determinou que

não procede a queixa do queixoso [...] não só pelas exceções apontadas no artigo cento e oitenta e um do Código Criminal, como pelos depoimentos das testemunhas deste Sumário apenso em abono dos mesmos depoimentos, que tudo induz a crer ser o queixoso homem turbulento inimigo declarado da paz e amicíssimo dos Rebeldes da Província vizinha do Rio Grande de São Pedro do Sul, que senão [ilegível] de propagar doutrinas subversivas a boa ordem com manifesta postergação das Leis [...]¹⁹⁹

No ofício que determina a conclusão do processo não são indicados os motivos pelos quais Retalho processou o Capitão Manoel da Costa. Porém, o mais importante aqui é perceber que já em janeiro de 1839, data da conclusão do processo, Retalho já era apontado como um dos apoiadores dos farroupilhas em Laguna. Não temos referências de punições ou represálias movidas contra Retalho por sua posição declaradamente a favor dos farroupilhas. Possivelmente, continuou a viver livremente até o avanço das tropas rebeldes sobre Laguna e a proclamação da República Juliana, na qual assumiu uma posição de comandante em uma das embarcações republicanas.²⁰⁰

Outras pessoas também despertavam suspeitas nas autoridades provinciais. Uma outra correspondência do Juiz Francisco da Silva França enviada em anexo pelo Presidente da Província para o Ministério da Guerra aponta mais pessoas em Laguna suspeitas de terem ligações com os farroupilhas. De acordo com ele, Rogério José de Castro e Jacinto Rodrigues de Figueiredo, ambos provenientes da vila de Lages, declararam ter saído daquela vila por não quererem se envolver com os rebeldes, os quais andavam pela região recrutando pessoas para a tropa, mas apesar disto são vistos como suspeitos. Por fim, pede cuidados com o ex-Juiz de Paz de Tubarão Marcelino de

¹⁹⁹ APESC. Ofícios dos Juizes de Paz para Presidente da Província. Vol. 2 1839 – p. 13/14. Ofício de 16 de janeiro de 1839.

²⁰⁰ APESC. Ofícios dos Juizes de Paz para Presidente da Província. Vol. 2 1839 – p. 37/38. Ofício de 10 de dezembro de 1839.

Castro e Lima que no dia em que “entregou a vara, antes de entregar mandou reunir quarenta homens armados na sua residência, estiveram ao meio-dia e depois os mandou embora que se recolhessem até segunda ordem e não se sabe o fim para que era”.²⁰¹ No mínimo, foi um tanto suspeita a atitude de Marcelino Castro, reunindo pessoas armadas para que ficassem de prontidão até segunda ordem no dia em que entregaria a vara do juizado de paz. Podemos supor que as pessoas reunidas por Castro eram simpáticas aos farroupilhas e poderiam ser reunidas para auxiliar no iminente avanço rebelde, ou então poderiam defender o ex-juiz de paz contra qualquer ameaça que se fizesse contra sua pessoa. Francisco da Silva França termina seu ofício com as seguintes notas:

(a) Este Rogério é suspeito, e foi quem trouxe as Proclamações de Bento Gonçalves para o Ex-Juiz do Tubarão Marcelino de Castro e Lima = (b) Jacinto Rodrigues é também suspeito, e o considero conivente com os rebeldes = (c) Marcelino de Castro e Lima o considero um agente dos rebeldes no Tubarão pelo que tem demonstrado há tempos, e que não é novo.²⁰²

Muitos eram apontados como agentes dos farrapos em Santa Catarina. Esses agentes, como Marcelino de Castro e Lima, eleito para o cargo de juiz de paz, provavelmente dispunham de boa influência junto à população em geral, e tinham grandes possibilidades de arregimentar mais pessoas em seus distritos para o chamado *partido rebelde*. Vimos como Marcelino contava com, pelo menos, quarenta homens armados, certamente, de sua confiança no distrito de Tubarão.

Podemos nos perguntar como não se realizava nenhuma ação mais enérgica para coibir as ações dessas pessoas sendo apontadas como suspeitas? As resposta podem estar no diminuto tamanho do aparelho de estado provincial que não dava conta de resolver todas as pendengas ocorridas em âmbito provincial e, outra causa pode ser as redes de proteção e influência desenvolvidas pelos suspeitos, as quais lhes rendiam autonomia para exercerem tranqüilamente atividades vistas como suspeitas pelas autoridades responsáveis pela repressão aos mesmos. Em

²⁰¹ AN. Série Guerra. IG¹ 531. Ofícios do Presidente da Província de Santa Catarina para o Ministério da Guerra. Ofício anexo de 8 de junho de 1839.

²⁰² Idem.

outra correspondência oficial, tratando das atividades de Marcelino de Castro, Francisco da Silva França afirma que “este homem [Castro] é protegido por esta Ilha”,²⁰³, dando a entender que em Desterro havia pessoas que davam amparo e proteção às ações de Marcelino.

Devido à aproximação das forças farroupilhas de Laguna em meados de maio e junho de 1839, aqueles identificados como simpáticos aos rebeldes, animaram-se aumentando as forças farrapas e facilitando o avanço das mesmas. Nesse sentido, temos o relato do Comandante Villas-Boas de 3 de julho de 1839 sobre as circunstâncias da invasão onde declara que

dizem alguns apresentados, que na mesma ocasião em que se efetuou o ataque no Araranguá marchava de Campo Bom Miguel Rabello com porção de gente reuniu desde aquele lugar até Urussanga, e com ela interceptou todas as comunicações para esta Vila, o que tem todo o fundamento, porque se sabe que alguns moradores de Garopaba [do Sul] e Figueirinha foram surpreendidos em suas casas pelos seus próprios vizinhos; e tão cauteloso foi o inimigo, tão fiéis os seus sectários, que não houve sequer uma pessoa que viesse, ou pudesse vir a esta Vila dar parte do que ocorria, e dela fugiram na noite do dia 11, o ex Juiz de Paz Antônio José Machado, José Prudêncio, Vicente de Oliveira, Antônio José de Freitas, Domingos Custódio e Manoel Luiz da Silva, todos há muito tempo indiciados pela opinião pública, como apaixonados do partido anárquico.²⁰⁴

A partir dessas informações podemos confirmar nossas afirmações de que parte da população se mostrava de fato favorável aos farroupilhas. Quando o Comandante Villas-Boas comunica que moradores de Garopaba do Sul e Figueirinha, localidades ao sul de Laguna, foram surpreendidos por seus vizinhos durante o avanço das forças farroupilhas, confirma que muitos habitantes desses locais juntaram-se às tropas farroupilhas durante a marcha das mesmas, além dos arregimentados no trajeto de Araranguá até Urussanga. Villas-Boas dá nomes àqueles que segundo ele, há tempos são conhecidos por sua aberta disposição em favor dos rebeldes rio-grandenses, e que talvez pelas razões explicitadas acima, não tenham sido processados ou advertidos, podendo agir livremente na região de Laguna para facilitar a aproximação dos farroupilhas. Segundo Villas-Boas, os citados deixaram Laguna no dia 11 de junho de 1839, certamente para encontrarem-se com as tropas que avançavam no sul da província, deixando extremamente claras suas posições e a

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ AN. Série Guerra. IG¹ 531. Ofícios do Presidente da Província de Santa Catarina para o Ministério da Guerra. Ofício anexo de 3 de julho de 1839.

existência do tal *partido interno* tantas vezes denunciado pelo Juiz de Paz Francisco da Silva França.

As motivações dessas pessoas para se unirem aos farroupilhas podem ter várias causas. Muitos podem ter visualizado na invasão uma possibilidade de garantir interesses pessoais, econômicos e políticos. As possibilidades de lucro com o contrabando e as relações comerciais de lagunenses com os rebeldes ajudam a explicar essa adesão que em muitos casos vai muito além da simples convicção republicana. A partir da documentação levantada podemos arriscar supor uma disputa pelo poder local. Por exemplo, Antônio José Machado havia ocupado o juizado de paz de Laguna em 1837 e neste momento, pelo que nos parece, não estava ocupando nenhum cargo público. Bartholomeu Antônio do Canto aparece como vereador em uma Ata da Câmara Municipal de Laguna em janeiro de 1839, e depois não é citado nas atas posteriores até a invasão farroupilha.²⁰⁵ Ambos atuaram em importantes cargos durante a República Juliana, retornando à frente do poder em Laguna durante o período da república. A possibilidade de defender interesses pessoais pode ter grande influência na sedimentação de posições políticas nesse contexto.

Os citados, entre eles um ex-juiz de paz, certamente tinham alguma influência e poder de persuasão em setores da população de Laguna. É provável que juntamente com eles, outras pessoas também saíram da vila para se juntar aos farroupilhas que chegavam. Como afirma Marcus Carvalho, “não há líderes sem seguidores”²⁰⁶ e, provavelmente as pessoas que eram arregimentadas para compor as tropas farrapas eram humildes e simples. Porém, não estavam ali unicamente porque eram obrigadas ou porque estavam ligadas por laços de clientelismo. Questões como o recrutamento forçado causava grande descontentamento na população mais pobre, a mais atingida por essa prática durante o Império. Outras causas, como as dificuldades cotidianas da vida no século XIX, aliadas à propaganda republicana desempenhada pelos agentes farroupilhas em Santa Catarina, que possivelmente, prometiam uma vida melhor ou alguma espécie de mudança para a vida dessas pessoas, foram fatores que certamente influenciaram na tomada de posição dessa população que se

²⁰⁵ APESC. Ofícios das Câmaras Municipais para Presidente da Província. Vol. 1839 – p. 44-78.

²⁰⁶ CARVALHO, Marcus Joaquim M. de. Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. In: **Revista Brasileira de História**. vol. 23, n. 45. 2003. p. 226.

juntou aos farrapos. Com certeza, muitos também foram forçados a participar ao lado dos farroupilhas, uma vez que o recrutamento forçado partia de ambos os lados. Porém, no momento inicial, o terreno se mostrava favorável aos rebeldes que avançaram rapidamente pelos distritos ao sul de Laguna e chegaram na sede da vila em julho de 1839, proclamando a República Juliana ainda naquele mês. As questões conduzidas pelo governo republicano em Santa Catarina serão objetos de análise dos próximos itens.

Governo Republicano

Durante os quatro meses de seu funcionamento, as principais medidas tomadas pelo governo da República Juliana foram no sentido de organizar o aparelho de estado. Poucos documentos produzidos pelos republicanos em Laguna puderam ser recuperados durante a pesquisa, porém, as atas das sessões da Câmara Municipal de Laguna de julho até outubro de 1839, reproduzidas no livro de Henrique Boiteux “A República Catarinense” e as cartas enviadas por Luís Rosseti ao Secretário de Governo da República Rio Grandense Domingos José de Almeida nos possibilitam notar algumas das ações adotadas pelo governo republicano catarinense.

Sendo Rosseti o principal responsável pelo andamento do governo da República Juliana, como ele mesmo afirma à Domingos José de Almeida, “todos os decretos que até agora promulgou o governo são igualmente produções minhas [...] Lembre-se que eu estou aqui conduzindo os negócios públicos, [ilegível] do governo. Apreciarei então muito seus conselhos, e muito me honrarei em seguir a norma que V. Ex.^a quiser me traçar”²⁰⁷, suas correspondências com o mesmo podem revelar aspectos interessantes do andamento do governo republicano. O que se nota claramente nos escritos de Rosseti é uma preocupação em fazer movimentar a economia da República Juliana e buscar algum tipo de apoio para auxiliar na implantação da república na província de Santa Catarina.

²⁰⁷ AHRS. Coleção Alfredo Varela. CV. 8042. Carta de 1º de outubro de 1839.

Em outubro foi enviado ao Rio Grande do Sul José Prudêncio dos Reis, morador de Laguna, como *Enviado Extraordinário da República Juliana* para tratar dos negócios diplomáticos com a República Rio-Grandense. Rosseti alerta à Domingos José de Almeida que

ele é absolutamente novo na carreira diplomática onde a revolução o lançou e espero com isso ter em V. Ex. um conselheiro. Verá as instruções que de ordem do Governo lhe tenho dado. Não sei se teremos tudo previsto ou se terei bem penetrado no espírito da Revolução e das vistas da República rio-grandense. Deus queira que as coisas se encaminhem como eu penso.²⁰⁸

Podemos notar neste trecho uma certa apreensão de Rosseti acerca do futuro da República Juliana. Como vimos acima, Rosseti era praticamente responsável pelo andamento dos negócios públicos da república, e no primeiro capítulo podemos notar uma carência de organização quando ele reclama da falta de uma tipografia e de pessoal qualificado. O envio de José Prudêncio dos Reis como agente diplomático ao Rio Grande do Sul, mesmo sem nenhuma experiência nesse sentido, exemplifica essa situação. Talvez com a conquista de Desterro, onde o aparelho de governo estava melhor organizado, as coisas melhorassem para a República Juliana, mas como sabemos, isso não ocorreu.

Para Rosseti, um auxílio poderia vir de fora, com negociações acerca da política externa. Em mais de uma carta ele demonstra essa preocupação. Na mesma em que apresenta o enviado diplomático ele afirma que

a parte mais delicada é a meu ver a política externa, e certamente V. Ex. talvez pense como eu a este respeito. Castellini mesmo me o diz. Observará que para não estar de frente mostro nas instruções inclinar-me em favor da aliança com Rosas – mas o Enviado leva uma nota particular sobre a qual deverá se entender previamente com V. Ex.^a a tome bem em consideração e procure Ex.^{mo} Senhor que não seja cometido o erro que eu receio e tentamos prevenir. Talvez que ele bastaria para destruir num instante o trabalho de quatro anos e as esperanças de cinco milhões de oprimidos.²⁰⁹

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ Idem.

Não sabemos exatamente quais eram os erros temidos por Rosseti, talvez a forma como a política externa havia sido tratada pela República Rio-Grandense, porém é clara sua preocupação sobre esse tema e a maneira como considera este um assunto importantíssimo para o futuro da República Juliana. Castellini era um amigo de Rosseti, também italiano, estabelecido em Montevideu e que segundo Rosseti, juntamente com Cuneo, outro italiano, seriam de grande importância para a república em Santa Catarina. Em 14 de setembro Rosseti solicitou a Domingos José de Almeida “ativar o armamento de corsários em Montevideu. Escreva a Cuneo e Castellini. Será um dia feliz para mim em que verei entrar barra dentro uma embarcação armada daquele porto. Eu sei quanto esse golpe vai ser fatal ao Império e proveitoso às duas Repúblicas”.²¹⁰ Em correspondência enviada diretamente a Cuneo, Rosseti novamente mencionou a necessidade de acionar o “armamento Corsari”.²¹¹ Possivelmente a insistência de Rosseti nesse assunto era pela necessidade de se atacar as embarcações imperiais que bloqueavam o porto de Laguna. O auxílio externo poderia surpreender e causar estragos nas unidades da marinha do Império ali fundeadas. Em outra correspondência informa ao Secretário de Governo Rio-Grandense que

seria conveniente que soubéssemos se nossas embarcações seriam recebidas no Porto de Montevideu, porque neste caso poderíamos mandar alguma por [ilegível] de buscar os marinheiros que Castellini tiver engajado. Me tomo [sic] outra vez a confiança de lhe confessar que estão com bastante cuidado pela política exterior que esse Gabinete ia [sic] adotar. Não [ilegível] nada partidário de uma aliança com Rosas e muito menos o faz agora que teríamos muito que recear da França se por acaso nos envolvêssemos na sua questão com o ditador.²¹²

As dúvidas de Rosseti acerca do recebimento das embarcações catarinenses são compreendidas por causas das disputas e alternância no poder uruguaio entre Manuel Oribe e Frutuoso Rivera. As constantes mudanças de interesses e ambigüidades poderiam influir no apoio recebido pelos farroupilhas da República Oriental.²¹³ Neste momento, Rosseti parece não encontrar

²¹⁰ AHRs. Coleção Alfredo Varela. CV. 8041. Carta de 14 de setembro de 1839.

²¹¹ DALL' ALBA, João Leonir. **Laguna antes de 1880**: documentário. Florianópolis: Lunardelli, 1979. p. 128.

²¹² AHRs. Coleção Alfredo Varela. CV. 8043. Carta de 11 de outubro de 1839.

²¹³ TITARA, Ladislau dos Santos. **Memórias do grande exército aliado libertador do Sul da América**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1950. p.19-20.

muitas vantagens em uma aliança com Rosas, por receio de alguma atitude hostil da França.²¹⁴ Os interesses franceses na região platina eram acerca da livre navegação dos rios da bacia do Prata, contrários às determinações de Rosas de manter a limitação do comércio exterior através do porto de Buenos Aires. Essas disputas levaram à intervenção francesa no Prata e um bloqueio do porto de Buenos Aires neste período.²¹⁵ Daí as preocupações de Rosseti.

Além da política externa, as questões relativas à economia também e ao porto também ocuparam a pauta e as ações da República Juliana. Por isso, um dos primeiros decretos estabelecidos foi aquele que determinava o porto de Laguna franco ao comércio das nações estrangeiras, uma vez que boa parte da economia da região dependia do comércio realizado por ali. Segundo Rosseti, este decreto era de sua autoria.²¹⁶ Além dos negócios via marítima, outra preocupação percebida nas correspondências com Domingos José de Almeida era com a produção agrícola. Dizia ele,

o território vastíssimo desta República é quase todo devoluto e seríamos bem dignos de repreensão se não procurássemos de aproveitar-nos dele – tão de mais que é muito fácil de demonstrar quais as vendas de terreno melhor influem nos progressos da agricultura de que as doações condicionais, sejam embora efetuadas ao preço mais baixo possível.²¹⁷

Rosseti afirma que o território é grande e que seria um desperdício não aproveitá-lo para a produção agrícola. Também propõe, ao que parece, a venda dos terrenos ao invés da tradicional concessão, o que segundo ele, seria mais interessante para o progresso da agricultura, proposta um tanto quanto inovadora para a época. Não temos como confirmar se essas idéias foram postas em prática, acreditamos que não, pois a carta em que Rosseti relata esses pensamentos data de poucos dias antes da retomada de Laguna pelas forças imperiais.

Nas atas da Câmara Municipal também são encontradas questões referentes à economia da República Juliana. Na sessão de 8 de agosto de 1839, uma das primeiras reuniões dos vereadores de

²¹⁴ Em sua correspondência enviada à G. B. Cuneo em Montevideu, Rosseti também afirma seus receios de entrar em conflito com interesses franceses. DALL' ALBA, João Leonir Op. cit. p. 131.

²¹⁵ SARMIENTO, Domingos Faustino. **Facundo**: civilização e barbárie. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 52.

²¹⁶ AHRs. Coleção Alfredo Varela. CV. 8041. Carta de 14 de setembro de 1839.

²¹⁷ AHRs. Coleção Alfredo Varela. CV. 8044. Carta de 3 de novembro de 1839.

Laguna, ‘resolveu-se que se oficiasse aos Juízes de Paz desta Vila [Laguna] e de Imaruí, para prevenirem a saída por atacado dos gêneros de importação, principalmente o sal, por ser de primeira [necessidade].’²¹⁸ Essa preocupação se refere principalmente por saberem os vereadores que estando a região em estado de guerra, a circulação de mercadorias sofreria uma diminuição, a produção provavelmente também sofreria algum dano e com a presença de um contingente armado, o consumo de alimentos e recursos locais aumentariam consideravelmente. A preocupação específica com o sal se dava por ser muito importante na criação de gado, e em outras atividades como a pesca, empregado para salgar os peixes. Lembramos que quando Lages foi ocupada pela primeira vez pelos farroupilhas em 1838, o governo provincial determinou a proibição de todo e qualquer comércio com a vila de Lages, visando principalmente, desabastecer aquela região de sal, fundamental para a economia local.

O que transparece nas demais atas das sessões da Câmara de Laguna é a tentativa de organizar o estado e aparelho de governo republicano. São diversas nomeações para cargos de juiz de paz das freguesias, inspetores de quartirão, chefes de polícia entre outros. As preocupações com a frente de combate também são evidentes e muitos que foram nomeados para cargos públicos eram licenciados, procedendo-se ao chamamento do suplente, por estar o indicado envolvido com as ações militares desenvolvidas pelas forças farroupilhas que tentavam avançar rumo ao norte. Foi o caso do nosso já conhecido Capitão Joaquim José da Costa que eleito para membro do Conselho Governativo da República foi dispensado por ‘achar-se no comando da força da frente’.²¹⁹

Entre as nomeações para cargos e outras deliberações tomadas pelos membros da Câmara Municipal de Laguna, um pedido do professor do distrito de Tubarão chama a atenção. Foi relatado pelo secretário José Pinto dos Reis na ata da sessão de 1º de agosto de 1839 que havia se respondido ‘a um ofício de um Professor das primeiras letras do Tubarão em que pede a esta Câmara que lhe assegure seu ordenado’.²²⁰ O que achamos interessante nesse caso é que a iniciativa de entrar em contato com o governo partiu do professor de Tubarão, o qual provavelmente já exercia essa função

²¹⁸ BOITEUX, Henrique. Op. cit. p. 167.

²¹⁹ Idem. p. 169.

²²⁰ Idem. p. 165.

antes da chegada dos farroupilhas. Essa atitude pode ser entendida como uma forma de apoio aos rebeldes e à República por ele continuar trabalhando debaixo de um novo tipo de governo. No entanto, acho mais provável que o professor estivesse tentando garantir o seu ganha-pão, independentemente de quem estivesse no poder. Acreditamos que isso ocorria também com outras pessoas de Laguna confirmadas pelo governo republicano para cargos que já ocupavam anteriormente. Não necessariamente estas pessoas partilhavam de sentimentos simpáticos aos farroupilhas, é possível que isso também ocorresse, mas é importante que tenhamos em mente que apesar de todo o apoio e auxílio demonstrados acima, os rebeldes não eram unanimidade em Laguna.

Muitas pessoas deixaram a vila com o avanço dos farrapos sobre Laguna. Isso pode ser atestado nas atas das sessões da Câmara e em um ofício do Presidente da Província Francisco Soares de Andréa enviado ao Juiz de Direito Severo Amorim do Valle no qual informa que

tendo-se-me [sic] ontem apresentado alguns indivíduos que fugindo da Vila da Laguna chegaram a esta, V. S.^a as chamará à sua presença para fazer as indagações que julgar necessárias, e proceder a sumário afim de conhecer-se quais os indivíduos mais salientes daquela revolta. Deus Guarde a V. S.^a Palácio do Governo da Província de Santa Catharina em 30 de Agosto de 1839 = Francisco José de Souza Soares de Andréa = S.^r Severo Amorim do Valle.²²¹

Como podemos ver, algumas pessoas deixaram a vila de Laguna com a chegada dos farroupilhas, deixando claro que não nutriam os mesmos sentimentos de simpatia que outros habitantes possuíam, os quais celebraram a presença dos rebeldes em julho de 1839. O receio das atitudes dos rio-grandenses em relação à população pode ter contribuído para a evasão de moradores da vila. Isto foi tema em uma sessão da Câmara Municipal onde se decidiu proceder à uma arrecadação judicial dos ‘bens e fazendas das pessoas que desampararam esta Vila [Laguna] e mais Distritos’ para realização de leilões públicos onde se venderiam estes bens como forma de arrecadação de renda pela república. Vemos que não apenas da sede da vila, mas também dos

²²¹ APESC. Registro do Presidente da Província para Juizes. Vol. 1839-1842 – p.04. Ofício de 30 de agosto de 1839.

distritos pertencentes à Laguna, muitas pessoas deixaram suas casas em direção a Desterro, fugindo do avanço das tropas farroupilhas sobre Laguna.

Porém, nem todos que por ventura desejassem deixar a vila conseguiram. Foi o caso da esposa do Alferes Botia narrado pelo Presidente Soares de Andréa ao Ministro da Marinha Jacinto Roque da Sena Pereira da seguinte forma:

O Alferes Botia na sua retirada da Laguna não pode salvar a Mulher que lhe ficou entre os Rebeldes: recorreu a um amigo para escrever a outro que tinha na Laguna que solicitasse a vinda da sua Mulher e de alguns Escravos que tinha.²²²

Os motivos da permanência da esposa de Botia, até que ponto ela não conseguiu ou não quis deixar Laguna, não temos como afirmar. Porém, acreditamos que o mais provável é que, a exemplo de outras pessoas, ela simplesmente não teve meios, talvez a falta de condução, para retirar-se em direção à Desterro. Essa informação confirma que havia também em Laguna pessoas que, não podendo deixar a vila e não sendo adeptas à república, tiveram, no entanto, de conviver com a presença dos farroupilhas obedecendo quem, naquele momento, estava no poder.

É possível também, que muitas pessoas estivessem alheias aos acontecimentos, sabiam o que se passava, mas não tomavam, declaradamente, partido nem para um lado, nem para o outro, dando mais atenção aos seus problemas cotidianos e familiares, evitando algum tipo de retaliação.

Sabemos então que, inicialmente, os farroupilhas contavam com grande apoio em Laguna, porém não podemos imaginar que todas as pessoas eram a favor dos rebeldes. O que percebemos foi que diversos tipos de atitude se desenvolveram durante a República Juliana, alguns deixando a vila, nos passam a idéia de medo e/ou repulsa dos farrapos. Aqueles que não puderam sair e que não apoiavam os rebeldes tiveram que conviver por um determinado tempo com aqueles, “dançando conforme a música”, e outros ainda, numa atitude muito similar a esta última, sem inclinação política, levavam suas vidas independentemente de quem estivesse no poder. Como veremos adiante, com a contra-ofensiva legalista e a retirada farroupilha a situação se inverteu, e aqueles que

²²² APESC. Registro do Presidente da Província para Ministério da Marinha. Vol. 1839-1842 – p. 19v. Ofício de 17 de outubro de 1839.

atuaram na República Juliana procuraram se retratar para escapar as punições e viver sob o regime imperial. Ao que nos parece, esse jogo de inversões era comum no cenário político da época.

Cidadania na República Juliana

Na sessão extraordinária da Câmara Municipal de Laguna em 29 de julho de 1839 declarou-se “a Independência do Estado Catarinense Livre e Independente, adotando o sistema Republicano Rio-Grandense em todo o círculo que as fileiras da Divisão Auxiliadora e Libertadora Rio Grandense tem avançado neste Município e em os mais da Província, ficando assim formado um Estado Republicano, Livre, Constitucional e Independente”.²²³ Ou seja, toda a parte meridional de Santa Catarina, desde a planície do Massiambú até a fronteira sul no rio Mampituba e a região do planalto estavam submetidas a partir daquele momento à um governo republicano nos moldes do governo instaurado em parte do Rio Grande do Sul pela Guerra dos Farrapos. Sendo esta considerada uma rebelião de caráter liberal, algumas questões acerca da cidadania no sistema republicano se colocam. De acordo com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, documento que estabeleceu os postulados básicos do liberalismo, eram assegurados à todos os cidadãos liberdades individuais e direitos de propriedade, além de poderem participar da elaboração dos preceitos necessários para a manutenção da ordem e para o desenvolvimento da comunidade.²²⁴

A cidadania plena foi estendida a todos os habitantes de Santa Catarina que agora viviam sob a República Juliana? Falamos em cidadania plena pois, segundo Lucia Maria Guimarães, apesar de assegurar direitos à todos os cidadãos, a linguagem liberal é abstrata e não esclarece quem pode

²²³ Idem. p. 163.

²²⁴ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Liberalismo Moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). IN: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília. (Orgs.) **O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas**. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001. p. 103.

ser considerado cidadão e quais são aqueles que podem participar do sistema representativo, cabendo interpretações sobre estas questões.²²⁵

Quando foi proclamada a República Rio-Grandense em 1836, um ano após o início dos desentendimentos políticos no Rio Grande do Sul, se buscou organizar uma Assembléia Constituinte, porém a mesma só se reuniu pela primeira vez em fins de 1842, porém devido a desentendimentos não chegou a discutir os artigos do projeto de Constituição. Com a aproximação das forças imperiais em fevereiro de 1843, a assembléia se dissolveu e não chegando a se reunir novamente.²²⁶ Por estes motivos, os farroupilhas se baseavam nos moldes da Constituição Brasileira de 1824, apenas com adaptações ao regime republicano. A carta outorgada por D. Pedro I em 1824 estabelecia os critérios para aqueles que estavam aptos a exercerem seus direitos políticos, dividindo a população em cidadãos ativos e cidadãos passivos. Andréa Slemian analisa os debates da Assembléia Constituinte de 1823 e os postulados da Carta Constitucional de 1824 acerca da definição dos conceitos de cidadania. Segundo ela, havia uma discussão sobre as diferenças em se considerar os membros da sociedade como “brasileiros” ou “cidadãos”. No texto constitucional havia uma distinção entre nacionalidade e cidadania, pois àqueles aglutinados na categoria “brasileiros”, homens livres, estrangeiros naturalizados e libertos, caberiam apenas os direitos civis. Os direitos políticos eram reservados para os cidadãos, sendo que para estes havia um outro artigo determinando quem eram os “cidadãos-ativos”, ou seja, habilitados a votar nas eleições primárias.²²⁷

As discussões e as opiniões dos deputados giraram em torno de se incluir ou não aqueles apenas considerados “brasileiros” na categoria de “cidadãos”. Como vemos, mesmo nesta categoria, havia uma distinção entre aqueles que estavam aptos a exercerem os direitos políticos e os que apenas gozavam dos direitos civis. Porém, a polêmica não alterou o fundamental, que ambos os

²²⁵ Idem.

²²⁶ CAGGIANI, Ivo. **David Canabarro**: de tenente a general. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992. p. 105-107.

²²⁷ SLEMIAN, Andréa, Seriam todos os brasileiros cidadãos?: os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824). In: **Seminário IEB**. <http://www.usp.br/ieb>. p. 03.

lados concordavam era na divisão da concessão de direitos entre cidadãos ativos e cidadãos passivos, aqueles gozando de plenos direitos e estes apenas dos direitos civis.²²⁸

Segundo Guimarães, isto ocorreu, pois ‘ho caso brasileiro a doutrina liberal foi ao mesmo tempo ‘revolucionária’ – no que se refere à emancipação política e à destruição de instituições político administrativas tradicionais – e ‘conservadora’ – quando se tratava de manter a ordem vigente’.²²⁹ A preocupação em se manter a ordem vigente, ou seja, uma sociedade escravista de base agro-exportadora, se refletiu na Constituição onde a escravidão não foi alterada e a exclusão da maior parte da população da participação política por critérios econômicos perpetuaria a camada dirigente no poder.

Ao adotar os pressupostos da Constituição Brasileira em sua própria carta constitucional, os farroupilhas confirmavam estes preceitos e distinções. Conseqüentemente, ao declarar como vigente no Estado Catarinense os moldes da República Rio-Grandense, a República Juliana também estabelecia as mesmas distinções entre cidadãos ativos e passivos. Isto pode ser observado nas eleições para presidente e conselho governativo da República Juliana, onde em meio a uma população de aproximadamente nove mil pessoas, apenas alguns tinham o direito de votar.²³⁰

Apesar de Rosseti assinar suas cartas para Domingos José de Almeida com a frase ‘pelo incremento do sistema democrático adaptado’²³¹, as noções de democracia de Rosseti, influenciado pelo *Carbonarismo*²³², e a noção de liberais brasileiros de meados do século XIX eram diferentes. Naquela época, a democracia - poder do povo - era entendida como algo abominável pelas camadas dirigentes, associado à anarquia e desordem social. Segundo alguns preceitos, a população em geral não tinha capacidade de reger seus destinos políticos, tendo que ser conduzida por aqueles que eram capazes de tais ações. Nas palavras de Araújo Lima,

²²⁸ Idem.

²²⁹ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Op. cit. p. 104.

²³⁰ Votaram na eleição de presidente 21 pessoas (renda de 200 mil réis) e para conselho governativo cento e setenta e uma pessoas (renda de 100 mil réis). BOITEUX, Henrique. Op. cit. p. 157.

²³¹ AHRS. Coleção Alfredo Varela. CV. 8041. Carta de 14 de setembro de 1839.

²³² “A *carboneria* (este nome advém do hábito que tinham os seus membros de reunirem-se nas florestas, e, mais precisamente, nas cabanas dos carvoeiros – *carbonai*) é uma sociedade secreta fundada na Itália meridional no começo do século XIX, organizada para lutar contra a monarquia dos Bourbons. Extensivamente, os *carbonari* opõem-se aos austríacos e a todos aqueles que julgam exercer um poder tirânico”. DUMAS, Alexandre. **Memórias de Garibaldi**. Porto Alegre: L&PM, 1998. p. 10.

na organização da sociedade entram todos com as suas forças, e com o seu grau de inteligência para o fim comum, que é o bem de todos [...] é verdade que nem todos têm igual habilidade para desempenharem os Offícios da sociedade, porque a natureza não deu a todos iguais talentos; isto porém o que prova, é que nem todos podem exercer os mesmos direitos [...] A desigualdade de talentos, e inabilidade natural e mesmo social traz consigo desigualdade de direitos.²³³

Vemos então que alguns eram considerados aptos a exercerem os direitos políticos e participarem ativamente da vida política no Brasil. Este modelo foi reproduzido também na República Juliana onde a grande maioria da população foi excluída da participação direta na política republicana. Por estas razões a resposta para a pergunta formulada acima é não, a cidadania plena não foi estendida a todos os habitantes de Laguna na República Juliana.

Apesar disso, a população teve sim influência nos rumos dos acontecimentos que circundam a República Juliana e, buscou outras formas de participar e manifestar sua opinião durante o período republicano em Santa Catarina em 1839. Essas manifestações serão objeto de análise do próximo capítulo.

²³³ **Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil:** 1823. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, v. 3. p. 106. Apud. SLEMIAN, Andréa. Op. cit. p. 06.

Capítulo 4

Descontentamento

Para a tomada de Laguna e a campanha em Santa Catarina, os farroupilhas empregaram uma grande força. Como vimos os objetivos em território catarinense não se limitavam à proclamação da república em Laguna, mas também, uma expansão rumo norte, incluindo a posse da capital da província catarinense: Desterro. Rosseti menciona esse propósito algumas vezes em suas correspondências com Domingos José de Almeida, referindo-se à entrada na Cidade ou à tomada da Ilha.²³⁴ Para tanto, foram mobilizadas em Santa Catarina tropas farroupilhas contando em torno de mil homens, de acordo com informações recebidas em agosto de 1839 pelo Presidente da Província João Carlos Pardal. Ele informava ao Ministério da Guerra o seguinte,

Quanto a posição e força do inimigo o que tenho podido colher de bombeiros que todos os dias estou expedindo é o seguinte. David Canabarro tem 200 Lanceiros e igual força de Carabineiros, e mais 200 a 300 Infantes, a força principal de Cavalaria está além da Laguna por causa de melhores pastagens, nessa Vila há 100 homens, em Vila Nova 60, em Garopaba igual força, e o rebelde chamado Comandante da avançada intitulado Tenente Coronel José Teixeira Nunes tem no Passo do Embaú a sua gente composta de 300 homens, 100 de Cavalaria e 200 Infantes distando seus piquetes até ao Rio Massiambú, próximo ao Morro dos Cavalos, ao todo entre tropa vinda do Sul e gente que tem obrigado uma outra voluntária a seguir o seu partido, diz-se ter o inimigo de 800 a 1000 homens.²³⁵

Podemos visualizar de que maneira estavam distribuídas as forças farroupilhas pelo território do município de Laguna e a concentração de tropas junto ao rio Massiambú e Morro dos Cavalos, principal preocupação das forças imperiais. O número de homens engajados nas tropas farroupilhas foi estimado pelo governo provincial baseado em informações colhidas através de batedores na frente de batalha, podendo ser questionado, porém acreditamos que essa estimativa esteja correta e que os farrapos contavam realmente com uma força de aproximadamente mil

²³⁴ AHRs. Coleção Alfredo Varela. CV - 8043. Carta de 11 de outubro de 1839; CV - 8044. Carta de 3 de novembro de 1839.

²³⁵ APESC. Registro do Presidente da Província para Ministério da Guerra. Vol. 1839 – p.21v-/22. Ofício de 7 de agosto de 1839.

homens.²³⁶ Esse ofício, datado de agosto de 1839, revela que os rebeldes avançaram rapidamente sobre o território catarinense após a tomada de Laguna chegando ao limite do seu avanço no Morro dos Cavalos, planície do Massiambú, onde permaneceram até final do mês de outubro.²³⁷

Durante o período em que a frente de batalha ficou estacionada na planície do rio Massiambú e a República Juliana buscava se organizar, podemos notar uma mudança no clima vivido em Laguna. Aquele ambiente favorável aos republicanos foi dando lugar a uma antipatia por parte da população para com os rebeldes. O relacionamento entre catarinenses e rio-grandenses foi se desgastando com o passar do tempo. Podemos sentir um pouco dessa situação através de trechos das correspondências de Ana Maria de Jesus para sua irmã no Rio de Janeiro. Em 30 de outubro de 1839 escrevendo a bordo do navio *Rio Pardo* ela descrevia o momento vivido.

Em Laguna, os últimos tempos não têm sido fáceis, alternando momentos maravilhosos com José e desconcertantes provas de ódio por parte dos nossos conterrâneos. Fui ameaçada, me chamaram de puta, de traidora.²³⁸

Nessa ocasião Ana já estava vivendo com Giuseppe Garibaldi, referido como José, e parecia não agradar muitas pessoas em Laguna.²³⁹ Sua união com Garibaldi certamente não era vista com bons olhos pela população da época pelo fato de ela ser casada. Ana se referia à situação como difícil, comentando, certamente, o tratamento pouco educado dispensado a ela pela população, mas também relatando o momento vivido pelos farroupilhas em Laguna naquela ocasião. Provavelmente muitos lagunenses associavam sua insatisfação com a presença das forças rio-grandenses em Laguna com o fato de Ana ter se juntado ao italiano Giuseppe Garibaldi e assumido publicamente um romance com ele. Em outra carta, agora datada de 6 de novembro de 1839, uma semana antes da retirada dos rebeldes de Laguna, Ana Maria escrevia:

²³⁶ Esse número pode ser inclusive superior pois na batalha de 15 de novembro os farroupilhas contavam com um pouco menos de mil homens. Muitas deserções ocorreram nas tropas farroupilhas desde a tomada de Laguna em julho permitindo-nos supor que a força empregada em Santa Catarina realmente contava com aproximadamente mil pessoas. CAGGIANI, Ivo. **David Canabarro**: de tenente a general. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992. p. 82.

²³⁷ APESC. Registro do Presidente da Província para Ministério da Guerra. Vol. 1839/1841 – p.27/29. Ofício de 14 de novembro de 1839.

²³⁸ GARIBALDI, Anita. **Anita Garibaldi**: a mulher do general. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 53-54.

²³⁹ Lembremos aqui que Ana Maria era casada desde 1835 com Manuel Duarte. Este, no entanto, convocado para combater os farroupilhas, deixou a vila de Laguna juntamente com outros reservistas e não retornou. Idem. p. 35.

Ainda estou morando no *Rio Pardo* com José, para ficar com ele e para fugir da hostilidade de toda a cidade contra mim. Não, ‘toda a cidade’ não é a expressão correta. Não quero exagerar. Muitas pessoas continuam amigas, principalmente os simpatizantes da revolução, todos os companheiros e alguns amigos de Laguna [...]²⁴⁰

Dessa maneira, podemos visualizar como se configurava a situação em Laguna dias antes do ataque imperial e da retirada dos farroupilhas de Laguna. Isso também pode ser percebido pela quantidade de deserções das tropas farrapas ocorridas nesse período. Já vimos que as deserções ocorriam de lado a lado e que eram corriqueiras nas forças militares da época. No entanto, isso ocorreu em grande medida nas forças farroupilhas no período em que Ana Maria relatava os tempos difíceis vividos em Laguna. Davi Canabarro em uma de suas últimas correspondências expedidas da *Cidade Juliana* ao General Antônio Neto, critica os catarinenses e expõe a situação na Capital da República Juliana.

Amigo Neto – Cidade Juliana, 9 de novembro de 1839. As fileiras defensoras desta República contam com um diminuto número de Catarinenses; na vanguarda 7 Lageanos de cento e tantos e 30 Lagunenses; o batalhão de guardas nacionais desta cidade anteontem contava 300 e ontem cento e tantos. Onde irá fazer termo a falta de brio e desalento destes homens? Não tem limites; nasceram para escravos, salvo honrosas exceções.²⁴¹

A indisposição dos catarinenses com os farroupilhas era tanta nos últimos dias de duração da República Juliana que a deserção de lagunenses das linhas de frente e dos batalhões de defesa da vila se fazia às centenas – note-se que a carta de Canabarro está datada de 9 de novembro de 1839, menos de uma semana da derrota final dos farroupilhas para as forças imperiais. Podemos notar o grande desgaste em que se encontrava a relação entre farrapos e catarinenses nos comentários de Canabarro sobre estes últimos, aos quais chama de nascidos para escravos e sem brio. Manoel Teixeira Nunes escrevia ao Comandante das operações legalistas José Fernandes Pereira em 11 de novembro que contava com sessenta soldados, além daqueles que iam

²⁴⁰ Idem. p. 57.

²⁴¹ CAGGIANI, Ivo. Op. cit. p. 81.

continuamente “desertando das fileiras deles [rebeldes] a engrossar as nossas”.²⁴² A decisão dos soldados de desertar dos batalhões revela a situação adversa que vivia o governo republicano e a relutância de muitos em continuar lutando ao lado dos farroupilhas. Certamente muitos dos que desertavam o faziam porque foram recrutados à força, prática comum da época, como já abordamos. No entanto, é muito provável que outros tenham se voluntariado para compor os batalhões farroupilhas em Santa Catarina, uma vez que o apoio e simpatia para com os farroupilhas eram grande em Laguna no período inicial da República Juliana. Essas deserções revelam também a mudança de clima na vila, demonstrando que a situação alternou de favorável à desfavorável com o passar dos meses.

Podemos identificar as causas para essa inversão no ambiente vivido em Laguna fundamentalmente em dois fatos: o bloqueio do porto e a presença da tropa na vila. Como vimos, uma das primeiras medidas tomadas pelo governo provincial para combater os farroupilhas foi ordenar um bloqueio ao porto de Laguna, baseando embarcações de guerra em frente à barra da Lagoa com o propósito de evitar o trânsito de navios para dificultar a comunicação e o abastecimento da vila. Certamente isso criou problemas para o comércio da vila e afetou interesses particulares em Laguna, abalando o relacionamento entre rio-grandenses e catarinenses. A presença da tropa também causou transtornos. A impossibilidade de avançar sobre Desterro obrigou os farroupilhas a manterem suas forças estacionadas no município de Laguna.

Acreditamos que esses dados são importantíssimos para o entendimento do que se passou em Laguna nos últimas semanas da República Juliana. Imaginemos o impacto de um aumento populacional repentino de mais de mil pessoas sobre um município de 12000 habitantes. De acordo com os censos apresentados no capítulo 1, com a chegada das tropas farroupilhas, a população de Laguna elevou-se em poucos dias, praticamente o mesmo que levou sete anos para crescer. Sabemos que a manutenção de uma força militar demanda diversos recursos para manter o abastecimento e alimentação dos soldados. Certamente muitas requisições de guerra eram feitas em

²⁴² APESC. Ofícios de Diversos para Presidente da Província. Vol. 1839 – p. 118/119. Ofício de 11 de novembro de 1839.

caráter de emergência, ou seja, sem pagamento prévio, à população de Laguna que fornecia gêneros ao exército, porém não recebia a restituição devida. Isso sem mencionar os saques que provavelmente ocorriam, pois a insubordinação e indisciplina, comuns as tropas do período, propiciavam esse tipo de atividade, o que certamente desgastava o relacionamento entre catarinenses e rio-grandenses.²⁴³ As tropas farroupilhas permaneceram estacionadas em Laguna, sem possibilidade de avanço por pelo menos três meses. Esse fato, aliado ao bloqueio do porto, certamente gerou desabastecimento em Laguna, e significou um pesado fardo para a vila, minando o apoio demonstrando inicialmente e gerando o clima de insatisfação detectado nas cartas de Ana Maria de Jesus e nas deserções relatadas por Canabarro. O descontentamento da população de Laguna se fez sentir mais explicitamente na revolta ocorrida na Freguesia de Imaruí.

Revolta de Imaruí

Os problemas enumerados acima e o conseqüente desgaste de relacionamento entre os habitantes de Laguna e os farroupilhas foram agravando a situação enfrentada pela República Juliana de tal forma que no início de novembro de 1839 os habitantes da Freguesia de Imaruí pegaram em armas e se revoltaram contra os rebeldes rio-grandenses. O levante de Imaruí foi noticiado pelo Jornal *O Povo* com a publicação de uma correspondência de Davi Canabarro ao General Antônio Neto, no entanto foi relatado por aquele como um episódio de pouca relevância:

II^{mo}. Ex^{mo}. S.^r – Tendo o inimigo na Freguesia de Imaruí formado reunião dos refugiados pelos matos, não só dali como do Tubarão, por onde pequenas partidas já fizeram sentir o furor realista, determinei mandar dispersá-los por 100 homens sob o mando do Capitão Tenente Garibaldi. A empresa precedida das necessárias cautelas, teve o fim desejado; o inimigo reunido ali em número de 250, sofreram uma derrota completa, morrendo três dentro da povoação número que admira assim mesmo, porque dispersaram-se ao primeiro grito de Liberdade. Duas canhoneiras, e o Palhabote Seival foram à expedição, e somente serviram para observar o que ali se passou.

²⁴³ Apesar da probabilidade, não encontramos outros indícios da ocorrência de saques além do incidente de Imaruí.

Tivemos dois feridos levemente da primeira embuscada [sic], única que deu sinal a seus companheiros. O inimigo ainda se acha em Vila Nova, tendo em sua frente em Tapiruva o Coronel Teixeira. Temos em nosso poder 12 prisioneiros do Imaruí. Deus Guarde a V. Ex.^a – Cidade Juliana 12 de Novembro de 1839, as 4 horas da tarde. – Ao Ex.^{mo} Cidadão *Antonio Netto*, General em Chefe do Exército Rio Grandense. – David Canabarro.²⁴⁴

Segundo Canabarro, soldados legalistas que estavam dispersos se reuniram em Imaruí em número de 250 homens e foi enviada uma força farroupilha para combater estes soldados. Podemos supor que a população da Freguesia de Imaruí, animada pela presença desses praças imperiais, revoltou-se contra a presença farroupilha. De acordo com Canabarro a ação foi muito rápida e teve o efeito esperado. Canabarro escreve ao General Netto contando o que parece ter sido uma operação normal. Porém Garibaldi, que comandou a repressão ao levante de Imaruí, conta mais detalhes e demonstra que a operação não ocorreu exatamente com a tranqüilidade que Canabarro descreve. Assim se inicia o relato que o revolucionário italiano faz a Alexandre Dumas em suas memórias:

Visto que o inimigo continuava a avançar contra as nossas posições em sua marcha por terra, e em número tão superior que não haveria possibilidade de lhe opor resistência, e visto ainda que nossa estupidez e nossa incivilidade nos haviam alienado os habitantes da Província de Santa Catarina, prestes a se insurgirem e a se associarem às milícias imperiais (a própria gente do povoado de Imaruí, situado na extremidade do lago, já deflagrara a sua revolta), o general Canabarro emituiu-me a ordem de castigar aquele pobre torrão a ferro e fogo. Não tive escolha: obedeci ao seu comando.

Os aldeões aquartelados haviam obrado preparativos de defesa, todos eles voltados para o mar. Desembarcamos, então, a três milhas de distância e os assaltamos pelo lado da montanha, no momento em que menos esperavam. Surpreendida e batida, a guarnição abalou e assentamos assim o nosso domínio sobre Imaruí.²⁴⁵

Como vimos, com o passar do tempo as dificuldades enfrentadas pela República Juliana foram aumentando e, tornando o fardo sobre a população insuportável. Provavelmente muitos daqueles que inicialmente se mostravam favoráveis à república foram desanimando e entrando em atrito com os farrapos. Segundo o relato de Garibaldi, as notícias dos reveses farroupilhas na

²⁴⁴ O Povo. Suplemento ao nº 121, p. 01. Caçapava, 23 de novembro de 1839.

²⁴⁵ DUMAS, Alexandre. **Memórias de Garibaldi**. Porto Alegre: L&PM, 1998, p. 102

frente de batalha já estavam chegando aos ouvidos da população e os habitantes da Imaruí, animados com o avanço das forças legalistas, se rebelaram contra a República Catarinense. No entanto a primeira vista, Garibaldi não deixa clara a questão da presença de forças imperiais no distrito, como justificava Canabarro a ordem para a repressão. Podemos supor a partir das palavras de Garibaldi que a própria população se organizou e preparou defesas para combater os farroupilhas, tal era o nível de insatisfação com a situação. Isso pode ser percebido também um ofício do Presidente Francisco José Soares de Andréa ao Ministério da Guerra onde ele comentava sobre o avanço das tropas legalistas e as primeiras vitórias sobre os farroupilhas. Abordando as forças do inimigo ele diz,

aumentaram as Fortificações da Barra, e puseram ali 200 homens de Infantaria do Coronel Silvano, chegado ultimamente do Rio Grande. [...] Não sei ao certo que força trouxe consigo Silvano; mas sei que esta Infantaria tem quatro anos de Campanha, e que parte dela também apareceu em Imaruí, aonde pôs em debandada uma reunião popular que ali tinham feito os moradores.²⁴⁶

Por esta correspondência do Presidente Soares de Andréa podemos supor que a revolta foi promovida pelos moradores de Imaruí e que Canabarro tenha se referido à presença de soldados imperiais como forma de amenizar a ordem de saque e repressão à localidade. Acompanhando a narração de Garibaldi, realmente o quadro de violência que se configurou em Imaruí foi muito sério. Assim continua o relato de Garibaldi sobre a ação:

Auguro a toda criatura fiel à sua condição humana, como a mim mesmo, que ela jamais receba uma ordem de teor igual àquela que me fora expedida: ordem que, firme e afirmativa, não me abria qualquer caminho para contorná-la. Ainda que existam longos e prolixos relatos sobre situações dessa mesma natureza, considero impossível que o mais terrificante deles chegue a aproximar-se da realidade. Que Deus, do alto de Sua compaixão, possa perdoar-me! Jamais um outro dia desta vida gravou em minha alma uma tão amarga recordação... Ninguém poderá imaginar o desgaste a que me submeti a fim de impedir a violência contra as pessoas e para que a destruição – a pilhagem estando liberada – ficasse circunscrita às coisas inanimadas. Não obstante, creio ter superado as minhas próprias expectativas de êxito. Relativamente aos bens, porém, foi-me impossível evitar a desordem. E nada o faria! Nem a autoridade do comando, nem as punições, nem mesmo os tiros. Apelei até para a ameaça do retorno do

²⁴⁶ APESC. Registro do Presidente da Província para Ministério da Guerra. Vol. 1839-1841. p. 27-29.

inimigo, espalhando o boato de que, tendo incorporado reforços, ele estaria voltando à carga. Tudo foi inútil, houvesse o inimigo de fato reinvestido, apanhando-nos desbaratados como estávamos, teria realizado uma verdadeira carnificina.²⁴⁷

Neste trecho podemos perceber a violência da repressão farroupilha no levante de Imaruí, um sinal de como os ânimos, de ambos os lados, estavam exaltados. Garibaldi passa a relatar, segundo ele, uma das piores experiências de sua vida. A dramaticidade da narrativa talvez se deva ao fato de suas memórias terem sido escritas quando Garibaldi já estava idoso, lembrando e contando suas aventuras a Alexandre Dumas, autor das *Memórias de Garibaldi*,²⁴⁸ porém podemos notar que a violência contra a Freguesia de Imaruí foi grande por parte dos farroupilhas. A ação impetuosa certamente foi consequência do desgaste sofrido pelas dificuldades enfrentadas pela República Juliana e, estando liberada a pilhagem, os soldados foram em busca de seus próprios interesses, ignorando as ordens dos comandantes, e saqueando as casas, roubando e destruindo o que podiam. Garibaldi afirma que se esforçou e logrou êxito em evitar ofensas aos moradores da freguesia, “relativamente aos bens, porém foi [...] impossível evitar a desordem”, mas em vista da violência descrita pelo revolucionário italiano, certamente houve vítimas civis na ação dos farroupilhas. Aqui podemos notar que de fato existiam soldados imperiais em Imaruí, os quais, certamente encorajaram os habitantes a se revoltarem. Afirmamos isso, pois Garibaldi relatava no primeiro trecho destacado, que a guarnição existente no distrito foi vencida e bateu em retirada, porém não explicitava se estava se referindo aos soldados imperiais mencionados por Canabarro. Nesta sequência, o italiano explicava que uma dos artifícios que utilizou para tentar restringir o saque dos soldados farroupilhas ao distrito era a ameaça do retorno do inimigo com reforços, inimigos aqui entendidos como aqueles praças imperiais que estavam reunidos em Imaruí e foram vencidos pelas forças comandadas por Garibaldi, chamados anteriormente de guarnição. Certamente a presença desses soldados influenciou para a população se revoltar.

²⁴⁷ DUMAS, Alexandre. Op. cit. p. 102-103.

²⁴⁸ Garibaldi relatou suas memórias à Alexandre Dumas baseando-se em suas notas de viagem e diários, o que confere maior veracidade aos fatos contados.

Seguindo em sua narrativa, afirma que um dos fatores contribuintes para o tumulto foi o fato de que

apesar de acanhada, a cidade abrigava uma porção de lojinhas bem sortidas de vinhos e licores alcoólicos, de modo que – excetuando casos como o meu, que bebo unicamente água, e o de alguns oficiais sobre os quais ainda podia exercer o meu controle – a embriaguez foi mais ou menos generalizada. Devo lembrar que os meus homens, na sua maioria, eram indivíduos que eu mal conhecia, recrutados havia pouco tempo, indisciplinados por consequência. Cinquenta homens firmemente determinados que nos atacassem de repente teriam com certeza inclinado as nossas resistências. Enfim, após tantos esforços e ameaças, consegui reembarcar aquelas bestas ferozes. Com o navio carregado de uma certa variedade de víveres e mais algumas mercancias salvas da pilhagem e destinadas à nossa subsistência, retornamos à laguna [sic].²⁴⁹

Garibaldi tenta justificar o caos generalizado e seu pouco controle afirmando que os soldados eram novos, muitos certamente, recrutados contra a vontade, característica do recrutamento forçado. É possível que em meio a força que atacou Imaruí existissem novos recrutas, porém o General Soares de Andréa afirmou que soldados vindo do Rio Grande, com 4 anos de experiência compuseram a expedição à Imaruí. O argumento dos novos recrutados pode ter sido utilizado por Garibaldi, para justificar sua falta de controle sobre os homens. A presença de álcool à vontade foi um ingrediente a mais para tornar o quadro de acontecimentos ainda mais problemático. Somando-se então embriaguez, insatisfação, despreparo e indisciplina temos noção do horrendo espetáculo que se formou na repressão da revolta de Imaruí.

O descontentamento da população de Imaruí reflete a situação vivida em Laguna naquele momento. Certamente a insatisfação se fazia sentir em outras freguesias do município, bem como na sede da vila. Encontramos nos livros pesquisados, referências de uma possível conspiração contra os farroupilhas ocorrida em Laguna, organizada por alguns daqueles que inicialmente apoiaram a República Juliana. Infelizmente não encontramos durante nossa pesquisa dados que confirmem com certeza a ocorrência desse conluio e nem os autores pesquisados citam suas

²⁴⁹ DUMAS, Alexandre. Op. cit. p. 103.

fontes. No entanto, a partir de alguns dados colhidos em documentação secundária, podemos inferir a possibilidade dessa conspiração.

Ivo Caggiani e Aujor Ávila da Luz relatam em suas obras a trama iniciada na vila por negociantes e pelo vigário Francisco Villela de Araújo. Segundo esses autores, muitos estavam frustrados pelos prejuízos que estavam sofrendo em vista de não poderem escoar seus produtos pelo porto, iniciaram a conspiração e, foram seguidos pelo padre Villela de Araújo, sendo a Igreja Matriz de Laguna apontada como núcleo dos conspiradores, a mesma igreja onde o vigário Villela de Araújo celebrou uma missa em comemoração à chegada dos farroupilhas. Segundo esses autores a trama foi descoberta e “foram presos e levados para bordo dos navios, como promotores dela, 70 moradores. O padre Vilela e o major Francisco Gonçalves Barreiros foram considerados chefes”.²⁵⁰ Infelizmente Caggiani e Luz não citam suas fontes ao relatarem esses acontecimentos, mas é muito provável que ambos tenham buscado suas informações na obra de Henrique Boiteux que também relata esse acontecimento de forma muito similar ao que foi contado por Caggiani e Luz, porém Boiteux também não cita suas fontes.²⁵¹

Apesar disso, encontramos referências que podem confirmar ou ao menos, indicar a real ocorrência da suposta conspiração. Durante a batalha ocorrida em 15 de novembro para a retomada de Laguna pela forças imperiais ocorreram mortes de pessoas apontadas como envolvidas na conspiração. Assim informava o Juiz de Paz de Laguna em 10 de dezembro de 1839 ao Presidente da Província

no dia 15 de Novembro dia da restauração desta Vila foram bárbaro e cruelmente assassinados o [ilegível] Vigário desta Igreja Francisco Villela de Araújo e o Tenente Coronel de Guarda Nacional Francisco Gonçalves Barreiros, aquele do outro lado da Barra, e este a bordo da Escuna Itaparica.

Consta que o assassinio do Vigário fora feito pelos rebeldes do Sul por ordem de David Canabarro e logo que estes se retirarão o mandei procurar e já se achava enterrado, porém o mandei desenterrar e conduzir para esta Vila a fim de se fazer as últimas exéquias devidas do cargo que ocupava, o que se fez com toda a decência, e nesta o Caixão examinei o Corpo, e conheci ser o próprio, não obstante ter imensos golpes de espadas baionetadas e até os olhos vazados.

²⁵⁰ CAGGIANI, Ivo. Op. cit. p. 79; LUZ, Aujor Ávila da. **Santa Catarina**: quatro séculos de história XVI ao XIX. Florianópolis: Insular, 2000.p. 191.

²⁵¹ BOITEUX, Henrique. **A República Catharinense**: notas para sua história. Rio de Janeiro: Xerox, 1985. p. 204.

Quanto ao Tenente Coronel Barreiros consta-me que por estar prezo a bordo da Escuna Itaparica, na ocasião de entrar a Esquadra Nacional, ficara o Comandante da mesma João Henriques Teixeira Retalho desesperado, e avançando para o mesmo Tenente Coronel o acutilou bastantemente [sic] presenciando este fato o Comandante da primeira Embarcação que entrou neste Porto Manoel Moreira da Silva, e consta que esse Comandante da Itaparica, logo que acabou de acutilar esse Tenente Coronel fora baleado e morreu mesmo a bordo.²⁵²

Este ofício pode iluminar um pouco sobre a conspiração e a partir dela podemos supor que esta pode realmente ter acontecido. Pelo relato do Juiz de Paz podemos concluir que os farroupilhas, acusados da morte do vigário Francisco Villela de Araújo, estavam extremamente irritados com o mesmo, uma vez que sua morte foi extremamente violenta, tendo inclusive seus olhos perfurados. O documento menciona que Francisco Gonçalves estava preso a bordo da *Itaparica* confirmando a informação de pessoas foram presas nas embarcações farroupilhas ancoradas no porto de Laguna. As causas para a morte de ambos poderiam estar no envolvimento da conspiração mencionada pelos autores citados acima.

Estes indícios nos levam a crer então, que a indisposição com os farroupilhas se fazia sentir em grande medida em Laguna e atingia inclusive pessoas que anteriormente demonstraram apoio ou então participaram efetivamente da República Juliana. Francisco Gonçalves Barreiros, por exemplo, votou na eleição para presidente da república além de ser Tenente Coronel da Guarda Nacional lutando do lado farroupilha,²⁵³ transparecendo que apoiava o regime republicano e mudou de opinião, assim como diversas pessoas em Laguna devem ter mudado, quando a situação começou a ficar complicada e a indisposição com os rebeldes cresceu e passou a fazer oposição aos farroupilhas. É perfeitamente possível que as pessoas possam alternar sua opinião sobre determinados assuntos se estes não condizerem com suas expectativas. No entanto, outras pessoas, demonstraram uma grande ambigüidade no processo, e mudaram de opinião diversas vezes, conforme a situação.

²⁵² APESC. Ofícios dos Juizes de Paz para o Presidente da Província. Vol. 1839 – vol. 2 p.37/38. Ofício de 10 de dezembro de 1839.

²⁵³ BOITEUX, Henrique. Op. cit. p. 164.

Ambigüidades

No primeiro capítulo apresentamos o exemplo de Bento Manuel Ribeiro que no Rio Grande do Sul, durante a Farroupilha, mudou de lado diversas vezes de acordo com seus interesses, apoiando ora imperiais ora farroupilhas. Em Laguna não foi diferente. Observamos no terceiro capítulo a situação de algumas pessoas ocupando que cargos sob domínio legalista e foram confirmadas nas funções durante a República Juliana.

Neste momento analisaremos mais alguns casos de ambigüidade no posicionamento político de acordo com os acontecimentos. As situações vividas pelo vigário Francisco Villela de Araújo dão um bom exemplo. Na relação de moradores de Laguna que se apresentaram para lutar contra os farroupilhas podemos encontrar o nome do vigário. Esta disposição de se voluntariar para defender a vila de Laguna demonstrava, a princípio, sua intenção de proteger o Império contra os rebeldes rio-grandenses. Porém, após a tomada de Laguna pelas forças farroupilhas e a proclamação da República Juliana, uma missa foi rezada pelo mesmo Francisco Villela Araújo em celebração da instalação do regime republicano em Laguna.²⁵⁴ Vemos então que aparentemente o padre mudou de opinião a respeito dos farroupilhas, após a vitória destes e com sua presença em Laguna. É possível que o vigário Francisco Villela não fosse realmente partidário dos republicanos, mas procurou se adaptar à situação, ou então visualizou alguma vantagem com a presença dos rebeldes em Laguna. A partir do momento que a estadia dos farroupilhas começou a se mostrar danosa aos seus interesses, ele mudou de opinião novamente e passou a fazer oposição aos farrapos, inclusive encabeçando a suposta conspiração e sendo por isso morto pelos rebeldes no momento de sua retirada de Laguna. Assim como o vigário, muitos outros em Laguna tiveram comportamento semelhante, o que acreditamos ser uma prática política comum na época. À medida que a situação se configurava, cada um procurava estabelecer suas bandeiras para defender e, quando aquilo já não era mais atraente, buscava-se um novo arranjo que satisfizesse.

²⁵⁴ BOITEUX, Henrique. Op. cit. p. 166.

Inicialmente observamos a mudança de atitude, partindo da oposição para participação no governo republicano em Laguna. Retomando a lista das pessoas que se apresentaram para lutar contra os farroupilhas em 1838, encontramos diversos casos de alternância de opinião. Estava disposto a combater os rebeldes, Domingos José da Veiga, descrito como negociante.²⁵⁵ No entanto, após a tomada de Laguna e a proclamação da república, Domingos pode ser encontrado na lista de votantes para presidente e também em diversas sessões da Câmara Municipal durante o período republicano, sendo empossado vereador na sessão de 17 de setembro de 1839.²⁵⁶ Da mesma maneira, consta na lista de defesa o nome de José Pereira Carpes, descrito como ourives e Alferes de Milícias.²⁵⁷ Carpes se apresentou para combater os rebeldes em 1838, no entanto também ocupou uma cadeira na Câmara Municipal de Laguna, participando de sessões desde o dia 27 de julho até 5 de agosto de 1839. Na ata de sua última sessão ficou registrada que o mesmo estava desempossado do cargo de vereador, no entanto as causas para isso não são mencionadas.²⁵⁸ É possível que José Pereira Carpes tenha deixado seu cargo alegando motivos pessoais ou outros impedimentos, não acreditamos que ele tenha mudado novamente de idéia neste momento, engrossando a oposição aos farroupilhas, a qual pelo que notamos na documentação, começaria a aumentar a partir de final de setembro de 1839.

Outro morador de Laguna, negociante mencionado no primeiro capítulo que foi voluntário para lutar contra os rebeldes foi João Antônio de Oliveira Tavares.²⁵⁹ Como vimos João Antônio Tavares já ocupava cargos públicos em alguns momentos como vereador, em outros como Juiz de Paz. Isso ocorreu também na República Juliana onde sua atuação foi expressiva. Além de votar na eleição para presidência, ele foi eleito para compor o Corpo Governativo Republicano. Além disso, foi nomeado para ocupar a pasta do Ministério dos Negócios da Fazenda, Interior e Justiça da

²⁵⁵ APESC. Ofícios dos Juizes de Paz para Presidente da Província. Vol. 2 1838 – p. 35-37. Ofício de 11 de maio de 1838. A listagem se intitulava como a ‘Relação Nominal dos Cidadãos que se oferecerão para a defesa da Vila da Laguna’ porém, é preciso ter em mente que muitos podem ter sido constrangidos a assinar o documento, e o fizeram para evitar represálias naquele momento.

²⁵⁶ BOITEUX, Henrique. Op. cit. p. 176.

²⁵⁷ APESC. Ofícios dos Juizes de Paz para Presidente da Província. Vol. 2 1838 – p. 35-37. Ofício de 11 de maio de 1838.

²⁵⁸ BOITEUX, Henrique. Op. cit. p. 166.

²⁵⁹ APESC. Ofícios dos Juizes de Paz para Presidente da Província. Vol. 2 1838 – p. 35-37. Ofício de 11 de maio de 1838.

República Catarinense, assinando diversos decretos, entre eles: o que elevava a vila de Laguna à categoria de cidade e outro nomeando os demais componentes do governo.²⁶⁰

Certamente essas mudanças de opinião ou, simplesmente, de lado ocorreram com diversas pessoas, utilizamos estes apenas como exemplos os quais apuramos na documentação. Podemos supor variadas razões para essa alternância durante o processo. É possível que com o avanço das forças farroupilhas sobre Laguna, estas pessoas tenham visualizado na república alguma vantagem ou situação interessante, passando a atuar ao lado dos rebeldes farroupilhas. A chegada dos emigrados e as reuniões apresentadas no segundo capítulo, também ajudam a explicar em parte esse tipo de atitude, propagando idéias de melhores oportunidades que podem ter influído na decisão de mudar de lado. Outra possibilidade é simplesmente a necessidade de não entrar em conflito com a autoridade que naquele momento dominava Laguna, os farroupilhas. É possível que muitos não simpatizassem com os farroupilhas, mas devido à impossibilidade de deixar a vila ou não quererem abandonar seus negócios, ficaram e, sendo convocados a trabalhar, optaram por colaborar para não sofrer algum tipo de represália. Até o momento, exemplificamos mais detidamente casos de pessoas que alternaram do apoio ao Império para colaboração com os farroupilhas. Veremos agora alguns exemplos do oposto. Moradores que assim como Francisco Barreiros fizeram o caminho inverso, não constavam na lista de defesa de 1838, participaram de alguma forma da República Catarinense e após a derrota dos farroupilhas inverteram suas posições, demonstrando fidelidade ao Império.

Um deles foi Américo Antônio da Costa. O nome de Américo não consta da lista de defesa, por isso não nos é possível saber qual sua profissão. No entanto, sabemos que ele possuía uma ocupação que lhe rendia o mínimo necessário para votar na eleição para presidente da República Juliana.²⁶¹ O fato de ter participado da eleição nos passa a impressão de que Américo Antônio da Costa apoiava o governo republicano, porém após a retirada das forças farroupilhas e o restabelecimento do poder imperial na vila ele assinou um documento que repudiava o período da República Juliana no qual se lia:

²⁶⁰ Idem. p. 155-161.

²⁶¹ Idem. p. 157.

O Povo Lagunense, tendo, por espaço de quatro meses, sofrido o mais pesado jugo, durante a estada dos rebeldes, conduzidos pelo malvado Canabarro, que apenas trouxe a este Povo a Escravidão, a miséria e multiplicadas perseguições; O Povo Lagunense Ex.^{mo} S.^r já se tinha esquecido de tantos sofrimentos, para unicamente se entregar aos vivos transportes da mais pronunciada, e justa alegria pela entrada das Tropas Legais nesta Vila [...]²⁶²

O documento assinado por trinta e duas pessoas pedia a permanência do Batalhão da Serra, força militar estacionada em Laguna e que tinha ordens para se recolher a Desterro. Segundo os signatários, o batalhão era composto de soldados bem disciplinados e garantia a segurança de Laguna, evitando uma outra incursão dos rebeldes farroupilhas na vila. A elaboração desta solicitação demonstrava a adesão de várias pessoas em Laguna à chamada “ordem imperial”, inclusive de pessoas que participaram da República Juliana ao lado dos farroupilhas.

A exemplo de Américo Antônio da Costa, também assinou a lista solicitando a permanência do Batalhão da Serra em Laguna em julho de 1840 Antônio Joaquim Teixeira.²⁶³ Ao que parece a opinião de Antônio Teixeira oscilou de apoio aos farroupilhas a repulsa, pois Teixeira trabalhou como vereador na República Juliana e esteve presente em praticamente todas as sessões realizadas pela Câmara Municipal de Laguna durante o período republicano.²⁶⁴

Um outro integrante ativo da República Juliana e que depois da retirada dos farroupilhas fez questão de demonstrar sua adesão ao Imperador novamente foi o vigário de Tubarão, João Jacinto de São Joaquim. O vigário foi componente do Conselho Governativo da república, ocupando, dessa maneira, um cargo importante.²⁶⁵ No entanto, apesar de desempenhar um papel de destaque na República Juliana, mudou radicalmente de opinião após a retirada dos farroupilhas de Laguna. Além de assinar o documento que repudiava o período em que os rebeldes permaneceram na vila, ele enviou, juntamente com outras pessoas, duas correspondências, datadas de 2 de dezembro de 1839, ao Presidente da Província lamentando os acontecimentos e proclamando a adesão do povo

²⁶² APESC. Offícios dos Juizes Municipais para Presidente da Província. Vol. 1840 – p. 01-02. Offício de 8 de julho de 1840.

²⁶³ Idem. Idem.

²⁶⁴ BOITEUX. Henrique. Op. cit. p. 162-180.

²⁶⁵ Idem. p. 159.

da Freguesia de Tubarão ao Império Brasileiro. A primeira correspondência fazia referência aos problemas causados com a vinda dos farroupilhas e a implantação da república em Laguna e seu município.

A honrosa missão a que hoje somos conduzidos ante V. Ex.^a pelo heróico Povo da Freguesia da Nossa Senhora da Piedade do Tubarão, que nos escolheu para dirigir à V. Ex.^a os seus mais sinceros protestos de felicitação, a todos os Senhores oficiais, e mais tropa, que vieram libertar-nos da mais dura opressão, que sobre nós a mais de três meses pesava [...] no infausto dia 22 de julho do ano que rege, teve de pela primeira vez o faccioso Canabarro ousado pisar o seu território, e apossar-se da Vila da Laguna, e seu município. E que presenciemos nós, Ex.^{mo} S.^r as maiores cenas de horror [que] foram por esse caudilho, e seus sectários, postas em ação superior [...] A Freguesia de São João do Imaruí experimentou o mais cruel golpe sendo saqueada por os ássechas [sic] [ilegível], que a reduziram a um montão de misérias não respeitando o sexo e nem idade [...] Eis Ex.^{mo} S.^r o sentimento de que se acha possuído o Povo do Tubarão que congratulando-se com V. Ex.^a as suas homenagens, protestando ante V. Ex.^a a sua adesão ao Augusto Trono do seu jovem Monarca, e obediência às autoridades constituídas.²⁶⁶

Pelo que notamos aqui a preocupação era em afirmar que a experiência da República Juliana foi a pior possível e como a população de Laguna e suas freguesias sofreram nas mãos dos farrapos. Os redatores da correspondência utilizaram o incidente do saque à Imaruí para exemplificar a opressão imposta pelos republicanos e o mal que isso acarretou para a vila. Merece destaque a preocupação em deixar bem claro a total adesão da população da freguesia de Tubarão ao Trono, abominando o período em que os farroupilhas permaneceram na vila. Realmente a situação não parecia favorável em Laguna nos últimos tempos da república e, certamente diversos abusos ocorreram.²⁶⁷

Levante em Tubarão

Uma das pessoas que assinou as correspondências enviadas ao Presidente da Província, juntamente com o Vigário João Jacinto de São Joaquim, foi Manoel Teixeira Nunes. Manoel

²⁶⁶ APESC. Correspondências dos Arciprestes e Vigários com o Presidente da Província. Vol. 1837-1890. p. 18-19. Correspondência de 2 de dezembro de 1839.

²⁶⁷ A segunda correspondência, também datada de 2 de dezembro de 1839, proferia votos de felicidade e longa vida ao Imperador D. Pedro II por ocasião do seu aniversário e era dirigida em nome de todos os moradores de Tubarão. Esta mensagem também afirmava a total adesão dessa freguesia ao trono imperial e às instituições que regiam o Império Brasileiro. APESC. Correspondências dos Arciprestes e Vigários com o Presidente da Província. Vol. 1837-1890. p. 21-22. Correspondência de 2 de dezembro de 1839.

também havia votado na eleição do presidente da República Juliana, transparecendo apoiar a instalação da república em Laguna. Sua atitude de assinar as felicitações pela retomada de Laguna pelas forças imperiais e pelo aniversário do Imperador Pedro II demonstram que, assim como os demais expostos acima, ele também mudou de opinião em relação à sua posição e queria deixar bem clara sua aderência ao Império. As disposições de Manoel Teixeira Nunes nesse sentido, podem ser notadas ainda quando os farroupilhas estavam em Laguna. Em 11 de novembro, Nunes enviou um ofício ao Comandante José Fernandes dos Santos Pereira, oficial legalista que comandava o contra-ataque que estava empurrando as tropas farroupilhas de volta à Laguna, onde o informava de suas ações para auxiliar no combate aos rebeldes.

Da cavallhada q. os rebeldes aqui tinham mandado por para engordar, pode-se tomar vinte a trinta, e maior número dela cairia em nosso poder, se o Ofício de V. S. viesse mais cedo; por que não havia ciência certa da aproximação das forças a entrar na Laguna e muito cumpria haver toda a prudência para evitar outros males. Aproveitando esta ocasião, cumpre inteirar a V. S. que logo que soube do movimento das forças Legais sobre a Laguna, não pude jamais sofrer, e nem me restava outro recurso senão aparecer em campo com a pequena força que havia reunido tomando todos os pontos por onde os rebeldes pudessem aqui vir agredir-nos, e tirar os poucos recursos que ainda restavam e hoje, porém conto com sessenta praças além das que continuamente vão desertando das fileiras deles a engrossar as nossas. [...] Querendo finalmente aproveitar o seguimento do próprio, deixo de ser mais minucioso, e termino significando a V. S. a constante vigilância, e adesão a Causa da Legalidade, bem como o mais povo do lugar, que se faz digno da consideração de V. S. por ter de uma maneira louvável prestado-se através de imensas privações e sacrifícios a salvar a Província, sustentando assim a Constituição, e o Trono do Nosso Jovem Patrício o Senhor Dom Pedro Segundo.²⁶⁸

Pelo que podemos entender do ofício, a iniciativa da comunicação partiu de José Fernandes dos Santos Pereira, informando do avanço das tropas imperiais sobre Laguna e convocando o apoio de Manoel Teixeira Nunes para combater os farroupilhas.²⁶⁹ A resposta de Manoel e da população de Tubarão, como vimos, se deu de forma positiva numa atitude muito semelhante à tomada pela população de Imaruí, que animada pelo avanço dos legalistas se revoltou contra os farroupilhas. Daí entendemos a preocupação em ocupar os pontos de acesso à freguesia para evitar qualquer atitude

²⁶⁸ APESC. Ofícios de Diversos para Presidente da Província. Vol. 1839 - p.118-119. Ofício de 11 de novembro de 1839.

²⁶⁹ Possivelmente ofícios semelhantes foram despachados para outras pessoas em Laguna solicitando auxílio contra os farroupilhas.

de represália por parte dos farrapos, a exemplo do que ocorreu em Imaruí e certamente já era de conhecimento em Tubarão. Movimentos como esse certamente favoreceram as tropas imperiais no combate aos farroupilhas, pois como menciona o ofício, retiraram parte dos recursos de abastecimento de que dispunham os rebeldes e representavam uma opção de destino aos desertores que iam deixando as tropas farroupilhas e ingressando nas legalistas. A mudança de opinião de Manoel Teixeira Nunes se deu então ainda em plena República Juliana e sua atitude como a das demais pessoas que alternaram de lado contribuíram para a vitória imperial e para o fim da República Catarinense.

As atitudes de Américo Antônio da Costa, Antônio Joaquim Teixeira, do Vigário João Jacinto de São Joaquim, de Manoel Teixeira Nunes e de tantos outros podem ser entendidas a partir da visualização do quadro de dificuldades e problemas que se formou a partir do final de setembro e meados de outubro de 1839 em Laguna. A presença da tropa consumindo recursos, a dificuldade nas relações, os abusos cometidos e o bloqueio do porto estrangulando o comércio do porto provocaram a reação da população Laguna frente aos farroupilhas. Certamente expectativas frustradas e descontentamento foram gerando a insatisfação da população lagunense contra os farroupilhas, que se materializou nas revoltas de Imaruí e Tubarão e no declínio do apoio dado aos rebeldes, o que certamente influenciou para a derrota em 15 de novembro de 1839.

No entanto, ocorreram casos de ambigüidade mais intensos, deixando-nos antever que as questões de apoio a um ou outro lado passavam muitas vezes pela defesa de interesses próprios do que pela adesão à ideais, fossem eles republicanos ou imperiais. Nesse sentido encontramos o caso de Fidelis José de Fraga outro negociante de Laguna. Assim como várias outras pessoas, Fidelis se apresentou para combater os farroupilhas e seu nome pode ser encontrado na relação de pessoas que se dispuseram para defender Laguna.²⁷⁰ Da mesma forma que Domingos José da Veiga e João Antônio de Oliveira Tavares, Fidelis José de Fraga apoiou a República Juliana. Ele foi nomeado para o cargo de Inspetor da Alfândega demonstrando a confiança dos vereadores e

²⁷⁰ APESC. Ofícios dos Juizes de Paz para Presidente da Província. Vol. 2 1838 – p. 35-37. Ofício de 11 de maio de 1838.

do governo republicano em sua pessoa, no entanto não pode assumir sua função por não se encontrar em Laguna naquele momento.²⁷¹ Já demonstramos que essa alternância de posições ocorreu com outras pessoas em Laguna, porém, no caso de Fidelis ela foi extremamente ambígua, pois após a derrota dos farroupilhas, ele mudou novamente de lado jurando sua fidelidade ao trono e ao Imperador assinando juntamente com Américo Antônio da Costa e Antônio Joaquim Teixeira o ofício que repudiava os acontecimentos advindos da proclamação da República Juliana e que pedia a permanência do Batalhão da Serra em Laguna para evitar que tais eventos se repetissem.²⁷² Podemos ver então que Fidelis oscilou de um lado para outro conforme a situação requisitava, apoiando sempre que estava no comando.²⁷³

Assim como Fidelis José de Fraga, Domingos José da Silva tomou atitudes semelhantes. Domingos ocupava o posto de Juiz Municipal de Laguna em 1838 e possivelmente possuía uma casa de comércio na vila sendo descrito também como negociante. Era natural que, ocupando um cargo como esse Domingos José da Silva se apresentasse para lutar contra os farroupilhas, incluindo seu nome na relação de voluntários.²⁷⁴ Não temos como saber se realmente Domingos combateu ou não os rebeldes em julho de 1839, o fato é que ele permaneceu em Laguna após a vitória dos farrapos, foi secretário e responsável pela redação da ata de eleição do presidente da República Juliana além de ter votado na mesma.²⁷⁵ Isso transparece o apoio dado por Domingos ao governo republicano. No entanto, a exemplo de Fidelis José de Fraga, com a retomada de Laguna pelas forças imperiais e o fim da república, Domingos voltou a apoiar o sistema imperial e também assinou o pedido de permanência do Batalhão da Serra.²⁷⁶

²⁷¹ BOITUEX, Henrique. Op. cit. p. 177. Não acreditamos que Fidelis José de Fraga tenha se retirado de Laguna juntamente com outros que o fizeram após a chegada dos farrapos e a tomada de Laguna em 22 de julho de 1839. Do contrário não haveria motivos para sua nomeação se o mesmo se encontrasse em refúgio em Desterro, por exemplo.

²⁷² APESC. Ofícios dos Juízes Municipais para Presidente da Província. Vol. 1840 – p. 01-02. Ofício de 8 de julho de 1840.

²⁷³ Certamente aqueles que se reconciliavam com o Império temiam um retorno dos farroupilhas a Laguna, daí a insistência na permanência do Batalhão da Serra.

²⁷⁴ APESC. Ofícios dos Juízes de Paz para Presidente da Província. Vol. 2 1838 – p. 35-37. Ofício de 11 de maio de 1838.

²⁷⁵ BOITUEX, Henrique. Op. cit. p. 156-157.

²⁷⁶ APESC. Ofícios dos Juízes Municipais para Presidente da Província. Vol. 1840 – p. 01-02. Ofício de 8 de julho de 1840.

Como podemos perceber as mudanças de lado ocorreram em diversos momentos. Não estamos aqui julgando o comportamento dos citados ou condenando qualquer atitude. Apenas queremos demonstrar como funcionava um pouco a política da época, na qual procurava-se, muitas vezes, resguardar-se contra determinados infortúnios apoiando aqueles que detinham o poder a defender posições ou ideais teóricos. Certamente muitas pessoas tiveram suas expectativas frustradas, se decepcionaram ou foram prejudicadas pela presença dos farroupilhas em Laguna e a pela reação legalista que isso desencadeou (bloqueio do porto), explicando perfeitamente a oscilação entre os lados.

No entanto, muitos procuraram defender seus interesses próprios, alheios às bandeiras republicanas ou imperiais, alternando de discurso conforme a situação requisitava. O caso de Luciano José da Silva exemplifica bem isso. Como vimos no primeiro capítulo, Luciano era um dos negociantes de Laguna envolvido com o comércio e política da vila. Atuou como vereador na Câmara Municipal por diversas vezes, constando seu nome nos ofícios enviados ao Presidente da Província no ano de 1833, 1837 e 1838.²⁷⁷ Da mesma forma que muitos na vila, apresentou-se para defendê-la e lutar contra a possível invasão farroupilha, também deixando seu nome na relação citada acima, transparecendo apoiar o Império contra os rebeldes.²⁷⁸ Luciano José da Silva era genro de Manoel José de Bessa,²⁷⁹ outro importante comerciante de Laguna apresentado no primeiro capítulo e também muito atuante na política local, Manoel José de Bessa por diversos mandatos presidiu a Câmara Municipal de Laguna.²⁸⁰

Com a chegada das forças farroupilhas e sua vitória em julho de 1839, diversos moradores de Laguna deixaram a vila juntamente com as tropas imperiais que recuavam em direção a Desterro, demonstrando que repudiavam a presença dos rebeldes ou então, tomaram esta atitude motivados por receio do que essa nova situação acarretaria para a vila e quais seriam as ações dos farroupilhas

²⁷⁷ APESC. Ofícios das Câmaras Municipais para Presidente da Província. Vol. 1833 – p. 30-30v. Ofício de 6 de maio de 1833. Vol. 1837 – p. 277. Ofício de 22 de abril de 1837. Vol. 1838 – p. 105. Ofício de 5 de fevereiro de 1838.

²⁷⁸ APESC. Ofícios dos Juizes de Paz para Presidente da Província. Vol. 2 1838 – p. 35-37. Ofício de 11 de maio de 1838.

²⁷⁹ APESC. Ofícios do Chefe de Polícia de Juiz de Direito para Presidente da Província. Vol. 1839 – s/p. Ofício de 8 de outubro de 1839.

²⁸⁰ APESC. Ofícios das Câmaras Municipais para Presidente da Província. Vol. 1833-1834 – p. 3. Ofício de 25 de janeiro de 1833. Vol. 1837 – p. 254. Ofício de 2 de janeiro de 1837. Vol. 1839 – p. 72. Ofício de 8 de maio de 1839.

em Laguna. Uma das pessoas que deixou Laguna nessa data foi Manoel José de Bessa, como vimos anteriormente.²⁸¹ Assim como Luciano, Manoel também havia se apresentado para lutar e retirando-se da vila tomou uma atitude coerente com sua posição inicial. Era de se esperar que Luciano José da Silva agisse de forma semelhante ao seu sogro, no entanto não foi isso que ocorreu. Luciano não só permaneceu em Laguna, assim como outros expostos acima, como atuou ativamente no governo da República Juliana.

Além de votar na eleição para presidente²⁸², Luciano participou como vereador de praticamente todas as sessões realizadas pela Câmara Municipal de Laguna. No início de outubro viajou para Desterro a bordo da Lancha Santa Cruz, uma das poucas embarcações que conseguiram passar pelo bloqueio naval realizado pela Marinha Imperial no porto de Laguna.²⁸³ A chegada da lancha Santa Cruz no porto de Desterro motivou um ofício enviado pelo Presidente Francisco Soares de Andréa ao Ministro da Marinha Jacinto Roque de Sena Pereira, datado de 3 de outubro de 1839, no qual se lia:

Ontem entrou neste Porto a Lancha Santa Cruz – vinda da Laguna com permissão do Presidente daquela República que adotando os princípios luminosos do Comércio franco lhe permitiu a sair para que nós possuídos dos mesmos sentimentos lhe deixemos ir algum sal, e fumo de que muito precisamos. Eu tenho dado as ordens que julgo precisas para pôr em seqüestro tudo quanto possa pertencer a Rebeldes, o que digo de passagem, porque o meu fim principal é participar a V. Ex.^a que nesta Lancha veio o 1º Tenente da Armada Ernesto Alves Branco Muniz Barreto, sobre a conduta do qual já mandei proceder a Conselho de Investigação.²⁸⁴

Como vemos, a lancha aportou em Desterro no dia 2 de outubro de 1839 para comprar produtos importantes que começavam a faltar em Laguna, como o sal. Uma vez que a embarcação

²⁸¹ APESC. Ofícios da Câmara Municipal para o Presidente da Província. Vol. 1840 – p. 288. Ofício de 21 de janeiro de 1840. Ver capítulo 1 – p. 32.

²⁸² BOITEUX, Henrique. Op. cit. p. 157.

²⁸³ APESC. Ofícios do Chefe de Polícia de Juiz de Direito para Presidente da Província. Vol. 1839 – s/p. Ofício de 8 de outubro de 1839.

Além das embarcações comandadas por Garibaldi que partiram de Laguna atacar navios na costa Brasileira, a partir da documentação pesquisa encontramos informações que apontam apenas duas saídas do porto de Laguna durante a República Juliana, a Lancha Santa Cruz e Santa Tereza de Jesus, tendo ambas aportado em Desterro em outubro de 1839. APESC. Registro do Presidente da Província para Juizes. Vol. 1839-1842 – p. 20. Ofício de 23 de Outubro de 1839. Vol. 1839-1842 – p. 39-39v. Ofício de 30 de dezembro de 1839.

²⁸⁴ APESC. Registro do Presidente da Província para Ministério da Marinha. Vol. 1839-1842 – 14v-15. Ofício de 3 de outubro de 1839.

provinha de uma área sob domínio farroupilha, se procedeu a uma investigação em sua carga e ocupantes, como se refere o ofício à Ernesto Muniz Barreto. Ernesto foi interrogado pelo Juiz de Direito e Chefe de Polícia Severo Amorim do Valle sobre a conduta de Luciano José da Silva. Sendo perguntado se Luciano pertencia ao partido rebelde respondeu que Luciano era aderente à causa legal e que continuava em Laguna por “suas circunstâncias e por ter família”.²⁸⁵ Francisco Antônio da Rosa também foi questionado a respeito das posições tomadas por Luciano José da Silva e assim respondeu:

Disse que o dito Luciano não pertence ao partido rebelde e que se ali existe é obrigado pelas circunstâncias de ter família e interesses e por não se ter podido retirar com eles porém sempre tem mostrado desejos de viver debaixo do Governo Legal [...]²⁸⁶

Lembramos que Luciano, dois dias antes de aportar em Desterro à bordo na lancha Santa Cruz, havia participado da sessão da Câmara Municipal de Laguna em 30 de setembro.²⁸⁷ Certamente ao desembarcar em Desterro e se questionado sobre suas posições frente aos farroupilhas, declarou sua adesão ao Imperador D. Pedro II e à Causa Imperial, assim como as demais pessoas possivelmente fizeram. Luciano José da Silva ainda foi beneficiado pelos depoimentos favoráveis de Ernesto Muniz Barreto e Francisco Antônio da Rosa. Possivelmente a falta de maiores evidências que apontassem o contrário influenciou nas conclusões tomadas pelo Chefe de Polícia e Juiz de Direito Severo Amorim do Valle sobre a carga e tripulantes da lancha Santa Cruz levando-o a inferir que

[...] nada se colige que se possa suspeitar, sendo os ditos gêneros remetidos pelos Rebeldes para negócio mas antes se depreende serem pessoas tidos havidos por legais, como seja o dito Luciano José da Silva, que atenta as suas circunstâncias e numerosa família não tem podido sair daquele lugar, e que em nada tem figurado,

²⁸⁵ APESC. Ofícios do Chefe de Polícia de Juiz de Direito para Presidente da Província. Vol. 1839 – s/p. Ofício de 7 de outubro de 1839.

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ BOITEUX, Henrique. Op. cit. p. 179.

sendo por ele remetido os ditos couros ao seu Sogro emigrado nesta Cidade Manoel José de Bessa [...] ²⁸⁸

Vemos aqui então que Luciano procurava se adequar às situações conforme as circunstâncias requeriam. É possível que Luciano realmente não nutrisse simpatia pelos farroupilhas ou pelos ideais republicanos, porém permaneceu em Laguna após a chegada dos farroupilhas e procurou pelo menos participar do governo, certamente para defender seus interesses, como afirma Francisco Antônio da Rosa. Certamente, assim como Luciano, muitos outros moradores de Laguna que não apoiavam totalmente os farroupilhas, procuraram adequar-se às situações para evitar possíveis represálias ou para garantirem a manutenção de sua forma de vida, como apontamos no terceiro capítulo. Luciano voltou à Laguna ainda em outubro e participou de pelo menos de mais duas sessões da Câmara Municipal, em 14 e 19 de outubro de 1839.²⁸⁹ Vemos aí a capacidade de Luciano em se submeter à autoridade de momento, alternando de lado a cada ocasião. Além de todas essas mudanças, após a retirada dos farroupilhas de Laguna e o restabelecimento da “ordem imperial” na vila, Luciano também assinou a solicitação para permanência do Batalhão da Serra em Laguna, repudiando o período de estadia dos rebeldes farroupilhas e da República Juliana em Laguna, eventos dos quais ele próprio participou.

Certamente essas oscilações e alternâncias de lado demonstravam ambigüidades de alguns, mas mais do que isso, revelavam estratégias individuais e familiares para tentar sobreviver e ainda ganhar algumas vantagens. Durante um período conturbado como esse, de troca muita rápida de autoridade em Laguna.²⁹⁰ Acreditamos também ser possível que muitas pessoas mudaram de opinião em relação aos farroupilhas, passando da oposição ao apoio, como

²⁸⁸ APESC. Ofícios do Chefe de Polícia de Juiz de Direito para Presidente da Província. Vol. 1839 – s/p. Ofício de 8 de outubro de 1839.

²⁸⁹ BOITEUX, Henrique. Op. cit. p. 179-180. É possível que Luciano José da Silva tenha participado de outras sessões até o final da República Juliana, no entanto, não podemos confirmar essa afirmação pois Henrique Boiteux não encontrou o outro livro de atas da Câmara Municipal, transcrevendo as sessões que ocorrem até o dia 19 de outubro de 1839 e estes documento também não puderam ser recuperados durante a pesquisa.

²⁹⁰ Parte destas ambigüidades de comportamento político podem representar uma estratégia familiar de sobrevivência, enquanto uma parte da família fugia para os imperiais, outra parte permanecia entre os rebeldes, assim requisições e expropriações de parte a parte poderiam ser evitadas, salvando-se o patrimônio familiar.

demonstrado no primeiro capítulo, visualizando alguma vantagem ou possibilidade de vida melhor, certamente propagandeada pelos emigrados e agentes farroupilhas em Laguna.

Ausentados

Apesar de todos os problemas enfrentados pela República Juliana em Laguna e do clima desfavorável enfrentado pelos republicanos, muitos moradores de Laguna mantiveram suas posições de apoio aos farroupilhas e após a derrota para as forças imperiais em novembro deixaram a vila juntamente com as tropas farroupilhas, como informava o Juiz de Paz de Laguna Albino José da Rosa ao Presidente Soares de Andréa em dezembro de 1839.

Cumpre-me levar ao conhecimento de V. Ex.^a que existindo nesta Vila algumas Casas de Negócios pertencentes a alguns habitantes desta mesma Vila que simpatizando com os rebeldes, se retirarão com eles, e como se acham fechadas e já alguns parentes tem me requerido a entregar os objetos que se acham dentro daquelas Casas, por isso recorro a V. Ex.^a haja de me informar o que devo fazer neste Caso, para meu governo.²⁹¹

Além dos negociantes, retiraram-se da vila oficiais da Guarda Nacional também acompanharam os farroupilhas e por este motivo foram dispensados do serviço.²⁹² Apesar das solicitações dos familiares para a entrega dos objetos pertencentes aos “ausentados” as ordens do Presidente da Província foram para que se procedesse ao inventário e arrecadação dos bens dessas pessoas para “mandar por em arrematação todos os bens que sejam suscetíveis de deterioração, e em arrendamento todos os de raiz, a fim de com o produto do lucro, e de outro pagar aos Credores daqueles indivíduos”.²⁹³ Os motivos para essa atitude de abandonar suas casas, negócios e muitas

²⁹¹ APESC. Ofícios dos Juizes de Paz para o Presidente da Província. Vol. 2 1839 – p.39. Ofício de 12 de dezembro de 1839.

²⁹² APESC. Registro do Presidente da Província para Juizes. Vol. 1839-1942 – p. 31-31v. Ofício de 6 de dezembro de 1839. É muito possível que alguns dos negociantes que deixaram Laguna, referidos no ofício de 12 de dezembro, fossem oficiais da Guarda Nacional, sendo punidos com a expulsão. Infelizmente não conseguimos recuperar as relações dos oficiais dispensados do serviço.

²⁹³ APESC. Registro do Presidente da Província para Juizes. Vol. 1839-1942 – p. 50v. Ofício de 21 de fevereiro de 1840.

vezes a família seguindo os rebeldes em retirada poderiam ir além das convicções republicanas de cada um.

Alguns dos que se retiraram, participaram ativamente do governo da República Juliana e sua fuga se deu por apego aos ideais e, certamente, pelo medo de represálias advindas dos imperiais que retomavam o controle sobre Laguna. Uma das pessoas que deixou Laguna com os farroupilhas e cujos bens foram inventariados foi Bartholomeu Antônio do Canto. Bartholomeu participou ativamente da República Juliana votando na eleição para presidente, e atuando como vereador, inclusive presidindo diversas sessões na Câmara Municipal.²⁹⁴ Bartholomeu era mais um dos negociantes de Laguna e foram encontrados em sua Casa de Negócio diversos produtos desde enxadas a dobradiças de porta, pela extensão do inventário de Bartholomeu, podemos supor que ele era um comerciante importante em Laguna.²⁹⁵ Porém não apenas a quantidade de bens chama a atenção na casa de Bartholomeu Antônio do Canto. O Juiz de Direito da Comarca do Sul Severo Amorim do Valle,²⁹⁶ enviado à Laguna para investigar a situação na vila após a retirada dos farroupilhas e o envolvimento dos moradores no processo de proclamação da República Juliana enviou uma comunicação ao Comandante Militar de Laguna acerca de outros objetos encontrados na residência de Bartholomeu, os quais parecem ter causado grande indignação ao Juiz de Direito. Assim se expressa Valle:

Achando-me nesta Vila da minha Comarca, em exercício do meu ofício, e respeito às ordens do Ex.^{mo} S.^r Presidente, entre outros objetos, bem assim o fazer por em arrecadação os bens dos rebeldes ausentes pelo Juízo a quem a lei tem outorgado tal execução, e sendo pelo Juiz de Órfãos o privativo para tais arrecadações, fazer inventário nos bens do rebelde Bartholomeu Antônio do Canto, por este me foi oficiado ter ali encontrado uma Bandeira Republicana, com uma faixa do mesmo distintivo, e um talabarte [...] ²⁹⁷

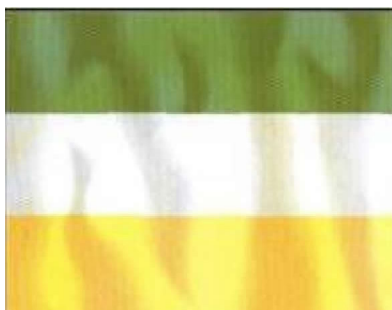
²⁹⁴ BOITEUX, Henrique. Op. cit. p. 157-180.

²⁹⁵ Casa Candemil. Arquivo da Comarca de Laguna. Inventário de arrecadação dos bens de Bartholomeu Antônio do Canto. Caixa 19. Infelizmente no inventário não são relacionados seus bens de raiz, nem se possuía ou não escravos.

²⁹⁶ Nesta época Santa Catarina se dividia juridicamente em duas comarcas: do sul e do norte. A primeira abrangia os municípios de Desterro, Laguna, São José e a segunda compreendia os municípios de São Miguel, Porto Belo, São Francisco e Lages. Cada comarca contava com um Juiz de Direito, o qual acumulava a função de Chefe de Polícia.

²⁹⁷ APESC. Ofícios do Chefe de Polícia de Juiz de Direito para Presidente da Província. Vol. 1840 – s/p. Ofício de 25 de janeiro de 1840.

Severo Amorim do Valle ordenou que procedesse a um auto de corpo de delito para que tais objetos fossem utilizados como provas no processo contra Bartholomeu pelo crime de rebeldia. Bartholomeu deixou Laguna levando consigo toda a sua família, certamente por receios de possíveis represálias extensivas a ela, por sua atuação no governo republicano.²⁹⁸



Bandeira da República Catarinense

Outro morador de Laguna que se retirou da vila com os farroupilhas foi Silvério Pereira da Silva. No inventário de Silvério também encontramos uma boa diversidade de gêneros e utensílios domésticos, por isso acreditamos que Silvério Pereira também desempenhava a profissão de comerciante, porém a quantidade era menor que da arrecadação feita nos bens de Bartholomeu.²⁹⁹ Certamente Silvério participou de alguma forma do governo republicano, porém não encontramos referências sobre ocupação de cargos ou desempenho de função administrativa na vila durante a República Juliana. Os nomes de Silvério e de Bartholomeu não constam na relação das pessoas que se apresentaram para lutar contra os farroupilhas em 1838.³⁰⁰ Podemos supor que desde essa época já nutrissem simpatia pelos farroupilhas o que se confirmou nesse momento com a evasão deles juntamente com as forças farrapas.

Porém, não apenas comerciantes e pessoas envolvidas com o governo republicano deixaram a vila de Laguna em novembro de 1839. Pessoas simples também o fizeram, não necessariamente por seu apego aos ideais republicanos, mas para defender interesses próprios. Foi

²⁹⁸ APESC. Ofícios dos Juízes de Paz para o Presidente da Província. Vol. 2 1839 – p.35-35v. s/d.

²⁹⁹ Casa Candemil. Arquivo da Comarca de Laguna. Inventário de arrecadação dos bens de Silvério Pereira da Silva. Caixa 135. É possível que Silvério tivesse levado consigo mais bens do que Bartholomeu em sua retirada da vila, ou então que sua casa tivesse sido saqueada antes da realização da arrecadação.

³⁰⁰ APESC. Ofícios dos Juízes de Paz para Presidente da Província. Vol. 2 1838 – p. 35-37. Ofício de 11 de maio de 1838.

o caso de João, escravo do vigário Francisco Villela de Araújo. Já vimos que o vigário foi morto durante a retirada dos farroupilhas de Laguna. Como não possuía herdeiros, seus bens foram inventariados e entre eles foram relacionados dois escravos: um de nome Paulo avaliado em 250 mil réis e outro denominado João no valor de 100 mil réis.³⁰¹ Os bens inventariados foram leiloados e arrematados, com exceção de João que foi libertado por Joaquim Clemente Collaço de Almeida.

Em praça do mesmo das feitas diligências da lei e praticadas as Cerimônias do Estilo, compareceu Joaquim Clemente Collaço de Almeida, e por ele foi dito que vinha apresentar em Juízo a quantia de cem mil réis, em que foi avaliado o escravo João, que foi do falecido Vigário Francisco Villela de Araújo, a quem deseja conferir a sua Liberdade, para que ele sobredito escravo a fique gozando como se liberto nasceu [...]³⁰²

A alforria de João ocorreu em junho de 1840 e a arrecadação dos bens em maio do mesmo ano, no entanto, acreditamos que tudo isso se passou à revelia de João, pois uma informação do Juiz de Órfãos José Pinto de Magalhães constante nos autos do inventário afirma que João “havia fugido desta Vila [Laguna] com os Rebeldes da Província do Rio Grande”.³⁰³

Vemos então que não apenas os negociantes envolvidos com os rebeldes rio-grandenses deixaram Laguna, mas também pessoas simples como João. Mas quais seriam os interesses de João em fugir de Laguna juntamente com os farroupilhas? Durante a Guerra dos Farrapos, aos escravos que lutassem nas tropas farroupilhas era prometida a liberdade e isso certamente atraiu a atenção de vários cativos que juntaram-se aos rebeldes rio-grandenses, muitas vezes fugindo de seus senhores para se alistar. Segundo Morivalde Calvet Fagundes, os farrapos ofereciam

aos agenciadores plena liberdade aos cativos, sossegando os proprietários com a segurança de que seriam indenizados, mediante venda dos bens legalistas, para atender a tal empenho, o que os fazia tolerar a expropriação. Os negros eram encaminhados aos batalhões de 1.^a linha.³⁰⁴

³⁰¹ Casa Candemil. Arquivo da Comarca de Laguna. Inventário de arrecadação dos bens de Francisco Villela de Araújo. Caixa 45.

³⁰² Idem.

³⁰³ Idem.

³⁰⁴ FAGUNDES, Morivalde Calvet. **História da Revolução Farroupilha**. Caxias do Sul, Ed. UCS, 1985. p. 252.

João pode ter sido motivado a deixar Laguna juntamente com os farroupilhas vislumbrando essa possibilidade de liberdade, aproveitando-se da morte de seu senhor, o vigário Francisco Villela Araújo, para evadir-se da vila.³⁰⁵ Outros escravos ou livres pobres podem ter deixado a vila acompanhando de livre e espontânea vontade os rebeldes farroupilhas em sua retirada, visualizando a defesa de seus interesses pessoais e não apenas necessidade de acompanhar algum importante negociante subjugado por relações de clientela. Nesses momentos de revolta, essas relações tornam-se mais flexíveis e os menos favorecidos procuram negociar mais vantagens e alargar seu espaço de manobra. Tendo isso em mente, podemos entender as atitudes de João e de outros que por ventura optaram por acompanhar os farroupilhas deixando Laguna em novembro de 1839.

No entanto, muitas pessoas que participaram do processo de proclamação da República Juliana e que se envolveram com os rebeldes optaram por ficar ou não puderam deixar Laguna após a vitória das forças imperiais. Como vimos, foi enviado para Laguna para investigar os ocorridos o Juiz de Direito Severo Amorim do Valle. Este tratou logo de passar instruções às autoridades locais sobre o modo de conduzir as averiguações. Sobre a conduta do Promotor Público de Laguna Bernardino Antônio Soares, assim se referia Severo em ofício encaminhado ao próprio Promotor:

Estranhando sobre modo a conduta que V. M.^{cc} tem guardado depois do sedicioso movimento de alguns habitantes deste Município que coniventes com os Rebeldes do Sul, quando desta Vila se apossaram, ajudaram a proclamar aqui o Governo Republicano; no que tem V. M.^{cc} mostrado senão conivência ao menos fraqueza e negligência nos seus deveres. Cumpre-me, portanto chamá-lo ao cumprimento dos seus deveres, que lhes estão marcados no Código do Processo Criminal. Deus Guarde a V. M.^{cc} Laguna 13 de Janeiro de 1840 = Severo Amorim do Valle³⁰⁶

³⁰⁵ Apesar de Laguna contar com uma população de aproximadamente dois mil escravos, a documentação pesquisada não faz referências sobre estes no processo da proclamação da República Juliana, sendo o caso do escravo João o único que pudemos recuperar nesse sentido. Ao que parece, a questão se dava entre os livres e os escravos estariam controlados – não encontramos nenhuma referência de revoltas – agindo dentro da margem de manobra das relações com seus senhores para obter algumas vantagens e privilégios ou para defender seus interesses, assim como João.

³⁰⁶ APESC. Ofícios do Chefe de Polícia e Juiz de Direito para Presidente da Província. Vol. 1840 – s/p. Ofício de 13 de janeiro de 1840.

O teor do ofício nos passa a impressão de que Bernardino estivesse fazendo “vista grossa” para com aqueles que apoiaram e participaram da República Juliana e que permaneceram em Laguna e era requerida uma ação mais enérgica para a punição dos envolvidos. Não temos referências sobre a participação do próprio Bernardino no governo republicano, mas ao que parece, ele estava tentando aliviar a pressão dos envolvidos, muitos deles possivelmente amigos ou conhecidos do Promotor Público. As ordens do Chefe de Polícia eram duras nesse sentido. Em um outro ofício ele comunicou ao Presidente da Província sobre as instruções passadas ao Promotor ordenando a este que “fosse permitido exceder os meios de brandura, e boa ordem, e que se mostre espírito de vingança e perseguição contra todo e qualquer indivíduo, a não ser dos mais salientes daquela Revolta”.³⁰⁷ Acreditamos que todos os envolvidos seriam investigados e processados, porém perseguições e vinganças não ocorreriam contra os mais influentes, ou seja, os ricos negociantes da vila.

Apesar de todo o rigor das instruções passadas às autoridades no que tange à repressão e investigação dos ocorridos em Laguna e à punição dos envolvidos, o próprio Severo Amorim do Valle reconheceu que seria melhor suspender temporariamente as punições, perseguições e vinganças em Laguna contra os envolvidos no processo republicano.

Instruído na forma da lei ao [...] Juiz de Paz para a formação de culpa nos compreendidos naquela Rebelião julguei ser muito prudente nas vésperas de minha partida para esta [Desterro], mandar suspender interinamente todo o procedimento Criminal, receando que a continuação dele viesse complicar com as operações militares que se tratava por em execução [...] ³⁰⁸

Procurou-se então, em um primeiro momento relaxar a devassa em Laguna para poder a partir dessa vila, combater os farroupilhas remanescentes em Santa Catarina, Lages por exemplo, e no Rio Grande do Sul, temendo que uma repressão muito violenta em Laguna pudesse exaltar novamente os ânimos. A ordem era para controlar e combater no sul.

³⁰⁷ APESC. Ofícios do Chefe de Polícia e Juiz de Direito para Presidente da Província. Vol. 1840 – s/p. Ofício de 29 de janeiro de 1840.

³⁰⁸ Idem. Sublinhados como no original.

Retorno e anistia

O raciocínio do Chefe de Polícia Severo Amorim do Valle foi seguido posteriormente pelo governo central. Muitos daqueles que deixaram Laguna em novembro de 1839, começaram a retornar para a vila já em fevereiro de 1840, certamente motivados pelas notícias da branda repressão implementada na vila. As questões referentes aos inventários e arrecadações dos bens dos ausentes criaram um certo problema para as autoridades de Laguna que solicitavam instruções ao Juiz de Direito e ao Presidente da Província. O Juiz de Órfãos de Laguna José Pinto de Magalhães, responsável pela condução dos inventários, informava ao Juiz de Direito Severo Amorim do Valle sobre a chegada de alguns indivíduos ou das famílias que anteriormente se retiraram da vila e indagava sobre a maneira de proceder em tais casos, perguntando se poderia entregar os bens arrecadados aos seus donos ou às famílias dos mesmos.³⁰⁹ A resolução do Juiz de Direito foi a seguinte, a qual foi submetida à aprovação do Presidente da Província:

Levo a presença de V. Ex.^a [...], as relações dos bens arrecadados pelo Juiz de Órfãos da Vila de Laguna, pertencentes aos indivíduos que se retiraram daquela Vila com os rebeldes [...] uma vez que a maior parte daqueles indivíduos ausentes, se tem apresentado e mandados recolher às suas casas, não podem no meu entender perderem os seus bens, sem que primeiramente haja uma Sentença, que os condene em uma pena em consequência da qual deva segui-se a perda de alguns bens para a indenização [...]³¹⁰

Pelas informações que recolhemos acreditamos que o Presidente da Província ratificou a resolução tomada pelo Juiz de Direito pois em resposta a um ofício do Juiz Municipal de Laguna ordenou que fossem entregues à família de Vicente Francisco de Oliveira seus bens afirmando que não havia qualquer embargo sobre os mesmos, ordenando ainda ‘entregar a seus donos os

³⁰⁹ APESC. Ofícios do Chefe de Polícia e Juiz de Direito para Presidente da Província. Vol. 1840 – s/p. Ofício de 8 de fevereiro de 1840.

³¹⁰ APESC. Ofícios do Chefe de Polícia e Juiz de Direito para Presidente da Província. Vol. 1840 – s/p. Ofício de 15 de fevereiro de 1840.

bens, ou seu produto, que assim se acharem, não havendo sentença Judiciária contra”.³¹¹ Vicente Francisco de Oliveira foi vereador durante o período republicano e deixou Laguna juntamente com os farroupilhas.³¹² Apesar disso, seus bens foram restituídos à sua família que retornou à Laguna pouco tempo depois de ter saído da vila. Isso demonstra a preocupação do governo em manter as coisas e ânimos controlados em Laguna. Preocupado em combater a revolta ainda muito forte no Rio Grande do Sul necessitava de Laguna como trampolim para investidas na província rio-grandense.

Muitos dos que retornaram declararam ter sido coagidos à acompanhar os farroupilhas em sua retirada, como afirmou Constantino Alvares de Oliveira em seu retorno.³¹³ Certamente muitas pessoas foram de fato obrigadas a deixar Laguna juntamente com os farrapos, um exemplo seriam os soldados recrutados forçosamente e que não tiveram oportunidade para desertar, o que vimos estava ocorrendo em grande escala nas tropas farroupilhas. Porém, o argumento da coação poderia ser utilizado também por aqueles que voluntariamente acompanharam os farroupilhas, e posteriormente retornaram a Laguna, como justificativa para sua ausência e para evitar represálias das autoridades imperiais. No entanto, vimos que a repressão estava branda em Laguna no início de 1840. Tanto que em junho deste ano, o Chefe de Polícia Severo Amorim enviou um ofício sobre as medidas a serem tomadas com relação aos envolvidos na República Juliana. Assim escrevia ao Presidente da Província:

Como a maior parte dos indivíduos mais influentes e complicados na revolta da Laguna se tem apresentado ao Comandante Militar daquele Ponto, que os tem mandado recolher às suas casas; e achando-se já alguns nesta Capital, devo sem dúvida julgá-los anistiados por V. Ex.^a³¹⁴

Tal era a disposição do governo em acalmar os ânimos em Laguna que Severo Amorim do Valle supunha estarem anistiados os envolvidos na República Juliana. Ele pedia, ao Presidente

³¹¹ APESC. Registro do Presidente da Província para Juízes. Vol. 1839-1842 – p. 54-54v. Ofício de 8 de março de 1840.

³¹² BOITEUX, Henrique. Op. cit. p. 166.

³¹³ APESC. Ofícios do Chefe de Polícia e Juiz de Direito para Presidente da Província. Vol. 1840 – s/p. Ofício de 3 de outubro de 1840.

³¹⁴ APESC. Ofícios do Chefe de Polícia e Juiz de Direito para Presidente da Província. Vol. 1840 – s/p. Ofício de 1 de junho de 1840

Soares de Andréa, explicações acerca dos processos já em andamento conduzidos pelo Juiz de Paz motivados por roubos e saques efetuados por algumas dessas pessoas, e se o perdão era extensivo em relação à estes crimes também.³¹⁵

No entanto a resposta veio logo no dia seguinte afirmando que

em primeiro lugar que eu não anistiei ninguém, e em segundo, para seu governo, e solvendo a dúvida que me propõe: que contra os habitantes da Província indigitados do crime de rebelião está suspenso qualquer procedimento criminal, pela parte puramente política, enquanto o Governo Central, a quem sobre este assunto me tenho dirigido, não determinar o contrário³¹⁶

Segundo o Presidente da Província ninguém estava anistiado, apenas suspensos os processos políticos. Outros crimes deveriam ser apurados e julgados normalmente. Esta disposição certamente beneficiou Thomé Teixeira da Silveira, morador da Vila Nova que deixou Laguna juntamente com os farroupilhas. Após seu retorno este encontrava-se preso, no entanto uma ordem do Presidente Soares de Andréa determinava que o mesmo fosse libertado e conduzido à sua casa se não estivesse sendo acusado de outro crime que não o de rebeldia.³¹⁷

Certamente essas atitudes motivaram muitos outros envolvidos a retornarem para Laguna ao longo do ano de 1840. Possivelmente desiludidos com o andamento da campanha farroupilha em Santa Catarina, muitos começaram a retornar às suas casas e retomar suas atividades. Depois da derrota no Capão da Mortandade no planalto e conseqüente expulsão de Lages em abril de 1840, muitos moradores devem ter optado por voltar à Laguna. Essas medidas de brandura se davam não pela benevolência do governo imperial, mas pelo seu interesse em manter um clima favorável na vila de Laguna e na província catarinense, para utilizar a vila como um trampolim para combater os farroupilhas no Rio Grande do Sul e para evitar que novas tentativas de revolta ocorressem em Laguna.

³¹⁵ Idem.

³¹⁶ APESC. Registro do Presidente da Província para Juízes. Vol. 1839-1842 – p. 75/75v. Ofício de 2 de junho de 1840.

³¹⁷ APESC. Registro do Presidente da Província para Juízes. Vol. 1839-1842 – p. 77. Ofício de 6 de junho de 1840.

Pouco tempo depois de mandar, através do Presidente da Província, suspender os processos contra os moradores de Laguna pelos crimes de rebeldia, o governo central, interessado apaziguar os ânimos em várias partes do Império decretou uma anistia geral válida em todo o território brasileiro.³¹⁸

Artigo 1º. É concedida anistia a todos aqueles que estiverem por qualquer forma envolvidos em crimes políticos cometidos até a publicação do presente Decreto em cada uma das Províncias do Império [...] Artigo 2º Ficam em perpétuo silêncio, como se nunca tivessem existido, os processos e sentenças, que tiverem tido lugar em virtude de crimes políticos, para mais não produzirem efeito algum contra as pessoas envolvidas nos mesmos crimes [...]³¹⁹

A anistia concedida pelo recém empossado Imperador D. Pedro II e pelo gabinete da maioria, com forte presença liberal, era mais uma tentativa de apaziguar as revoltas nas províncias e restabelecer a ordem interna e a segurança pública.³²⁰ Porém ao que parece, não surtiu o efeito esperado, uma vez que a Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul se estendeu até 1845 e a Balaiada continuou até o ano seguinte. Apenas no Pará “os últimos rebeldes renderam -se após a anistia de 1840”.³²¹

A necessidade de manter as coisas controladas beneficiou em Santa Catarina os envolvidos na República Juliana. Estando anistiados e livres dos processos por crime político, muitos daqueles que participaram do movimento retornaram à vila após agosto de 1840. Foi o que aconteceu com

Florianos José de Andrada, Apolinário Rodrigues de Jesus, e Joaquim de Souza Franco [que] se achavam no mesmo caso que Domingos Custódio, isto é sendo rebeldes, se haviam apresentado dentro do prazo marcado para gozarem da anistia concedida pelo Decreto de 22 de Agosto deste ano, nenhum procedimento devia haver contra eles.³²²

³¹⁸ Lembramos que nesse momento ainda ocorriam revoltas nas províncias do Rio Grande do Sul (Farroupilha), Pará (Cabanagem) e Maranhão (Balaiada).

³¹⁹ APESC. Avisos do Ministério da Justiça para Presidente da Província. Vol. 1838-1840 – s/p. Decreto de 22 de agosto de 1840. Uma anistia também foi decretada beneficiando os desertores do Exército, Armada e Guarda Nacional pelos crimes de primeira e segunda deserção. APESC. Correspondências do Ministério da Guerra para Presidente da Província. Vol. 1839-1840 p. 1847. Decreto de 6 de agosto de 1840.

³²⁰ Lembremos que D. Pedro II estava no poder desde julho de 1840, entronizado através do chamado Golpe da Maioridade.

³²¹ CARVALHO, José Murilo. Op cit. p. 253.

³²² APESC. Registro do Presidente da Província para Juizes. Vol. 1839-1842 – p.106-106v. Ofício de 5 de dezembro de 1840.

Pelo que vemos a ordem era manter a tranquilidade e o *status quo* em Laguna. A decisão de não processar os envolvidos na República Juliana alcançou seus objetivos em serenar os ânimos em Laguna e, ao que tudo indica, a ordem implantada pelo governo provincial na vila não foi questionada novamente. Bartholomeu Antônio do Canto também retornou, certamente motivado e pode ser encontrado em Laguna em agosto de 1842.³²³ É provável que Silvério Pereira da Silva, que também se retirou da vila e teve seus bens arrecadados a exemplo de Bartholomeu, também tenha retornado, porém não podemos confirmar.

Outro morador de Laguna que havia deixado a vila juntamente com as forças farroupilhas e que retornou foi João, o escravo alforriado do vigário Francisco Villela de Araújo. João voltou para Laguna em 1841, porém não gozou da anistia concedida aos demais que deixaram a vila com os farroupilhas. Expomos anteriormente que João havia sido libertado por Joaquim Clemente Collaço de Almeida, o qual pagou o valor referente a sua avaliação no inventário dos bens do vigário Araújo. Mesmo assim, ao se apresentar ao Juiz de Órfãos José Pinto de Magalhães ele foi novamente avaliado e posto à venda em leilão.³²⁴ João foi arrematado pela quantia de 163\$000 réis pelo senhor Fortunato José da Silva voltando à sua condição de escravo. O Juiz de Órfãos do inventário dos bens do vigário Francisco Villela de Araújo era o mesmo José Pinto de Magalhães para o qual João se apresentou em seu retorno à vila. Ele sabia que João havia sido libertado por Joaquim Clemente e mesmo assim determinou o leilão. Por que motivos teria sido João re-escravizado? Retomando as orientações do Juiz de Direito Severo Amorim do Valle acerca da conduta das autoridades de Laguna para com os envolvidos na República Juliana podemos entender um pouco isso. Seria

³²³ APESC. Offícios das Câmaras Municipais para Presidente da Província. Vol. 1842 – p. 139. Ofício de 18 de agosto de 1842.

³²⁴ Casa Candemil. Arquivo da Comarca de Laguna. Inventário de arrecadação dos bens de Francisco Villela de Araújo. Caixa 45. Acreditamos que João havia sido avaliado e libertado à revelia, enquanto estava fora da vila de Laguna, pois em sua primeira avaliação em maio de 1840 seu valor foi definido em 100\$000 réis e em fevereiro de 1841 ele foi avaliado em 150\$000 réis. Valores diferentes em pouco tempo. Isto significa dizer que na primeira avaliação, os inventariantes não tiveram oportunidade de observar João para uma avaliação mais precisa, estimando seu preço, e na segunda oportunidade, a partir de uma análise pessoal avaliaram João com um valor diferente do primeiro.

permitido exceder os meios de brandura, e boa ordem, e que se mostre espírito de vingança e perseguição contra todo e qualquer indivíduo, a não ser dos mais salientes daquela Revolta.³²⁵

Certamente o espírito de vingança recaiu mais incisivamente sobre os mais simples, como o escravo João. Mesmo assim não acreditamos que a perseguição não tenha ocorrido em larga escala pela necessidade que as autoridades imperiais tinham de manter a calma e a ordem das coisas em Laguna para poder combater os farroupilhas que ainda atuavam em pontos de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.³²⁶

Certamente a decisão de retorno passava pelo desgaste sofrido por estarem longe de suas casas e, muitas vezes, das famílias e pela perda de força de uma das principais motivações para deixar Laguna, o medo da repressão, que após a anistia deixou de representar uma ameaça. Provavelmente as pessoas que retornaram se apresentavam às autoridades locais de Laguna e prometiam fidelidade ao trono e ao imperador para evitar mais problemas. No entanto, muitos o faziam sem convicção, pois como informa o Presidente de Santa Catarina

os rebeldes infelizmente ainda têm grande apoio nesta Província, esses apresentados!, esses anistiados!, que melhor seria que nunca viessem, esse grande número de desertores e criminosos que existem agrupados em diferentes pontos da Província e que ainda não convém bulir com eles enquanto os rebeldes estiverem próximos, mostram em suas palavras e ações que ainda estão alimentados com uma esperança de uma dissolução do Império.³²⁷

Essa correspondência enviada em dezembro de 1840 ao Comandante do Exército no Rio Grande do Sul João Paulo dos Santos Barreto, por Antero José Ferreira de Brito confirma que muitos daqueles que se apresentaram ainda mantinham certas convicções republicanas. A recomendação ainda era a mesma que aconselhou Severo Amorim do Valle e posta em prática

³²⁵ APESC. Ofícios do Chefe de Polícia e Juiz de Direito para Presidente da Província. Vol. 1840 – s/p. Ofício de 29 de janeiro de 1840.

³²⁶ O caso de João foi o único episódio envolvendo escravos que pudemos recuperar durante os acontecimentos da proclamação da República Juliana. O silêncio da documentação sobre os escravos não significa porém que eles não se envolveram no processo, os fatos acerca de João demonstram isso. A falta de maiores registros sobre escravos demonstra que possivelmente, os mesmos se encontravam em uma situação de controle durante os acontecimentos. No entanto isso não quer dizer que eram meramente subjugados. Mesmo em um situação de situação de subordinação era possível lutar por um maior espaço de negociação, para garantir ou expandir direitos adquiridos.

³²⁷ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. Subsecretaria de Cultura. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1981. Vol. 5 – p. 247.

pelo governo central, de se deixar em paz estas pessoas enquanto ainda existir riscos de novas incursões farroupilhas em Santa Catarina.

Apesar dos receios das autoridades, Laguna não sofreu mais ataques até o final da Guerra dos Farrapos em 1845. Com o avanço das forças imperiais no Rio Grande do Sul, aqueles que ainda mantinham idéias de revolta certamente serenaram em suas posições e procuraram retomar suas vidas beneficiados pela anistia geral, a qual proporcionou que ninguém em Laguna fosse processado pela participação no levante que proclamou em Laguna, de julho à novembro de 1839, um governo republicano, em meio ao Império Brasileiro.

Considerações Finais

Após a retirada das tropas farroupilhas e o retorno dos moradores que deixaram a vila, certamente se iniciou um processo de reconstrução e reorganização em Laguna. Vimos como a vila se configurava em meados dos anos 1830 um pequeno município, com uma movimentação econômica modesta, porém condizente com seu porte.³²⁸ O impacto dos acontecimentos, batalhas, saques e abusos recorrentes em períodos de guerra certamente deixaram cicatrizes em Laguna. A suspensão inicial dos processos e a anistia decretada em agosto de 1840 certamente contribuíram para amenizar os desentendimentos e acalmar os ânimos, contribuindo para o processo de reorganização da vila. Desta forma não foram processados aqueles que atuaram ou apoiaram os farroupilhas e a República Juliana.

Tentamos demonstrar que esse apoio de fato era grande em Laguna no início de 1839 e como foi sendo fomentado desde 1836, a partir da presença dos emigrados, organizando reuniões, distribuindo proclamações e *pasquins incendiários* e comprando pólvora e armamento em Santa Catarina. As motivações para catarinenses apoiarem farroupilhas iam muito além da simples adesão aos ideais liberais e republicanos ou apenas da eficácia da propaganda. Interesses econômicos, vantagens pessoais ou então a expectativa de melhores oportunidades para a população pobre, geralmente com uma vida muito difícil, contribuíram nesse sentido.

A revolta do 2º Corpo de Artilharia estacionado em Laguna em 1836 e os tumultos ocorridos na vila ajudam a demonstrar como foi se construindo o apoio aos farrapos desde aquele ano. Certamente a movimentação ocorrida na tropa do 2º Corpo de Artilharia não se deu devido aos seus sentimentos republicanos, e sim pela recusa em marchar para a área em conflito no Rio Grande do Sul. No entanto, o que aponta, nesse momento, a simpatia pelos farroupilhas em Laguna foi a tentativa de revolta na vila e a distribuição de *pasquins* aproveitando da confusão iniciada com o levante no Corpo de Artilharia. Os pedidos do Juiz de Paz de Laguna para a permanência da 5ª

³²⁸ Estamos considerando aqui os dados populacionais e econômicos, não sua dimensão territorial a qual era muito extensa.

Companhia de Artilharia em Laguna, meses depois, também revela que existiam várias pessoas em Laguna que simpatizavam com os rebeldes rio-grandenses, fato reconhecido pelo Juiz de Paz.

Descontentamentos com o governo imperial, traduzidos nas evasões e deserções para escapar aos abusos do recrutamento forçado, prática que atingia em cheio a população mais pobre, também ajudavam a incitar o apoio e criar um ambiente favorável que influenciou para a invasão farroupilha de 1839 e a relativa facilidade com que as tropas farroupilhas tomaram Laguna em julho daquele ano. As consequências do recrutamento e das deserções foram importantes no episódio da revolta da Fortaleza da Barra do Sul, onde soldados baianos, envolvidos na Sabinada e transferidos para Santa Catarina ajudaram a organizar um levante na fortaleza que levou toda a guarnição a se unir às forças farroupilhas, trazendo inclusive grande quantidade de armamento e munição.

Um dos aspectos relevantes no processo de construção do apoio é o contrabando. Além do interesse econômico que motivava essa prática, muito interessante é a constatação de um Aparelho de Estado ainda embrionário em Santa Catarina, incapaz de coibir essa prática. Certamente interesses pessoais facilitavam a ação de contrabandistas, porém a falta de pessoal para fiscalização e a disponibilidade de caminhos utilizáveis para esse comércio contribuíam para a impunidade e fornecimento de armamento e pólvora para os farroupilhas. Essa situação demonstra uma grande motivação para o apoio demonstrado aos farroupilhas nos anos 1836 a 1839. Sendo a guerra um território de oportunidades, muitos se aproveitaram da situação para obter vantagens pessoais. A possibilidade de lucros mostrou-se atraente e certamente influenciou para sedimentar posições e convicções que, mais uma vez, iam além dos ideais políticos, sendo essa uma das motivações para o aumento do apoio demonstrado para com os farroupilhas.

A proclamação da República Juliana representou um grande perigo não apenas para a província de Santa Catarina, mas também ao Império Brasileiro. O território da República Juliana abrangia praticamente metade da província catarinense. No entanto os objetivos dos farroupilhas em Santa Catarina não cessavam em Laguna. Após a proclamação da república, buscaram avançar rumo norte para tomar Desterro e continuar avançando. As tropas farroupilhas chegaram próximas

de seu intento, fato reconhecido pelo próprio Presidente de Santa Catarina, o General Soares de Andréa. Sendo barrados no Morro dos Cavalos, os farroupilhas não puderam avançar, porém sua presença ali representava um grande perigo para o Império. Por isso, ressaltamos os fatores políticos, além dos econômicos para a campanha farroupilha em Santa Catarina. Além da necessidade de se tomar um porto, a possibilidade de causar mais problemas para o Império e uma possível junção com forças de outras províncias também eram objetivos farroupilhas.

Merecem destaque também as ambigüidades reveladas no processo, que são extremamente interessantes para notarmos como se davam diversos tipos de relação na época, na política local, e a capacidade das pessoas agirem conforme a situação requeria. Por ser uma pequena vila, com uma modesta população, muitos dos cargos públicos eram ocupados, geralmente, pelas mesmas pessoas e é interessante notar que muitos daqueles que ocupavam funções públicas servindo ao Império, continuaram a exercer as mesmas, ou outras, atribuições durante a República Juliana. As ambigüidades políticas se refletiram de forma acentuada na eleição do presidente da República, quando os lagunenses elegeram Joaquim Xavier Neves, Tenente Coronel do Batalhão de Guardas Nacionais de São José, município sob o controle das forças do Império. O presidente da província, sabedor disso, promoveu Neves à Comandante Geral dos Batalhões de Terra. Vimos que em Santa Catarina, diferentemente de outras províncias, como Pernambuco onde a mudança dos partidos acarretava a derrubada dos políticos da antiga situação, os partidos em disputa buscavam o apoio das mesmas pessoas, que dispunham de algum destaque no poder regional.

As ambigüidades revelavam também estratégias para sobrevivência em meio a um período tão conturbado como esse. Para a população em geral, muitas vezes alheia aos partidos em disputa, uma das formas de evitar represálias ou constrangimentos era apoiar aqueles que estivessem no poder em Laguna. Vimos o exemplo do professor de Tubarão que solicitou ao novo governo a manutenção do cargo que já desempenhava e o recebimento de seus vencimentos. Acreditamos que sua disposição em trabalhar para o governo da República Juliana se deu muito mais por suas necessidades pessoais do que por suas convicções políticas. Da mesma maneira, muitos outros

tiveram que se adaptar a uma situação conturbada e de mudanças bruscas que foi o processo de proclamação da República Juliana. Em um momento uma autoridade constituída na vila foi deposta pelos rebeldes farroupilhas, novos poderes entraram em cena, e pouco tempo depois, uma nova alteração ocorreu com a derrota e retirada dos farroupilhas e o restabelecimento da “ordem imperial” em Laguna. Em um processo conturbado como esse, muitas pessoas tiveram que se adequar as situações conforme as mesmas requisitavam para defender suas vidas e interesses pessoais.

A partir dessas constatações temos consciência de que o apoio destinado aos rebeldes farroupilhas não foi unânime em Laguna. Muitas pessoas deixaram a vila devido ao avanço farrapo em 1839 e, aqueles impossibilitados do mesmo, optaram pelas ações descritas acima para evitar maiores problemas. No entanto, podemos notar na documentação que realmente era grande o apoio em Laguna para com os farroupilhas. Um dos ofícios pesquisados mencionava que em 1838, praticamente todo o distrito de Araranguá demonstrava simpatia aos rebeldes. Essa grande disposição em Araranguá pode ser entendida, pois, esse distrito localizava-se muito distante, quase isolado da sede da vila de Laguna, e muito próximo da fronteira com o Rio Grande do Sul. Dessa maneira estava muito mais exposta à influência dos emigrados e notícias da guerra vindas da província vizinha. Acreditamos que essa situação se refletia também em outras freguesias de Laguna e que a situação favorável criada a partir disso contribuiu para o avanço dos farrapos e proclamação da República Juliana em Laguna.

No entanto o apoio foi esmorecendo após a proclamação da república, e muitos daqueles que apoiavam inicialmente, passaram a fazer oposição ao governo e aos rebeldes. O governo republicano não conseguiu uma boa organização e os problemas acarretados pela presença dos farroupilhas, o bloqueio do porto, as batalhas pelo controle da vila, saques e requisições certamente deixaram a vila de Laguna com diversos problemas, causaram a grande indisposição da população de Laguna para com os farroupilhas. A antipatia e aversão aos farroupilhas foram sendo construídas

com o passar do tempo, fruto das dificuldades enfrentadas tanto por catarinenses e rio-grandenses durante o período republicano, transformando aquela situação favorável em um ambiente hostil.

A indisposição gerada em Laguna era realmente muito grande. As revoltas de Imaruí e de Tubarão demonstram que esse sentimento se desenvolvia não apenas na sede da vila, mas também em suas freguesias, evidenciando que a presença dos farrapos em Laguna e seus distritos desagradava a muitas pessoas em todo o município. A violência empregada pelos farrapos na repressão ao levante de Imaruí demonstra a situação de desgaste do relacionamento e de como os ânimos em ambos os lados estavam exaltados. A brutalidade certamente contribuiu para o aumento da aversão aos farroupilhas em Laguna, ainda durante o período final da República Juliana e após a retirada das tropas rebeldes fazendo com que muitos que apoiaram inicialmente os rebeldes se arrependessem e passassem a oposição, tratando de jurar sua fidelidade ao Império assim que possível, demonstrando desgaste político dos farroupilhas.

Podemos notar a gravidade da aversão gerada em Laguna analisando a queda brusca das denúncias de contrabando, um dos indicativos da simpatia e interesse dos catarinenses para com os farroupilhas. Estas permeavam a documentação no período de 1836 a 1839 e praticamente desapareceram no período posterior a 1840 até o final da Guerra dos Farrapos. Apenas uma denúncia foi recuperada sobre o contrabando de pólvora, em 1844, demonstrando que os catarinenses não estavam mais dispostos a colaborar com os farroupilhas.

Todos esses problemas enfrentados e a indisposição gerada contribuíram para a derrota das tropas farroupilhas frente às forças imperiais. A deserção, fato corriqueiro na época ocorria em ambos os lados, porém a partir de final de outubro, as deserções estavam ocorrendo em grande medida no lado farroupilhas. Vimos que os desertores estavam se unindo as forças imperiais que avançavam sobre Laguna e que, quando as notícias desse avanço chegavam aos ouvidos de parte da população, algumas pessoas se revoltaram contra os farroupilhas, lhes retirando acesso a suprimentos, armamentos e pessoal disponível, como foram os casos de Tubarão e Imaruí. Certamente o saque realizado em Imaruí causou grande impacto em Santa Catarina, pois quando

Manoel Teixeira Nunes comunicou ao Comandante das Tropas Imperiais sobre a reação ocorrida em Tubarão, relatou suas ações para bloquear os caminhos de acesso à povoação, certamente para evitar que ocorresse ali o mesmo que houve em Imaruí. Todos esses fatores influíram para a derrocada da República Juliana.

Apesar disso tudo, alguns moradores de Laguna ainda mantiveram suas posições e deixaram a vila juntamente com os farrapos. Os motivos para essa saída vão desde o apego às convicções republicanas e principalmente, pelo receio de uma dura repressão contra os envolvidos. Certamente isso motivou muitos a abandonarem suas casas levando, em muitos casos toda a família consigo. Porém a situação beneficiou os envolvidos na República Juliana. Com o andamento da guerra no Rio Grande do Sul, o governo imperial necessitava de bases estratégicas para lançar ataques e suprir suas tropas nesta província. Dessa maneira, procurou-se abrandar a repressão para acalmar os ânimos em Laguna, para garantir a estabilidade e ordem necessárias naquele momento. O governo entendia que uma dura repressão causaria mais problemas do que soluções e ordenou, inicialmente suspender os processos por crimes de rebeldia. Essa disposição fez com que muitos retornassem à vila e retomassem tranqüilamente suas vidas e afazeres. A anistia decretada em agosto de 1840 beneficiou todos os envolvidos na República Juliana, fazendo com que não se processasse politicamente ninguém na vila. A partir disso, entendemos que se buscou a manutenção *status quo* da vila, uma vez que muitos daqueles que ocuparam cargos durante a República Juliana, continuaram a exercer vida pública após 1840 e aqueles que retornavam eram encaminhados às suas casas para retomarem suas vidas e atividades.

Ocorrida durante o período regencial, a República Juliana se situa ao lado das diversas revoltas provinciais que abalaram o Império Brasileiro e representa um episódio muito relevante, pois apresenta vários aspectos peculiares da vida e política da época, e como interesses eram mais importantes do que bandeiras políticas fossem elas farroupilhas ou imperiais.

Fontes Consultadas

Manuscritas

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro

- Série Guerra - IG¹ 531
- Série Marinha - XM 134

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – Florianópolis

- Avisos do Ministério da Justiça para Presidente da Província
- Correspondências dos Engenheiros para Presidente da Província
- Correspondências do Ministério da Guerra para Presidente da Província
- Ofícios das Câmaras Municipais para Presidente da Província
- Ofícios dos Chefes de Polícia e Juizes de Direito para Presidente da Província
- Ofícios de Diversos para Presidente da Província
- Ofícios dos Juizes Municipais para Presidente da Província
- Ofícios dos Juizes de Paz para Presidente da Província
- Registro do Presidente da Província para Assembléia Legislativa Provincial
- Ofícios da Provedoria da Província para Presidente da Província
- Registro das Correspondências com a Guarda Nacional
- Registro do Presidente da Província para Autoridades Policiais
- Registro do Presidente da Província para Juizes
- Registro do Presidente da Província para Juizes de Paz
- Registro do Presidente da Província para Militar
- Registro do Presidente da Província para Ministério da Guerra
- Registro do Presidente da Província para Ministério da Marinha

Arquivo Histórico Municipal – Florianópolis

- Ofícios da Presidência da Província para Câmara Municipal de Desterro

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Porto Alegre

- Coleção Alfredo Varela – Correspondências de Luís Rosseti (ativa)

Arquivo da Comarca de Laguna – Casa Candemil – Laguna

- Inventários de Arrecadação de Bens de Francisco Villela Araújo
- Inventários de Arrecadação de Bens de Silvério Pereira da Silva
- Inventários de Arrecadação de Bens de Bartholomeu Antônio do Canto

Impressas

- **O Povo:** jornal político, literário e ministerial da República Rio Grandense. Edição Fac-símile. Porto Alegre: Globo, 1930.
- GARIBALDI, Anita. **Anita Garibaldi:** a mulher do general. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- DUMAS, Alexandre. **Memórias de Garibaldi.** Porto Alegre: L&PM, 1998.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação e Cultura. Subsecretaria de Cultura. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Vol. 1-13.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA; CATALANO, Maria Inês. (Org) **Laguna:** manuscritos avulsos, 1835-1888. Florianópolis: Assembléia Legislativa, Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos, 2001.

Outras fontes

- Relatórios dos Presidentes da Província de Santa Catarina. <http://brazil.crl.edu>.
- Biblioteca Universitária – UFSC. Cartas do Cônsul americano Samuel Nells. Microfilme.

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. **Novos Estudos** – CEBRAP 21 (1988).

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Elite politics and popular rebellion in the construction of post-colonial order: the case of Maranhão, Brazil (1820-1841). In: **Journal of Latin American Studies**. n. 31. 1999.

BOITEUX, Henrique. **A República Catharinense**: notas para sua história. Rio de Janeiro: Xerox, 1985.

CABRAL, Oswaldo R. **A organização das justiças na Colônia e no Império e na história da Comarca de Laguna**. Porto Alegre: Santa Teresinha, 1955.

_____.; Reis, Sara Regina Poyares dos (Org.). **A história da política em Santa Catarina durante o Império**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

_____. **História de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

_____. **Laguna e outros ensaios**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1939.

CADORIN, Adílcio. **Anita**: a guerreira das repúblicas. Florianópolis: IOESC, 1999.

CAGGIANI, Ivo. **David Canabarro**: de tenente a general. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

CARNEIRO, Carlos da Silveira. **Enciclopédia de Santa Catarina**. Florianópolis, s/d. Vol. 5. s/p. Setor de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial; **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

_____. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

CARVALHO, Marcus Joaquim M. de. Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. In: **Revista Brasileira de História**. vol. 23, n. 45. 2003

_____. de. Aí vem o Capitão-Mor: as eleições de 1828-30 e a questão do poder local no Brasil imperial. In: **Tempo**, 7, n. 13. 2002.

CLEARY, David. Lost Altogether to the Civilised World: race and the Cabanagem in Northern Brazil, 1750-1850. In: **Comparative Studies in Society and History**. vol. 40, n. 1. 1998.

COLLOR, Lindolfo. **Garibaldi e a Guerra dos Farrapos**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938.

COSTA, Licurgo. **O continente das lagoas: sua história e influência no sertão da terra firme**. Florianópolis: FCC, 1982.

DACANAL, José Hildebrando (Org.). **A Revolução Farroupilha: história e interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

DALL' ALBA, João Leonir. **Laguna antes de 1880**: documentário. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole: (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme. (ed). **1822: dimensões**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

DOLHNIKOFF, Mirian. Elites regionais e a construção do Estado Imperial. In: JANCSÓ, István (Org.). **Brasil: formação do estado e da nação**. São Paulo-Ijuí: Ed. HUCITEC, Ed. UNIJUÍ, FAPESP, 2003.

_____. O lugar das elites regionais. In: **Revista USP**, n. 58, p.116-133, junho/agosto 2003.

DUMAS, Alexandre. **Memórias de Garibaldi**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. **História da Revolução Farroupilha**. Caxias do Sul: Ed. UCS, 1985.

FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia**, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FLORES, Moacyr. **Modelo político dos farrapos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978.

FRAGOSO, Augusto Tasso. **A Revolução Farroupilha**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1939.

GAGLIANONE, Paulo César. **Uma viagem através do tempo**: Giuseppe Garibaldi, a jornada de um herói. Rio de Janeiro: Litteris, 1999.

GARIBALDI, Anita. **Anita Garibaldi**: a mulher do general. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GERSON, Brasil. **Garibaldi e Anita**: farrapos, balaies e cabanos; uma guerra por um porto ou rosas contra Montevideu; as revoluções liberais européias. Rio de Janeiro: Ed. Souza, 1953.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. Textos e lenços: representações de federalismo na república rio-grandense (1836-1845). In: **Almanack Brasiliense**. Maio/2005.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Liberalismo Moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). IN: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília. (Orgs.) **O liberalismo no Brasil Imperial**: origens, conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr. **História geral da civilização brasileira**: dispersão e unidade. 5 ed. São Paulo: DIFEL, 1985.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

HOOK, Sidney. **O herói na história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

IZECKSON, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos na década de 1860. In: **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, n. 27, 2001.

JÚNIOR, Antônio Manoel Elíbio. Uma mulher ilustre do Brasil: Anita Garibaldi e o culto à nação. In: Título Anita. AREND, Sílvia Maria Fávero; BRANCHER, Ana. (Orgs.) **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

LAYTANO, Dante de. **História da República Rio-Grandense**. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1983.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

LEITMAN, Spencer. **Raízes sócio-econômicas da Revolução Farroupilha**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil; 1808-1842. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993.

LUCENA, Liliane M. Fernandes de. **Laguna**: de ontem a hoje espaços públicos e vida urbana. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina.

LUZ, Aujor Ávila da. **Santa Catarina**: quatro séculos de história XVI ao XIX. Florianópolis: Insular, 2000.

KRAAY, Hendrik. As terrifying as unexpected: the bahian Sabinada, 1837-1838. In: **Hispanic American Historical Review**. 72, n. 4. 1992.

KRANTZ, Frederick (org). **A outra história**: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

MATTOS, Ilmar R. de. **Tempo Saquarema**: a formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: Access, 1994.

_____. **O lavrador e o construtor**: o Visconde do Uruguai e a construção do estado imperial. In: PRADO, Maria Emília. (org.) **O estado como vocação**: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Access, 1999.

MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. IN: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MOREL, Marco. **O período das Regências**: (1831-1840). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. **A ressaca da marujada**: recrutamento e disciplina na Armada Imperial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Farroupilha**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PIERANGELLI, José Henrique. **Processo penal**: evolução histórica e fontes legislativas. Bauru: Ed. Jalovi, 1983.
- PORTO, Aurélio. **Notas ao processo dos farrapos**. Rio de Janeiro: Publicações do Arquivo Nacional. Vol. 29 a 32, 1933 a 1935.
- RAU, Wolfgang Ludwig. **A heroína Anita Garibaldi**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1986.
- _____. **Anita Garibaldi**: o perfil de uma heroína brasileira. Florianópolis: Ed. do Autor, 1975.
- REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume-Dumará, 2002.
- _____. ‘Pés -de-chumbo’ e ‘Garrafeiros’: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822 – 1831). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/FAPESP/ Marco Zero, vol. 12, n. 23/24, 1991/1992.
- RIBEIRO, José Iran. **Quando o serviço os chamava**: milicianos e Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845). Santa Maria: Ed. UFSM, 2005.
- RICCI, Magda. **Assombrações de um padre regente**: Diogo Antônio Feijó (1784-1843). Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- RUDÉ, George. **A multidão na história**: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- SARMIENTO, Domingos Faustino. **Facundo**: civilização e barbárie. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SLEMIAN, Andréa, Seriam todos os brasileiros cidadãos?: os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824). In: **Seminário IEB**. <http://www.usp.br/ieb>

SPRICIGO, Antônio César. **Sujeitos esquecidos, sujeitos lembrados:** entre fatos e números a escravidão registrada na freguesia do Araranguá no século XIX. Florianópolis, 2003. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

TITARA, Ladislau dos Santos. **Memórias do grande exército aliado libertador do Sul da América.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1950.

VALLADÃO, Alfredo. **Da aclamação à maioria:** 1822 – 1840 e outros trabalhos históricos. 3 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1973.

VARELA, Alfredo. **História da grande revolução.** Porto Alegre, 1933.

